

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

FAMILISMO, RESPONSABILIZAÇÃO E SOBRECARGA: Um estudo das famílias monoparentais femininas atendidas no CREAS de Mariana (MG)

Anna Karolyna Lopes Titoneli
Magister Scientiae

VIÇOSA - MINAS GERAIS
2024

ANNA KAROLYNA LOPES TITONELI

FAMILISMO, RESPONSABILIZAÇÃO E SOBRECARGA: Um estudo das famílias monoparentais femininas atendidas no CREAS de Mariana (MG)

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Cláudio H. Miranda Horst

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

T621f
2024 Titoneli, Anna Karolyna Lopes, 1982-
Familismo, responsabilização e sobrecarga: um estudo das
famílias monoparentais femininas atendidas no CREAS de
Mariana (MG) / Anna Karolyna Lopes Titoneli. – Viçosa, MG,
2024.

1 dissertação eletrônica (140 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexo.

Orientador: Cláudio Henrique Miranda Horst.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Serviço Social, 2024.

Referências bibliográficas: f. 129-139.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.053>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Assistência social - Mariana (MG). 2. Mariana (MG) -
Política e governo. 3. Famílias sem pai - Mariana (MG). 4. Mães
solteiras - Mariana (MG). I. Horst, Cláudio Henrique Miranda,
1990-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Economia
Doméstica. III. Título.

CDD 22. ed. 353.5331

ANNA KAROLYNA LOPES TITONELI

FAMILISMO, RESPONSABILIZAÇÃO E SOBRECARGA: Um estudo das famílias monoparentais femininas atendidas no CREAS de Mariana (MG)

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 17 de junho de 2024.

Assentimento:

Anna Karolyna Lopes Titoneli
Autora

Cláudio Henrique Miranda Horst
Orientador

Essa dissertação foi assinada digitalmente pela autora em 06/02/2025 às 15:02:26 e pelo orientador em 06/02/2025 às 17:06:20. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **3TXE.OIA3.CMAQ** e clique no botão 'Validar documento'.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Essa pesquisa representa o fim de um ciclo iniciado por inquietações e questionamentos. Obrigada Deus, por permitir chegar aqui. Como ninguém anda sozinho, é preciso agradecer aqueles que estão perto, aqueles que estão longe e aqueles que nos inspiram.

Ao meu orientador, Cláudio Henrique Miranda Horst, mesmo que faltem palavras, muito obrigada pela parceria, por trazer leveza, por me acolher tantas vezes e pelo apoio fornecido nesta trajetória. Obrigada pela presença atenta em todo o percurso da pesquisa, pela sua generosidade, pelas trocas, pela oportunidade de aproximação com essa temática e por contribuir com o meu desenvolvimento intelectual. Você é um professor brilhante, de onde minha admiração.

Ao André, agradeço o amor, o zelo, o carinho e por dividir este momento comigo. Por não me deixar desistir, pela paciência, pelo companheirismo nos momentos de agruras, por me fazer sorrir e esquecer dos percalços quando eu precisava. Agradeço também ao Pedro Henrique, amorzinho de mãe, pequeno incentivador nos quase vinte e sete meses de jornada, que através de um olhar consentia minha ausência. Mamãe te ama muito. Agradeço à minha família e a minha mãe Amair pelas orações. Gratidão a Nízia, ao Mauro e a Silvânia por estarem com meu filho quando necessitei.

Aos companheiros de jornada no PPGED, Thaynara, agradeço a amizade, as trocas que compartilhamos, as risadas nos momentos de perrengue e a disponibilidade. A Luciana Gomes, a Rejane, ao Pedro Leão e toda a galera de Viçosa, obrigada pelas contribuições, caronas, almoços e os diálogos que fizeram com que o percurso fosse mais divertido. Agradeço também a todos os professores do PPGED e ao Grupo de Estudos “Família, Serviço Social e Crítica ao Familismo”, espaço de ricos debates.

Agradeço toda a equipe do CREAS do município de Mariana, Juliana (pelo incentivo e por me transmitir calma), Regina (amiguinha do coração), Luciana (pela firmeza), Renan (pela simplicidade), Lígia (pela intensidade), Sarah (pela delicadeza e motivação). Aqueles que chegaram depois, Ana Luíza, Lara, Hérika, Daniela, Daniele, Maísa e Cláudia, eu agradeço os momentos compartilhados.

Um agradecimento especial eu dedico à Rosana, uma Coordenadora que é muito mais uma amiga, pessoa com quem aprendi tanto e com o

qual convivo ao longo de 13 anos. Ao Tiago, Gestor do Cadastro Único de Mariana, obrigada pela atenção contínua.

A minha banca, Andréa Gama e Regina Mito, por aceitarem o convite e enriquecerem o momento com as suas contribuições, fica o meu muito obrigada.

De forma especial agradeço às mulheres que aceitaram participar desta pesquisa, cedendo um pouco do seu precioso e corrido tempo para se dedicarem a responder minhas indagações, este agradecimento se estende a todas as mulheres atendidas no CREAS, inspiração deste estudo.

Agradeço à Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de cursar um Programa de Pós-Graduação público e a classe trabalhadora, por contribuir com o financiamento e possibilitar essa realização. Muito obrigada!

A noite dissolve os homens

A noite desceu. Que noite! Já não enxergo meus irmãos.
E nem tão pouco os rumores que outrora me perturbavam.

A noite desceu. Nas casas, nas ruas onde se combate,
nos campos desfalecidos, a noite espalhou o medo e a total incompreensão.

A noite caiu. Tremenda, sem esperança...

Os suspiros acusam a presença negra que paralisa os guerreiros. E o amor não abre
caminho

na noite. A noite é mortal, completa, sem reticências, a noite dissolve os homens, diz
que é inútil sofrer,

a noite dissolve as pátrias, apagou os almirantes cintilantes! nas suas fardas.

A noite anoiteceu tudo...O mundo não tem remédio...

Os suicidas tinham razão. Aurora, entretanto eu te diviso, ainda tímida,
inexperiente das luzes que vais acender e dos bens que repartirás com todos os
homens.

Sob o úmido véu de raivas, queixas e humilhações,
adivinho-te que sobes, vapor róseo, expulsando a treva noturna.

O triste mundo fascista se decompõe ao contato de teus dedos, teus dedos frios,
que ainda se não modelaram

mas que avançam na escuridão como um sinal verde e peremptório.

Minha fadiga encontrará em ti o seu termo, minha carne estremece na certeza de tua
vinda.

O suor é um óleo suave, as mãos dos sobreviventes se enlaçam,
os corpos hirtos adquirem uma fluidez, uma inocência, um perdão simples e macio...

Havemos de amanhecer. O mundo se tingem com as tintas da antemanhã
e o sangue que escorre é doce, de tão necessário para colorir tuas pálidas faces,
aurora.

Carlos Drummond de Andrade (Sentimento do Mundo)

RESUMO

TITONELI, Anna Karolyna Lopes, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2024. **FAMILISMO, RESPONSABILIZAÇÃO E SOBRECARGA: Um estudo das famílias monoparentais femininas atendidas no CREAS de Mariana (MG).** Orientador: Cláudio Henrique Miranda Horst.

A presente pesquisa tem como tema central as famílias monoparentais femininas atendidas na política de assistência social. Delimitou-se como objetivo geral: compreender a dinâmica familiar das diferentes mulheres que compõem os arranjos monoparentais femininos atendidos pelo CREAS do município de Mariana (MG), considerando os limites da política de assistência social local e os desafios impostos pelo trabalho de reprodução social. Como objetivos específicos: 1) Apresentar os elementos que caracterizam a política de assistência social no município de Mariana (MG), revelando a perspectiva assumida pela Assistência Social no Brasil, país de capitalismo dependente; 2) Refletir sobre o lugar das mulheres na sociedade capitalista, a fim de desvendar como as dinâmicas de opressão e exploração incidem sobre os arranjos monoparentais femininos e na responsabilização das mulheres; 3) Analisar as famílias monoparentais femininas atendidas no CREAS de Mariana e as estratégias que são adotadas pelas mulheres para cumprir o trabalho de reprodução social em face do familismo. Trata-se de uma pesquisa documental e de campo, com enfoque quanti-qualitativo, que utilizou da base de dados do Cadastro Único - CadÚnico e do Gesuas (prontuário eletrônico utilizado pela rede socioassistencial) para análise quantitativa dos dados e a técnica de análise de conteúdo associada com o uso do software IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) para análise qualitativa, ancorada no materialismo histórico dialético. Foram selecionadas 10 famílias monoparentais femininas para participarem de uma entrevista semi-estruturada através de uma amostragem probabilística estratificada. Os resultados da pesquisa demonstraram a) o perfil das famílias e das mulheres selecionadas; b) as suas estratégias e desafios de sobrevivência diante do fardo do trabalho de reprodução social; c) e as dinâmicas do familismo. Embora as mulheres investigadas vivenciem um contexto de sobrecarga e de responsabilização, diante das poucas políticas socioassistenciais acessadas e a precária inserção no trabalho, sinalizaram que, ainda assim, essas políticas são essenciais para a garantia da sobrevivência dessas famílias.

Palavras-chave: política de assistência social; famílias monoparentais

femininas; familismo

ABSTRACT

TITONELI, Anna Karolyna Lopes, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2024. **FAMILISM, RESPONSIBILITY AND OVERLOAD: A study of female single-parent families assisted at CREAS in Mariana (MG)**. Adviser: Cláudio Henrique Miranda Horst.

The central theme of this research is female single-parent families served by the social assistance policy. The general objective was to understand the family dynamics of the different women who make up the female single-parent arrangements served by the CREAS in the municipality of Mariana (MG), considering the limits of the local social assistance policy and the challenges imposed by the work of social reproduction. The specific objectives were: 1) To present the elements that characterize the social assistance policy in the municipality of Mariana (MG), revealing the perspective assumed by Social Assistance in Brazil, a country of dependent capitalism; 2) To reflect on the place of women in capitalist society, in order to unveil how the dynamics of oppression and exploitation affect female single-parent arrangements and the accountability of women; 3) To analyze the female single-parent families served by the CREAS in Mariana and the strategies that are adopted by women to fulfill the work of social reproduction in the face of familism. This is a documentary and field research, with a quantitative and qualitative focus, which used the Cadastro Único - CadÚnico and Gesuas databases (electronic medical records used by the social welfare network) for quantitative data analysis and the content analysis technique associated with the use of the IRaMuTeQ software (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) for qualitative analysis, anchored in dialectical historical materialism. Ten single-parent female families were selected to participate in a semi-structured interview through a stratified probabilistic sampling. The research results demonstrated a) the profile of the families and women selected; b) their survival strategies and challenges in the face of the burden of social reproduction work; c) and the dynamics of familism. Although the women investigated experience a context of overload and responsibility, given the limited social assistance policies accessed and the precarious insertion in work, they indicated that, even so, these policies are essential to guarantee the survival of these families.

Keywords: social assistance policy; female single-parent families ; familism

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Pobreza e extrema pobreza nos programas de transferência de renda.....	24
Gráfico 2 - Ocupações informais no Brasil referente a 2019.....	25
Quadro 1 - Resultado final da seleção por amostragem probabilística.....	85
Tabela 1 - Relação de parentesco do responsável familiar por sexo.....	95
Gráfico 3 - Faixa de renda total das mulheres inseridas no CadÚnico por cor/raça... ..	97
Quadro 2 - Síntese de dados socioeconômicos e demográficos das famílias.....	98
Figura 1 - Classificação Hierárquica Descendente referente às entrevistas.....	104
Figura 2 – Análise Fatorial de Correspondência referente às entrevistas.....	104
Figura 3 - Nuvem de palavras referente às entrevistas.....	118

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANM - Agência Nacional de Mineração

CAPS IJ - Centro Psicossocial de Saúde Mental Infante Juvenil

CENTRO POP - Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos

CF - Constituição Federal

CFEM - Compensação Financeira pela Extração Mineral

CHD - Classificação Hierárquica Descendente

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LA - Liberdade Assistida

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social

MG - Minas Gerais

MS - Medida Socioeducativa

NOB - Norma Operacional Básica

ONF - Observatório Nacional da Família

PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PEP - Projeto Ético Político

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PIP - Programa Inclusão Produtiva

PSC - Prestação de Serviço à Comunidade

PT - Partido dos Trabalhadores

SINE - Sistema Nacional de Emprego

SIS - Síntese de Indicadores Sociais

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SEDESC - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

TRS - Teoria da Reprodução Social

TNSS - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

UFV - Universidade Federal de Viçosa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. CAPITALISMO DEPENDENTE E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	30
2.1 Capitalismo dependente, trabalho e Assistência Social	30
2.2 Os fundamentos da Política de Assistência Social na Contemporaneidade	39
2.3 A política de Assistência Social em Mariana (MG)	46
3. REPRODUÇÃO SOCIAL, FAMÍLIA E A LUTA DAS MULHERES	57
3.1 As bases ontológicas para o surgimento e desenvolvimento das famílias	57
3.2 Família e o lugar das mulheres: reflexões a partir da produção e reprodução social	64
3.3 As famílias monoparentais femininas e a relação com a política de Assistência Social	72
4. AS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS ATENDIDAS NO CREAS DE MARIANA E A FACE DO FAMILISMO: ENTRE RESPONSABILIZAÇÕES E SOBRECARGAS	83
4.1 O perfil das mulheres que compõem as famílias monoparentais: quem são elas?	87
4.2 Desafios e estratégias enfrentadas pelas famílias monoparentais femininas: uma análise a partir das falas das mulheres	102
4.3 Familismo e a sobrecarga das mulheres na política de assistência social: o traço dos serviços socioassistenciais de Mariana (MG)	119
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
6. REFERÊNCIAS	129
7 ANEXO	140

1. INTRODUÇÃO

Cada momento específico de atualização da força de trabalho nem é atividade inerente ao homem ou à mulher, nem deriva de uma necessidade inerente aos representantes de um ou outro sexo. A atividade trabalho, nas diferentes formas que assume ao longo da história, não é senão o resultado histórico da luta do ser humano (homens e mulheres) com a natureza no processo social de produção de sua vida (Saffioti, 2013, p.70).

A centralidade da família nas políticas sociais em simbiose com o papel de destaque dado às mulheres na política de Assistência Social, vem me inquietando ao longo da trajetória como assistente social, considerando a funcionalidade que a instituição família desempenha na sociedade capitalista e a dinâmica de vida das mulheres, marcada pela relação de intermitência¹ com a jornada de trabalho remunerada e não remunerada.

É preciso reconhecer o contexto de disputas em que a Assistência Social logrou para o reconhecimento como política pública de direitos, avanço que só foi possível com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF), e, posteriormente, com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993 e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, conquistas que estão sendo golpeadas ao longo dos anos.

Longe de se aproximar de uma política de caráter universal, a Assistência Social remonta às particularidades da formação social brasileira, que se estabeleceu por intermédio do trabalho escravo e forçado, pela centralização/concentração da riqueza, pela imposição cultural e de costumes, contexto social que contribuiu para a subjugação das mulheres, particularmente das mulheres negras. Desse modo, a gênese das políticas sociais nestas terras se conectou com a forma de organização da sociedade desde a invasão colonial, ancorada pela negação dos direitos, do não acesso e com forte influência da igreja Católica no atendimento às expressões da *questão social*², imbricadas pelas desigualdades de classe, raça e gênero.

No contexto do município de Mariana (MG), um dos cenários do período colonial, as ações socioassistenciais seguem fragilizadas e despolitizadas, o que favorece a perpetuação e manutenção de práticas sociais profundamente arraigadas, como infelizmente denota a assistência social no país, redundando na estagnação e desconhecimento da população mais pobre sobre os direitos sociais.

¹Uma análise sobre o caráter do trabalho “intensivo, extensivo e intermitente” da mulher foi feito por Ávila (2009). Algumas contribuições sobre esse debate foram tecidas por Cisne e Santos (2018).

²De acordo com Yamamoto (2006, p.27) a “questão social” refere-se ao “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

Neste panorama, a situação das famílias, especificamente das mulheres que compõem os núcleos monoparentais ganham destaque. Não pelo fato delas comporem um grupo social que passa a receber a devida atenção do Estado e dos serviços de proteção social, mas por representarem um modelo de arranjo familiar que nos últimos vinte anos ascendeu nas pesquisas, demonstrando uma queda do arranjo nuclear, composto por pai, mãe e filhos.

De acordo com o conteúdo publicado em 2022 pela série “Fatos e Números³” do Observatório Nacional da Família (ONF)⁴, a composição familiar predominante, que se refere ao casal com filhos, reduziu nas duas últimas décadas de 57% para 42%, enquanto houve crescimento das famílias monoparentais femininas, que já tinham uma representação significativa, passando de 15,8% para 16,3% nos últimos anos. Segundo o Boletim Especial do dia 8 de março de 2023 do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) de 2022, o modelo monoparental feminino com filhos representava 14,7% dos arranjos pesquisados naquele trimestre. O terceiro trimestre de 2022, revelou nesta pesquisa, que as mulheres chefiavam 34,2% dos arranjos familiares com filhos, sendo que 29,0% dos arranjos eram de famílias monoparentais femininas com filhos. A realidade concreta dos arranjos monoparentais femininos que acessam a política de Assistência Social no município de Mariana, mais precisamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), é o que nos instiga.

Assim, o interesse pelo tema surge da trajetória profissional como Assistente Social no (CREAS), equipamento público que tem como atribuição garantir o acompanhamento das famílias cujos membros estejam vivenciando situações de violações dos seus direitos. Através do exercício profissional tenho observado que muitas das ações realizadas pelo serviço acabam por responsabilizar ainda mais as famílias que demandam por proteção social, em detrimento de analisá-las no contexto das transformações societárias e de problematizar o recuo do Estado na prestação de serviços sociais, marcado por características extremamente familistas⁵. Conforme esclarece Mito (2006, p.169), “o familismo tem se configurado como

³A partir da base de dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de outras bases disponíveis, essa série apresenta uma síntese de dados referente às famílias brasileiras.

⁴Conforme esclarece o site do governo federal, este observatório foi instituído pela portaria nº1643 de 19/06/2020 e se trata de uma unidade de pesquisa que integra a estrutura da Secretaria Nacional da Família do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, com o objetivo de incentivar os estudos no campo da família e subsidiar a elaboração de políticas sociais.

⁵Um breve panorama das tendências das políticas sociais familistas no mundo foi realizado por nós, conferir: “Modelos de Estado de Bem-estar social: uma reflexão sobre o lugar da família” disponível nos anais do XVII ENPESS. Link: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/>

uma tendência em vários países que consideram que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar social de seus membros”.

Nesta direção, a construção de alternativas de trabalho que não reforcem a responsabilização da família pelo seu bem-estar são um desafio constante, frente ao caráter familista da política de assistência social e do conservadorismo que se perpetua na prática profissional e se alastra na sociabilidade, agudizado pelo avanço da extrema direita⁶ que precedeu o governo do presidente Jair Bolsonaro.

Como aponta Miotto (2001), as transformações sociais pelas quais passam as famílias, referem-se às modificações na sua estrutura e composição. No entanto, no que se refere às funções sociais, mantém-se o padrão tradicional das tarefas e obrigações familiares, fundamentada em questões ideológicas e culturais de manutenção dos papéis tidos como paternos e maternos.

A partir de nossas vivências e acúmulos, a pesquisa busca contribuir com os estudos já existentes acerca do trabalho de reprodução social. Este trabalho se caracteriza pelos processos essenciais de manutenção da vida, reposição do trabalhador e consumo. Ele se refere às atividades que fazem parte do cotidiano dos sujeitos e são fundamentais para sua sobrevivência diária e geracional, além de serem realizadas, em sua maioria, de forma gratuita (Bhattacharya, 2017; Vogel, 2022). Ainda que seja um trabalho que não está inserido no circuito da valorização - não gerando salário - para a lente feminista marxista, se esse trabalho reproduz a força de trabalho, logo, essa força de trabalho que é reproduzida (o trabalhador), se converterá na reprodução do capital (Germine et al., 2023, p.214).

A partir da Teoria da Reprodução Social (TRS)⁷, que traz grandes contribuições para desvelar a forma como o Estado, de traço familista, utiliza o trabalho de reprodução social enquanto recurso/ferramenta para diminuir suas responsabilidades na oferta e garantia de proteção social pública e estatal, sobrecarregando as mulheres, que buscaremos compreender a dinâmica de vida das famílias monoparentais femininas. Parte-se da compreensão de que a transferência para o âmbito da família, leia-se das mulheres, dos custos com a reprodução social, desconsidera a conjuntura socioeconômica, que impacta as condições materiais e de sobrevivência das famílias, reforçando a assimetria entre homens e mulheres, logo, exigindo o

⁶Para maiores informações acerca deste debate, ver: Yazbek MC, Degenszajn RR, Paz RDO da. Desafios para o Serviço Social em tempo de avanços do conservadorismo. *Serv Soc Soc* [Internet]. 2019 Jan;(134):7–12. Available from: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.162>

⁷A Teoria da Reprodução Social (TRS), é uma teoria social crítica, de matriz feminista-marxista, que tem se debruçado ao longo dos anos sobre a teoria valor-trabalho de Marx, resgatando a perspectiva da totalidade social, considerando a interconexão das relações de opressão que constituem o capitalismo (Ruas, 2020).

fortalecimento da luta pela igualdade entre os sexos, desafios que corroboram para o crescimento do familismo e que culminam na maior responsabilização das mulheres.

A família é concebida neste campo de análise como uma construção social que corresponde aos interesses e manifestações de uma determinada sociabilidade, que ao longo da história humana vem sofrendo modificações, assumindo uma particularidade no modo de produção capitalista diante do seu processo de acumulação. Conforme entendemos, o trabalho, enquanto categoria central do ser social, possibilitou aos homens e as mulheres transformarem a natureza para o atendimento das suas necessidades, gerando outras e promovendo o desenvolvimento social.

Este modelo de produção capitalista passou a se reproduzir de maneira estranhada ao trabalhador, gerando um produto final do qual ele é parte, mas que não lhe pertence, visto que é apropriado pelo capital. A contradição presente nessa dinâmica se reproduz em todas as relações sociais, inclusive nas relações familiares.

O operário torna-se mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção cresce em poder e volume. O operário torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas cresce a desvalorização do mundo dos homens em proporção direta (Marx, 2012, p. 95, grifo original).

De acordo com Mészáros (2011), trata-se de uma relação antagônica que tem origem na apropriação/subordinação do trabalho ao capital e que confere à classe trabalhadora⁸ a condição de assalariada. Neste processo de assalariamento a classe trabalhadora não usufrui e não tem acesso ao resultado daquilo que produz e sua força de trabalho se transforma em mercadoria. O capitalista, além de se apropriar daquilo que o trabalhador produz, cria mecanismos de exploração e opressão da força de trabalho, gerando um excedente de produção por meio da mais-valia.

Esse excedente de trabalho que é apropriado pelo capitalista é o grande indutor do processo de acumulação de riqueza, introduzindo as vinculações de classes na esfera social, separando aqueles que detém o poder e a riqueza, daqueles que necessitam vender sua força de trabalho para garantir a sobrevivência. O processo de acumulação do capital encontra

⁸Nesta pesquisa adotaremos o conceito de classe trabalhadora ancorado na perspectiva da TRS. Conforme a explicação de Vogel (2022, p.362), “o termo classe trabalhadora é por vezes interpretado como referindo-se apenas aos trabalhadores assalariados. Nessa utilização, por exemplo, apenas as mulheres empregadas seriam consideradas mulheres da classe trabalhadora. Essa categorização relega todos aqueles que não pertencem à força de trabalho - crianças, idosos e pessoas com deficiência, bem como as esposas que não estão trabalhando - a um limbo teórico fora da estrutura de classes. Aqui, a classe trabalhadora será vista como sendo constituída pela força de trabalho assalariada *passada, presente e potencial* de uma sociedade, ao lado de todos aqueles cuja manutenção depende do salário, mas que não entram ou não podem entrar no trabalho assalariado”.

hegemonia em quase toda parte do mundo, ainda que seja um modo de produção em constante expansão, enfrenta crises para manter e garantir sua necessidade de produção/reprodução.

Frente a necessidade contínua de acumulação do capital e das desigualdades estruturais geradas por esse processo de contradição, as expressões da *questão social* e suas manifestações no âmbito das famílias e daqueles que vivem do trabalho são inerentes. Dessa forma, convém explicitar qual papel tem sido efetivado pelo Estado nessa correlação de forças entre capital e trabalho reprodutivo. E, neste contexto, de crise e desemprego estrutural, qual tipo de proteção social têm sido ofertados às famílias monoparentais femininas - cujas mulheres realizam sozinhas todo o trabalho de reprodução social.

Para Paiva e Mattei (2009), após o fim do regime militar no Brasil, instaurou-se um longo período de reorganização econômica, política e social, em que uma sucessão de governos corroboraram para a expansão da agenda neoliberal no país, priorizando ações de valorização do capital internacional e de projetos de acumulação flexível.

Cumprido destacar que as políticas sociais brasileiras guardam uma relação de subordinação ao plano desenvolvimentista e econômico do país, que aliado aos países latino-americanos, encontram-se numa condição de dependência⁹ frente ao capital internacional e ao processo de acumulação. De acordo com as argumentações de Fernandes (1998, p. 100):

[...] desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional, etc. [...] mesmo os mais avançados países latino-americanos ressentem-se da falta dos requisitos básicos para o rápido crescimento econômico, cultural e social em bases autônomas.

Fica evidente, portanto, que as relações sociais de produção são erigidas pelo sistema capitalista, hegemonicamente constituído pelos países de capitalismo central e seus grandes monopólios. Para Paiva e Mattei (2009, p.180), “trata-se de uma perspectiva que parte do entendimento da acumulação em escala global através da estruturação da dependência enquanto mecanismo essencial de apropriação do capital”.

Assim, do ponto de vista genuinamente latino-americano, na medida em que a forte e contraditória relação de subordinação com o mercado externo, através de uma maior exploração do trabalhador, ajusta as relações de produção internas para a acumulação do capital em escala global, o capitalismo dependente cria de modo crescente o pauperismo das massas, produzindo e reproduzindo a chamada *questão social*, cenário de tensões políticas e de necessidades coletivas a que as políticas sociais devem responder (Paiva; Mattei, 2009, p.181).

⁹Conforme argumentação de Marini (2000, p.132), “chamada a coadjuvar, a acumulação do capital com base na capacidade produtiva do trabalho nos países centrais, a América Latina, teve que fazê-lo mediante uma acumulação fundada na superexploração do trabalhador. Nesta contradição radica-se a essência da dependência latino-americana”.

Essa dinâmica da dependência vai impactar decisivamente na construção dos sistemas de proteção social na América Latina, ampliando o caráter familista das políticas sociais. Recuperando a trajetória da política de Assistência Social, após a CF/88 era esperado que a partir desta conquista tivéssemos uma conjuntura mais favorável para que se pudesse desenvolver o caminho para a concretização das políticas de proteção social públicas, gratuitas e estatais.

No entanto, na década de 1990 com os governos dos Fernandos - Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, emergem no Brasil os ideários neoliberais, que seguindo as deliberações do Consenso de Washington e do capital financeiro iniciaram um processo de reestruturação do Estado e de contrarreformas, que na prática significaram a redução do financiamento público para as políticas sociais estatais, incentivos para iniciativa privada através do terceiro setor, processos de terceirização e transferência de fundos públicos (Behring, 2003; Netto, 1999).

Os anos que sucederam à promulgação da CF/88 foram marcados por um forte avanço do neoliberalismo, concomitante ao processo de mobilização e luta para regulamentar e institucionalizar as políticas sociais conforme o que havia sido proposto na CF/88. No contexto de luta e de intenso debate a respeito da ampliação das políticas e dos direitos sociais que a LOAS foi promulgada, prevendo um sistema descentralizado, participativo, com a presença da sociedade civil, dos conselhos paritário e da criação de fundo específico.

Em direção a concretização dos pressupostos estabelecidos na CF/88 e na LOAS, os anos de 1997 e 1998 anunciavam a criação da primeira Norma Operacional Básica (NOB) e apresentavam o texto incipiente do que seria a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), resultando mais tarde na realização da IV Conferência Nacional de Assistência Social no ano de 2003 que aprovou a nova PNAS e a criação e implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Esse processo de implementação e de criação das bases para o funcionamento do SUAS em todo o território nacional foi realizado no período de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), momento político em que a pasta da Assistência Social ganhou maior visibilidade política, possibilitando o acesso aos direitos sociais de uma camada expressiva da população, embora marcada por ações focalistas, com condicionalidades e compensatórias.

É nesse campo que se instituíram os ideais neodesenvolvimentistas, trazendo um novo paradigma de desenvolvimento para a organização da proteção social no país, com enfoque no combate à pobreza extrema, ancorado nos programas de transferência de renda. Ainda que

tenha sido um governo com uma perspectiva progressista, assistiu-se a uma manutenção do pensamento conservador que negou os investimentos públicos no campo dos direitos sociais, naturalizando a pobreza e as determinações das desigualdades de classe, raça e gênero. Neste sentido, as ações socioassistenciais permaneceram sob a égide da despolitização, articuladas ao enfraquecimento dos movimentos sociais e das lutas de classes, com forte rogo altruístico.

Convém destacar que as características que a política de assistência social assume nesta conjuntura guardam relação com a crise do capital, com as transformações que incidem no mundo do trabalho, baseadas na exploração, expropriação e dominação, associados aos processos de produção, financeirização e de acumulação frente a mundialização do capital.

Tais elementos trouxeram implicações nas acepções de proteção social que foram difundidas, ampliando o espaço para a defesa da resposta para as necessidades sociais dos indivíduos através do mercado e da família. Essa dinâmica societária favoreceu a reedição da família como central na política de assistência social, recuperando antigas práticas que reportam ao conservadorismo nas ações da política social, reforçando o familismo.

Com a eleição da presidente Dilma Rousseff no ano de 2010 e 2014, tivemos a continuidade do governo do PT, mantendo a característica da manobra de conciliação, para manutenção das alianças e apoio político. Segundo Bastos (2017), este governo tinha como objetivo buscar a ampliação no investimento produtivo e na infraestrutura, abolindo o *rentismo* - como fonte de acumulação de capital. Neste sentido, o governo adotou políticas de austeridade que desencadearam um processo de desaceleração da economia e afetou o poder estrutural do capital financeiro.

Aliado a este cenário, os movimentos populares - conhecidos como jornadas de junho 2013 - começaram a se manifestar em várias partes do Brasil, contrários inicialmente ao aumento das tarifas nos transportes públicos, acrescido posteriormente, por pautas que denunciavam a má qualidade das políticas públicas e a falta de acesso aos direitos sociais. Estes, por sua vez, acabaram se transformando em manifestações “multitudinárias”, conforme destacou Demier (2017), ocupado também pela direita e extrema direita organizada.

No segundo mandato do governo Dilma Rousseff, no dia 31/08/2016 o Senado Federal votou pelo processo de *impeachment* - golpe jurídico parlamentar¹⁰ - que promoveu a retirada da presidente do cargo. Braz (2017, p.89) argumenta que “[...] foi um *golpe democrático* operado no âmbito da democracia burguesa em funcionamento”. O processo de impeachment

¹⁰ Existem polêmicas e um grande debate acerca deste tema. Esta pesquisa concorda com as análises que caracterizam a deposição de Dilma como um golpe de Estado. Martuscelli, D. E. (2020). Polêmicas sobre a Definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado. Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas, 14(2), 67–102. <https://doi.org/10.21057/10.21057/repamv14n2.2020.28759>.

fez parte de um movimento estratégico adotado pelos blocos de poder para criar condições adequadas de hegemonia do grande capital em nível mundial, capitaneado pela extrema direita. Foi um acontecimento que colocou a democracia em questão, com suporte dos grandes meios de comunicação.

Com a chegada de Michel Temer, instaurou-se uma dinâmica de governo em que o Estado, em detrimento da classe trabalhadora, desempenhou um papel central em favor do capital financeiro, promovendo as condições necessárias para que houvesse ascensão no processo de acumulação de riquezas, à custa da degradação da força de trabalho. Em conformidade com Souza e Soares (2019, p.15) “[...]as distintas frações do capital dependem das políticas de incentivo do Estado para a manutenção das suas taxas de lucro e a própria sobrevivência no mercado, nunca o saque ao fundo público se efetivou de modo tão voraz”.

Neste quadro, medidas que comprometem e fragilizam as condições de vida da população são adotadas ao longo de dois anos, evidenciando o descaso com a classe que vive da venda da força de trabalho. Merece destaque a Emenda Constitucional nº 95 que dispõe sobre os gastos sociais do governo federal e congela por vinte anos o financiamento público destinado a manutenção das políticas públicas de saúde, educação e assistência social.

Para além disso, neste mesmo governo foi aprovada a reforma trabalhista que promoveu alterações significativas na relação entre empregador/empregado, trabalhador e capitalista. Nas explicações de Marques e Nakatani (2019, p. 232) “a reforma trabalhista alterou 117 artigos e 200 dispositivos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Seu objetivo foi conceder segurança para o capital estrangeiro, para os capitais que estão interessados em comprar ou aplicar nos negócios colocados à venda no país mediante processos de privatização”.

O governo do presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2019, marca a chegada do modelo ultraliberal de capitalismo alinhado aos interesses do mercado internacional, integrando uma proposta de nova política da extrema direita e neofascista. O avanço da extrema direita com este governo manifestou-se no forte discurso em defesa da família e da pátria, aliado à pauta dos valores e costumes, reproduzindo crenças conservadoras e difundindo valores antidemocráticos.

Numa conjuntura que favoreceu o avanço de um projeto de base moral/conservador e de viés econômico ultraliberal, as políticas de proteção social foram marcadas por forte intervenção das políticas de austeridade, de ajuste fiscal, amparadas pela ideologia neoliberal, favorecendo a redução dos gastos públicos com o argumento de que se tratava de uma medida necessária para garantir o crescimento econômico, caracterizando o familismo de um novo

tipo, o *neoconservador*, capaz de promover a exacerbação do familismo, em simbiose com um ardiloso discurso em *defesa da família* (Horst; Alves, 2024; Horst; Castilho; Alves, 2023; Quintela, 2023).

Segundo Barroco (2022) não só no Brasil, mas em várias partes do mundo, na tentativa de reverter o quadro de crise do capital, assistiu-se a extrema direita ser eleita para funções políticas e cargos públicos com a finalidade de disseminar ideologias que combinam e recuperam ações extremamente conservadoras. A autora demonstra que essas combinações se revelaram no forte apelo à ideologia¹¹ *neofascista* e ao *neoconservadorismo*.

Ainda conforme a autora, como *neoconservadorismo*, entende-se a conservação da moralidade, a defesa dos valores tradicionais e religiosos, o disciplinamento da vida cotidiana dos sujeitos e a não intervenção do Estado na economia - trata-se da fusão entre ultraliberalismo e conservadorismo moral. Já o *neofacismo*, pode ser compreendido no apelo à violência, no militarismo e autoritarismo, no irracionalismo, na falta de tolerância e na disseminação do ódio.

Nessa direção, acompanhamos o retorno fortemente dos discursos “em defesa da família”, já que conforme sabemos, ela é chave fundamental para contribuir no plano de enfrentar crises no processo de acumulação do capital. Processo esse que se reatualiza com a financeirização do capital, com o crescimento do desemprego e da informalidade do trabalho, desencadeando uma realidade concreta cada vez mais precária e desoladora para os indivíduos, particularmente para as mulheres.

Contexto que gera instabilidade para manutenção das famílias, acirrando as condições de pobreza e miséria, impactando nas condições e meios para o exercício do trabalho de reprodução social, configurado num contexto familiar cada vez mais contraditório, fragilizado e atravessado por violências. No entanto,

[...] a família é alçada à condição de instituição que estrutura a sociedade capitalista (“a família é a base da sociedade”), donde as determinações advindas da lei geral de acumulação capitalista, da exploração do trabalho, devem ser explicadas a partir dos modelos familiares que não seguem o padrão patriarcal burguês e/ou pelo desvio moral de seus membros, mas nunca como expressões de uma sociabilidade estruturada na violência, exploração e opressão (Horst, Mioto, 2021, p. 36).

¹¹ De acordo com Mészáros (2004, p.65), “a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência como consciência inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas, é claro, de modo algum independente), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social”.

O agravamento da situação das famílias que vivenciam um grande retrocesso civilizatório no campo dos direitos sociais, mediante a redução do orçamento das políticas sociais, a promoção da igualdade de “gênero” através da concretização de medidas que favoreçam mudanças estruturais na condição social das mulheres, tornou-se ainda mais distante. Ou seja, vivenciamos uma conjuntura que vai na contramão da proteção social pública, gratuita e estatal às famílias, que em tese materializa a “defesa da família”, com forte peso e prejuízo para a vida das mulheres - principalmente nos arranjos familiares monoparentais femininos.

Convém situar nessa conjuntura o município de Mariana (MG), que embora tenha suas particularidades, tem grande representatividade econômica no cenário nacional em razão da atividade extrativista da mineração, cuja produção de minério de ferro ocupa lugar de destaque no Estado de Minas Gerais. A atividade econômica predominante no território é a extração do minério de ferro, matéria-prima que movimenta o comércio nacional e internacional para vários setores. As consequências desta atividade para a população são imensuráveis, frente ao modelo vigente de mineração, que além de explorar a força de trabalho e acirrar as expressões da *questão social*, busca esgotar os recursos naturais, a fim de elevar cada vez mais a produção de *commodities*.

A consequência grave por detrás do modelo de minerar adotado pelas empresas que dinamizam esse mercado, resultou em 05/11/2015, na ocorrência de um dos maiores crimes¹² ambientais do mundo, o maior da história brasileira, com a ruptura da barragem de rejeitos de Fundão, situada no Complexo Industrial de Germano, empreendimento sob gestão da Samarco Mineração S/A, controlada pela empresa Vale S/A e BHP Bilinton. Com o rompimento da barragem foram despejados mais de 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos em terrenos e rios, afetando 41 cidades, percorrendo os estados de Minas Gerais (MG) e Espírito Santo (ES), matando 19 pessoas, atingindo 3 reservas indígenas e parte da mata atlântica, causando danos ambientais, econômicos e sociais sem precedentes.

¹²A adoção do termo “crime” para caracterizar o rompimento das barragens de mineração, está em consonância com o Movimento de Atingidos/as por Barragens (MAB), que denuncia as violações de direitos cujos indivíduos e famílias têm sido vítimas de forma recorrente em todo território nacional. A justificativa se ancora no enfrentamento à explicação do fenômeno como acidente ou desastre.

No âmbito político e estadual, na contramão de avançar com medidas de proteção e de preservação do meio ambiente, testemunhamos uma crescente flexibilização das legislações ambientais. Esse contexto de flexibilização está interconectado com a agenda neoliberal, que na realidade contemporânea assume uma forma ainda mais acirrada de exploração dos bens naturais, conforme apontou o jornal Brasil de Fato em 16/05/2024. Segundo este jornal, o governo do Estado de MG se mostrou bastante displicente com essa temática, face à intensificação da flexibilização das normas de controle ambiental, que vão sendo abrandadas, na medida em que a economia vai lhe ordenando. Convém salientar, que no transcurso do governo Romeu Zema, a estrutura da Secretaria do Meio Ambiente foi alterada, com substituição do responsável pela fiscalização ambiental do estado, por onze vezes consecutivas.

Conforme apontou Mascarenhas (2023), as determinações no território pré e pós-rompimento de barragens são frutos do modelo de minerar, que frente a condição de *minério-dependência*¹³ busca responder às necessidades do capital em nível mundial, visando a manutenção do processo de acumulação de riqueza, incorporando o controle sobre a vida, a natureza e toda a humanidade. Estes determinantes dão origem à *questão ambiental* e à *questão social*, que segundo a autora, articulam-se numa totalidade, interferindo no cotidiano e nas relações sociais, modificando de forma forçada o modo de viver em territórios ocupados pelas particularidades da atividade minerária.

Para as mulheres, as modificações ocorridas na esfera produtiva e reprodutiva repercutem ainda mais nas suas condições de vida, colocando-as no mercado de trabalho em condição inferiorizada em relação aos homens. Principalmente, as mulheres que vivem nos territórios atingidos pela mineração/barragens, cujas dinâmicas de vida foram e são ainda mais agravadas. Não à toa são as mulheres o grupo majoritário nas lutas para a reparação e enfrentamento à minério-dependência.

¹³A *minério dependência* é compreendida neste estudo como “[...] a condição de dependência dos países periféricos em relação ao centro do capitalismo, envolvendo a troca de commodities, ou produtos primários, por produtos com alto valor agregado, havendo uma transferência de valores” (Coelho, 2013, p. 2).

De acordo com dados disponibilizados pela Agência Nacional de Mineração (ANM) o estado de MG foi o que mais arrecadou em Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM)¹⁴ no ano de 2023, acumulando uma cifra de R\$3.188.860.221,88. Ainda de acordo com os dados da ANM, o município de Mariana, nestes quatro primeiros meses de 2024 já arrecadaram o equivalente a R\$100.128.702,28, que deveriam ser aplicados em saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e na política de assistência social.

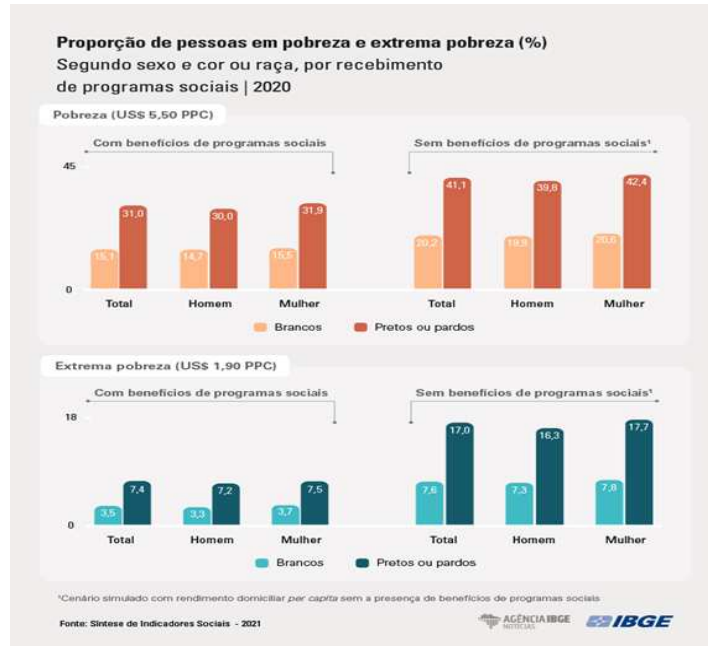
Diante das parcas políticas de proteção social que o município de Mariana tem ofertado à população, frente a escassez de programas e de condições dos equipamentos que atendam a realidade social local, associado aos escândalos de corrupção que fizeram presença na pasta da assistência social nos anos de 2021 e 2022 relacionados ao Programa Projovem e ao Setor de Habitação, revela-se o quanto esvaziada essa política vem operando no que se refere aos direitos sociais, particularmente em nível municipal.

Segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE, publicado em 03/12/2021, cerca de 12 milhões de brasileiros viviam em condição de extrema pobreza no ano de 2020, considerando apenas a dimensão monetária/de renda. Essa pesquisa utilizou os parâmetros do Banco Mundial de US\$1,90 (dólares) para situação de extrema pobreza e US\$5,50 para condição de pobreza. Com base neste parâmetro, mais de 50 milhões de brasileiros estavam em condição de pobreza.

Neste levantamento, foi identificado que os grupos populacionais que apresentavam o maior índice de pobreza eram caracterizados por *mulheres, negros e crianças*. As mulheres negras enquadram-se nos maiores índices de pobreza com 31,9% e de extrema pobreza com 7,5%. Os grupos familiares compostos por mulheres negras, sem cônjuge, com filhos menores de 14 anos de idade, representavam 17,3% com rendimento inferior a US\$1,90 per capita e 57,9% com rendimento inferior a US\$5,50 por dia. A pesquisa possibilitou ainda identificar o público que acessa os programas sociais de transferência de renda do governo federal e aqueles que ainda não acessam por cor e sexo.

Gráfico 1 - Pobreza e extrema pobreza nos programas de transferência de renda

¹⁴A CFEM é uma taxa paga pelas empresas de mineração para compensar os danos causados pela atividade de exploração mineral (Ministério de Minas e Energia - MNE). Ela foi estabelecida pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 20, § 1º, é devida aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, e aos órgãos da administração da União, como contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios.

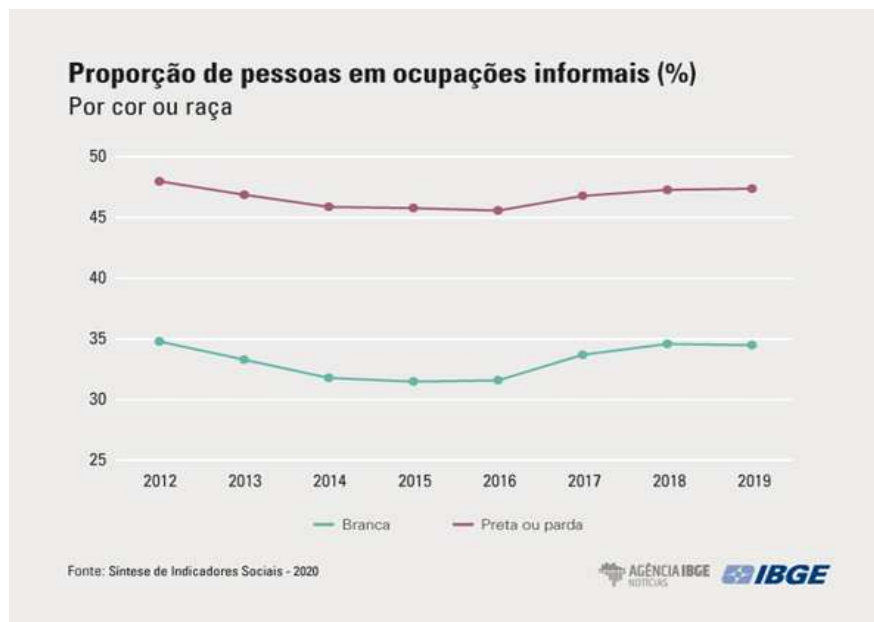


Fonte: IBGE, Síntese de indicadores sociais - SIS/2021

Quanto às condições de moradia, situação de trabalho e acesso a renda, os dados da PNADc 2019, a partir da SIS publicada em 12/11/2020, revelaram que as taxas de desemprego e informalidade tem maior incidência para as pessoas negras, coincidindo com as que estão na faixa de pobreza e extrema pobreza, o que se reflete nas condições precárias de habitação e moradia.

De acordo com essa pesquisa, para brancos a taxa de desocupação foi de 9,3% e para negros de 13,6%; no caso das pessoas ocupadas, 47,4% dos trabalhos informais eram realizados por negros, sendo 34,5% entre trabalhadores brancos. Já a PNADc divulgada no quarto trimestre de 2022 revelou que a taxa de desemprego para homens foi de 45,6%, enquanto a de mulheres alcançou 54%.

Gráfico 2 - Ocupações informais no Brasil referente a 2019



Fonte: IBGE, Síntese de indicadores sociais - 2020

No que se refere aos indicadores de moradia, estes são atravessados pelas variáveis de renda, desocupação, nível de escolaridade e/ou precária inserção no mercado de trabalho, pois incidem no rendimento familiar per capita, desdobrando-se nas inadequações e/ou fragilização das condições de moradia. Ainda, conforme a pesquisa, 45,2 milhões de pessoas viviam em domicílios com ausência de banheiro, com estrutura não duráveis, sem documentação de propriedade, com aluguéis onerosos, em local que não comportava todos os moradores, havendo no ano de 2019 o percentual de 14,2 milhões de domicílios nestas situações.

Não há dúvidas de que este cenário de desproteção e adensamento do trabalho precário e informal impõe modos de vida cada vez mais degradantes à classe trabalhadora e suas famílias, e principalmente para as mulheres, agudizando às expressões da *questão social*, que de maneira alarmante maximizam os impactos econômicos assolando a vida da população brasileira, conjuntura que se materializa no exacerbamento do familismo, particularmente em relação às famílias monoparentais femininas, cujos dados revelaram condições ainda piores.

Sendo assim, com base nas problematizações iniciais apontadas até o momento, formulamos e buscamos responder a nossa pergunta de pesquisa, qual seja: Como as famílias monoparentais femininas atendidas pelo CREAS de Mariana (MG), em face do desenho atual da política de assistência social se organizam para responder pelo trabalho de reprodução social? Qual a dinâmica dessas famílias e quais recursos elas dispõem? Como se caracterizam as mulheres que compõem esses núcleos familiares? Partindo dessas perguntas, elaboramos nossos objetivos.

Objetivo Geral

Compreender a dinâmica familiar das diferentes mulheres que compõem os arranjos monoparentais femininos atendidos pelo CREAS do município de Mariana (MG), considerando os limites da política de assistência social local e os desafios impostos pelo trabalho de reprodução social.

Objetivos Específicos

- 1) Apresentar os elementos que caracterizam a política de assistência social no município de Mariana (MG), revelando a perspectiva assumida pela Assistência Social no Brasil, país de capitalismo dependente.
- 2) Refletir sobre o lugar das mulheres na sociedade capitalista, a fim de desvendar como as dinâmicas de opressão e exploração incidem sobre os arranjos monoparentais femininos e na responsabilização das mulheres.
- 3) Analisar as famílias monoparentais femininas atendidas no CREAS de Mariana e as estratégias que são adotadas pelas mulheres para cumprirem o trabalho de reprodução social em face do familismo.

Metodologia

Esta pesquisa está ancorada na teoria social marxista e no método materialista histórico-dialético, onde buscou-se articular as dimensões da realidade a partir das categorias de totalidade, mediação e contradição para desvendar nosso tema em diferentes complexidades, ou seja, visando compreender os processos sociais que atravessam as famílias monoparentais femininas (Netto, 2011). Com vistas a qualificar nosso debate, realizou-se ainda aproximações particulares e iniciais com a Teoria da Reprodução Social (TRS), com a finalidade de absorver suas contribuições para o estudo destas famílias e da opressão das mulheres.

A pesquisa foi realizada no município de Mariana - MG, cidade marcada pela extração de riquezas minerais, território onde a política social ainda persevera romper com práticas clientelistas e focalistas. Delimitou-se como campo de investigação as famílias monoparentais femininas atendidas no CREAS, equipamento que compõe a rede de serviços socioassistenciais da política de assistência social, dando visibilidade à realidade social e o trabalho de reprodução social das famílias que acessam este serviço.

O estudo caracterizou-se como descritivo-exploratório, que alinhado ao entendimento de Gil (2002, p.41), “é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de

determinado fato” ou fenômeno, contribuindo para conhecer melhor um determinado tema, para posteriormente aprofundá-lo. Com esse entendimento, nossa pesquisa buscou contribuir para o desvendamento do trabalho de reprodução social das mulheres, apontando como ele tem sido utilizado pelo Estado como recurso para redução das suas ações e os custos que essas obrigações geram para as famílias mais empobrecidas, dinâmica própria do familismo.

A abordagem adotada pelo estudo foi quanti-qualitativa, visando a constituição efetiva de uma unidade para a compreensão do fenômeno pesquisado. De acordo com Prates (2016), a caracterização de uma pesquisa como quanti-qualitativa possui diferenças da pesquisa quantitativa e da qualitativa, mas devem utilizar-se das características de ambas, mesmo que tragam mais um enfoque de uma ou de outra, flexibilizando-as. Lefebvre (1991) destaca a relação intrínseca entre quantitativo e qualitativo como movimento de desvelamento do real, afirmando que a dicotomização entre eles é uma forma de fragmentação da realidade, negando a unidade.

Como fonte de dados secundários utilizamos as bases do Gesuas e do Cadastro Único para coletar informações sobre as famílias e realizar a seleção dos grupos que participaram das entrevistas. O Gesuas é um software privado alimentado e acessado diariamente por toda a rede socioassistencial municipal, contemplando informações e dados privilegiados sobre as famílias atendidas.

A outra ferramenta adotada foi o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadúnico. Este cadastro foi criado no ano de 2001 pelo decreto nº 3.877 do governo federal com a finalidade de unificar os benefícios/programas socioassistenciais, efetivando-se como um cadastro unificado, presente nos diferentes municípios do Brasil e com responsabilidade de criar o mapa da pobreza em todo território nacional, servindo de base para a oferta da proteção social pelo Estado, sobretudo, através das políticas sociais. O cadastramento, atualização e acesso das famílias/indivíduos a este cadastro está condicionado ao cumprimento de alguns critérios, principalmente ao aspecto da renda, uma vez que se volta para o atendimento de famílias em situação de pobreza e/ou extrema pobreza.

No município de Mariana a gestão do Cadúnico está subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC), a operacionalização do cadastro é realizada em sede própria, no Centro de Convenções Alphonsus Guimarães, situado em local centralizado e de fácil acesso para quem reside na zona urbana e rural. A grande maioria das famílias atendidas no CREAS está inserida no Cadúnico e/ou recebe algum benefício vinculado a este cadastro.

A partir da base de dados do Gesuas, foram selecionadas 10 famílias para participarem de uma entrevista semiestruturada, como método de coleta de dados. Para constituição do campo de análise empírico utilizamos o método de amostragem probabilística estratificada. Seguimos os seguintes critérios para selecionar as *dez famílias* que representaram os arranjos monoparentais femininos atendidos no CREAS de Mariana: a) mulher sem cônjuge/companheiro, b) com filhos na faixa etária entre 0 a 11 anos e que c) estavam em acompanhamento desde o ano de 2019 a 2023.

A referida pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos através da plataforma Brasil, tendo parecer favorável no mês de setembro de 2023. Como método de análise dos dados colhidos nas entrevistas utilizamos a análise de conteúdo associada com o uso do software IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), que contribuiu para diferentes processamentos estatísticos a partir de dados textuais. No processo de análise a categorização dos dados foi contrastada com o referencial teórico com a qual a pesquisa se alinha, possibilitando a verificação dos pressupostos de pesquisa e o desvelamento do conteúdo para além do fenômeno apresentado.

Considerando que a pesquisa no campo social se constitui como uma das tarefas fundamentais para assistentes sociais e tendo em vista a relevância deste estudo, conforme prevê o Código de Ética do Assistente Social, faremos a devolução dos resultados desta pesquisa ao público investigado, para a equipe do CREAS, aos demais serviços da rede socioassistencial, em eventos científicos e revistas.

A dissertação está organizada em três capítulos, afora a introdução e as considerações finais. O primeiro capítulo, intitulado: Capitalismo dependente e a política de Assistência Social no Brasil, tem como objetivo desvelar o impacto e as determinações da dinâmica da dependência na oferta das políticas socioassistenciais em países que se encontram na periferia do capitalismo. Já o segundo capítulo, denominado: Reprodução Social, Família e a Luta das Mulheres propõe apontar como as categorias sociais de família e gênero no contexto da política social brasileira, estão atreladas a um sistema que se reproduz assentado na dominação e exploração. Por fim, o terceiro capítulo: As famílias monoparentais femininas atendidas no CREAS de Mariana e a face do Familismo: entre responsabilizações e sobrecargas, visa apresentar uma análise dos dados primários consubstanciados a partir das entrevistas realizadas com as mulheres que compõem os núcleos monoparentais femininos e os resultados alcançados com a pesquisa.

2. CAPITALISMO DEPENDENTE E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A chuva que irriga os centros do poder imperialista afoga os vastos subúrbios do sistema. Do mesmo modo, e simetricamente, o bem-estar de nossas classes dominantes - dominantes para dentro, dominadas de fora - é a maldição de nossas multidões, condenadas a uma vida de bestas de carga (Eduardo Galeano, 2015).

Este capítulo tem o propósito de elucidar a forma como as políticas sociais, especificamente, a política de Assistência Social é determinada pela dinâmica do capitalismo, que no contexto social brasileiro se caracteriza pela condição de país dependente desde o processo de colonização mediante o imperialismo ocupado pelos países que se encontram na centralidade deste sistema.

Neste sentido, pretendemos demonstrar o impacto da condição de dependência para a classe que vive da venda da força de trabalho e as modificações que são engendradas na vida social da população brasileira. Pretende-se destacar como elas também afetam os outros países da América Latina com o agravamento das expressões da *questão social* e o esgarçamento das condições de vida e sobrevivência das famílias. Posteriormente, apresentaremos a realidade do município mineiro de Mariana, uma cidade com mais de trezentos anos de história e que assim como outras localidades brasileiras possui singularidades que frente a sua formação econômico social aliada a hegemonia da atividade econômica minerária, moldaram o modo como a política pública e os serviços socioassistenciais operam na contemporaneidade.

Como recurso teórico para desvendar os fundamentos e as determinações que a política de Assistência Social assume na contemporaneidade, faremos uma incursão no referencial teórico-metodológico de análise que advém do pensamento marxista, amparados ainda pelas contribuições dos estudiosos que estão se dedicando a teoria marxista da dependência, compreendendo que a realidade latino-americana possui particularidades econômicas, sociais e históricas que se diferenciam do restante do globo.

2.1 Capitalismo dependente, trabalho e Assistência Social

Qualquer análise que se queira desenvolver sobre as políticas sociais deve considerar a condição do Brasil como parte da periferia do capitalismo e sua expressão de dependência, reconhecendo que na realidade latino-americana a *questão social* manifesta-se de forma distinta comparada aos países de capitalismo central, situação que gera níveis de contradição ampliados, impondo maiores desafios para a institucionalização dos sistemas de proteção social e para o processo de organização e luta por direitos da classe trabalhadora.

Nesta direção, as políticas sociais são entendidas aqui como um mecanismo adotado pelo Estado para responder aos antagonismos gerados no processo de transição do capitalismo concorrencial para a etapa monopolista do capital, e, resultantes também das lutas e mobilizações da classe trabalhadora que diante de um contexto de desigualdade social se organizaram para buscar melhores condições de vida e trabalho.

Os estudos de Behring, Boschetti (2011) e Boschetti (2016), apresentam um panorama amplo das políticas sociais a partir de um cenário internacional, recuperando a trajetória de implantação e surgimento das primeiras iniciativas assistenciais na Inglaterra no período de transição industrial e na Europa a partir do século XVIII. Além disso, elas descrevem a conjuntura social e estrutural que marcaram essa época, contextualizando as características do trabalho, a influência e papel da Igreja Católica, os movimentos do operariado, o avanço dos ideais liberais, os momentos de grande depressão do capital, a interferência das Guerras Mundiais na economia e a adoção de uma política keynesiana. No caso brasileiro, após um longo percurso, as ações assistenciais foram incorporadas à Seguridade Social, dever legal e compromisso do Estado.

Rememorando o processo de constituição do capitalismo no Brasil e a origem das políticas sociais, faz-se necessário apontar as particularidades da nossa realidade sócio-histórica, distinta das experiências vivenciadas pela Europa Ocidental e por outros países centrais, condição determinada pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, e que no caso brasileiro, permanece até hoje como um país de capitalismo dependente em face de estar submetido à formações econômico-sociais que ocupam a centralidade na economia internacional.

Segundo Marini (1968) o subdesenvolvimento dos países que compõem a América Latina tem relação direta com as condições de desenvolvimento dos países de capitalismo central. O sistema capitalista que estava em formação no século XVI com as atividades mercantilistas é marcado pelo processo de ocupação e exploração dos países da América Latina. Fernandes (1975) defende que o colonialismo¹⁵ ordenado nos países da América Latina resultaram das conquistas espanhola e portuguesa que foram se ampliando na medida que os países colonizadores iam se desenvolvendo.

Bonfim (2012) traz contribuições generosas em sua pesquisa, ao identificar os determinantes da formação econômico-social do povo brasileiro, a partir de uma estrutura

¹⁵Para aprofundar sobre o período de colonização no Brasil e o surgimento da questão social no capitalismo dependente, ver: Meneghetti, G. A questão social no capitalismo dependente. In: Serviço Social e Realidade, Franca, v.17, n.1, 2008.

escravista que predominou em todo o período colonial com características mercantis. A economia colonial se fundamentava na extração de valores de uso produzidos nas colônias, transformando-os em valores de troca, por meio da circulação no processo de subordinação aos países colonizadores, condição que se divergia dos países capitalistas centrais que no desenvolvimento capitalista já adotavam o trabalho livre e assalariado.

É numa conjuntura matizada de passado e presente, situação que impossibilitou a construção de uma consciência de classe e a articulação dos trabalhadores, que o trabalho escravo, transita para o trabalho livre, movimento denominado por Behring e Boschetti (2011) de *liberalismo à brasileira*. Sobre o nascimento do trabalho livre Florestan Fernandes (1987, p.193) faz as seguintes considerações: “em vez de fomentar a competição e o conflito, ele nasce fadado a articular-se, estrutural e dinamicamente, ao clima de mandonismo, do paternalismo e do conformismo, imposto pela sociedade existente, como se o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo”.

A transição do capitalismo concorrencial para a fase dos monopólios caracterizada por muitos teóricos como período imperialista por invocar a ampliação dos lucros do capital através do comando dos mercados numa perspectiva global, gerando maior concentração de riqueza e poder nas mãos de grandes capitalistas, causaram modificações no sistema financeiro. Estas ainda alteraram os processos de produção de forma concomitante aos ganhos de produtividade, os quais intensificaram as contradições afetando toda a vida social. Com todas essas mudanças no cenário econômico, conforme apontou Netto (1992, p.17) “o próprio processo de acumulação é alterado”.

Foi inevitável que tal configuração atingisse a classe trabalhadora, diante de uma propensão de redução do trabalho humano (trabalho vivo), em detrimento da introdução da tecnologia e sua constante evolução. Ademais, o período dos monopólios enaltece o quadro de contradições que o modo de produção capitalista impôs, pois se fundamenta na polarização entre a socialização da riqueza produzida, da apropriação privada dos meios de produção, da internacionalização do capital produtivo, o que fortalece as condições de dominação e controle das nações mais desenvolvidas.

Para avançar na compreensão de como essas alterações de ordem econômica engendraram a intensificação das expressões da *questão social* e conseqüentemente, no modo de intervenção estatal, torna-se importante valer-se do que Marx denominou como “Lei geral de acumulação capitalista”. O modo de produção capitalista tem como objetivo a expansão da produção da riqueza socialmente produzida, e a concentração dela centralizada nas mãos de poucos, uma minoria. Ou seja, esse paradoxo gera níveis de desigualdade exponencial, uma

vez que para o capitalismo, não é factível uma divisão ou distribuição desta riqueza, ao passo que gera o acirramento da pobreza da grande massa. Refere-se ainda, há um tipo de relação social que se instituiu com o aparecimento da burguesia, que na dinâmica capitalista se apropriou dos meios de produção.

Tendo em conta os modos de produção que antecedem ao capitalismo, as condições de pobreza se relacionavam com a capacidade produtiva dos indivíduos e/ou famílias para responder às necessidades de subsistência e/ou por fenômenos naturais que interferiram na produtividade. Como o modo de produção capitalista alterou as relações de produção, simultaneamente, as relações de trabalho impondo o assalariamento, a introdução tecnológica e o aumento da produtividade, houve diminuição do trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias, e um cenário de aprofundamento das desigualdades sociais.

Mas é na relação que o capital exerce com o trabalho que identificamos o processo de valorização do capital, conforme aponta Marx, contida na relação entre o capital constante¹⁶ e o capital variável¹⁷. Considerando que a mais-valia é produzida pelo capital variável, e, que este, resulta do processo de extração de valor, determinado pelo tempo excedente de trabalho realizado, com o incremento tecnológico, houve o aumento do capital constante (mais-valia relativa) e a redução do capital variável no processo de produção, garantindo maior produtividade. Conforme destaca Netto (1992, p.17), trata-se de um cenário que favorece o desenvolvimento das crises.

As implicações desses vetores na dinâmica econômica são fundas e largas. De uma parte, a tendência à equalização das taxas de lucro, objetivada no estágio concorrencial do capitalismo, é revertida em favor dos grupos monopolistas (que extraem seus superlucros também a partir de uma dedução da mais-valia de outros grupos capitalistas). De outra, o próprio processo de acumulação é alterado: ela tende a elevar-se, em razão da centralização que o monopólio opera; adicionalmente, os grupos monopolistas inclinam-se mais a investimentos no exterior dos seus próprios limites (guiando-se pela taxa de lucro marginal) que no seu mesmo âmbito. Ademais, a economia de trabalho “vivo”, que estimula a inovação tecnológica, subordina-se diretamente à depreciação do capital fixo existente - donde um traço específico da idade do monopólio é de fundamental importância para a compreensão global do capitalismo monopolista [...].

Este novo contexto produtivo passou a demandar do Estado uma revisão de suas funções e formas de intervenção na economia, de modo a ofertar condições para manutenção e continuidade dos lucros do capital. De acordo com Mandel (1982, p.183), dentre uma destas

¹⁶De acordo com as explicações de Marx, o capital constante refere-se aquele que foi convertido em matéria-prima, máquinas, equipamentos, instalações, um conjunto de elementos que compõem os meios de produção.

¹⁷Já o capital variável representa o capital que é destinado para a aquisição da força de trabalho, ou seja, o pagamento dos salários.

condições, inclui-se “a reprodução ampliada do capital e a garantia da conservação física da força de trabalho ameaçada pela superexploração”.

A partir das elaborações de Paiva e Ouriques (2006), as políticas sociais se efetivam com essa perspectiva, elas absorvem parte do capital variável contribuindo como um mecanismo que divide os custos advindos da renovação da classe trabalhadora, assim como também possibilita que a força de trabalho desenvolva capacidades e possibilidades de consumo. Para além deste aspecto, considerando a realidade dos países de capitalismo central e reconhecendo que as políticas sociais se vinculam ao trabalho formal, a ordem burguesa estabeleceu um parâmetro de acesso e consumo baseado no nível de renda das/os trabalhadoras. Neste sentido, o salário da classe trabalhadora passa a alcançar um patamar que corrobora para a reprodução do capital.

No entanto, conforme chamou nossa atenção Marini (2000, p.132), no caso da realidade latino-americana, “nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais e centrado sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende para sua realização da capacidade interna de consumo”.

Está claro, assim, que nos países latino-americanos, dada a realidade social díspar dos países centrais, as inovações desencadeadas pelo capitalismo monopolista assumem outra configuração em face das particularidades e dos níveis de contradição. A divergência entre os países europeus e os norte-americanos frente a realidade dos países latino-americanos situa-se na lógica da subordinação e dependência ao qual são mantidos. No caso brasileiro, desde o processo de colonização, quando uma “colônia escravista e mercantil” foi constituída, a produção e a economia já respondiam a um interesse capitalista e se realizava para fora, para o mercado externo. A força de trabalho naquele período era submetida ao tratamento violento e ao trabalho forçado, sendo explorada e dominada pelos grupos dominantes que se formavam.

Nessa lógica de subordinação aos quais os países periféricos como o Brasil sempre estiveram resignados, os países de capitalismo central impuseram uma relação de dominação e controle do processo de acumulação de capital, situação que forjou os países latino-americanos como “serviçais” para atender às necessidades de expropriação das riquezas produzidas na América Latina.

Conforme apontou Marini (2000), diante de uma economia pensada para atender o capital externo, manter a acumulação capitalista num contexto de dependência só foi possível

ancorado pela superexploração¹⁸ dos trabalhadores, ou seja, fundamentada na reprodução social da força de trabalho expressa pela agudização da exploração e das contradições que constituem o modo de produção capitalista. Decorre deste processo um crescente empobrecimento da população que assevera as características de periferia, promovendo um desemprego de caráter estrutural que legitima a já histórica precarização do trabalho na realidade brasileira e latino-americana.

À vista disso, considerar a superexploração da força de trabalho como âmago da reprodução do capitalismo nos países de periferia implica em reconhecer o ônus da contradição entre capital e trabalho desde o período da colonização expressa no trabalho escravo, na violência, no longo decurso para regulamentação trabalhista, na perpetuação da concepção de sociedade desprovida direitos e nos golpes que a classe trabalhadora vem sofrendo ao longo dos anos. Nesse sentido, a sociedade brasileira sempre foi superexplorada por estar fundada numa dinâmica caracterizada pelo trabalho forçado, degradante, rebaixado e violento.

Por outro lado, a condição de dependência, associada à natureza da superexploração de trabalhadores, traz graves implicações para a constituição do preço e do valor da mercadoria força de trabalho. Enquanto, o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho necessário investido para a produção de mercadorias e a reprodução do trabalhador, o preço, que se refere ao salário que o trabalhador recebe e que situa-se no âmbito da circulação capitalista, equivale a negociação desta força de trabalho no mercado. Como explica Santana (2013, p.28) “um refere-se à circulação, enquanto outro remonta às condições de produção”.

Com a evolução dos processos de trabalho capitalista, do avanço da ciência e da tecnologia, as operações dos trabalhadores e o uso das suas capacidades cognitivas cada vez mais vão sendo reduzidos. O impacto destes processos evolutivos ocorre de forma cada vez mais contraditória, por promover uma ampliação da produção e novos arranjos para a acumulação às custas da precarização das condições de trabalho, da redução e simplificação das tarefas, da exclusão dos postos de trabalho, ampliando a distância entre o trabalhador e os resultados de seu trabalho. Essa situação acaba condicionando o trabalhador a se sujeitar ao processo de exploração.

Articulado a esse processo, que precariza e impacta diretamente o mundo do trabalho e as condições de reprodução geracional da classe trabalhadora, o capital precisa manter uma

¹⁸A superexploração é marcadamente definida pela remuneração do trabalho abaixo do seu valor, referindo-se ainda, ao processo de transferência do valor-trabalho, cujo excedente produzido aqui é apropriado pelos países de capitalismo central (Marini, 2000).

população excedente para corresponder às suas necessidades para manter o ciclo de acumulação. Essa população excedente compõe o exército industrial de reserva, uma massa de mão de obra abundante, ociosa, que interfere na regulação do preço da força de trabalho, tendo em vista, o volume de trabalhadores disponíveis. Sendo assim, quanto maior a extensão de trabalhadores volúveis no exército industrial de reserva, menor será o preço da força de trabalho.

A existência de amplo exército industrial de reserva é uma condição fundamental para a regulação do preço da força de trabalho em qualquer economia capitalista. No caso das economias dependentes, a disponibilidade de mão de obra excedente possibilita que as classes proprietárias imponham os mecanismos já mencionados de compressão dos níveis de consumo das classes assalariadas. Esse é o resultado da lei geral da acumulação capitalista, que conduz a uma extensão redobrada do exército industrial de reserva, e que serve como base para a superexploração da força de trabalho dessas economias. A pressão que a superpopulação relativa exerce sobre os trabalhadores latino-americanos é um dos principais fatores que contribuem para a dinâmica salarial da região (Santana, 2013, p. 29).

Na atual conjuntura neoconservadora, completamente desfavorável para a classe que vive do trabalho, a política de Assistência Social aparece como recurso essencial aliada a outras políticas sociais e públicas para a manutenção e sobrevivência de parte considerável da população brasileira, mediante uma trajetória de precário e falho acesso aos direitos sociais e de um repertório fragilizado de medidas estatais de proteção social.

Apesar disso, conforme apontou Paiva e Ouriques (2006) o fato de as políticas sociais não serem capazes sozinhas de “alterar o estatuto” de proprietários dos meios de produção dos capitalistas, isso não as impede de exercer a função estratégica e ocupar o lugar de disputa na relação entre capital x trabalho, embora, a condição de superexploração do trabalho mitigue a capacidade de mobilização e organização da classe trabalhadora.

Todavia, como o acesso aos direitos sociais e as políticas sociais foram pensadas para cobrir as/os trabalhadores regulados no mercado de trabalho formal, o contexto de superexploração que marca a sociedade latino-americana impõe uma realidade completamente distinta, marcada pelo desemprego, informalidade, trabalho de tempo parcial, salários rebaixados (que não garantem o nível mínimo de reprodução da força de trabalho), condições que inviabilizam o acesso da população à determinadas políticas sociais, ampliando o público que irá necessitar da política de Assistência Social.

Diante de uma dinâmica estrutural fundada na superexploração do trabalho, cujo processo de acumulação capitalista se efetiva com a transferência do mais-valor produzido aqui para os países centrais, reduz-se de forma objetiva os recursos públicos disponíveis para garantia da oferta dos direitos sociais nos países latino-americanos. Pensando na realidade

brasileira, esse contexto agrava ainda mais a vida dos trabalhadores, já que prevalece na nossa realidade social a condição de superexploração, ocasião que viola o valor da força de trabalho, e, por conseguinte, imprime um agravamento das condições de vida da classe trabalhadora, numa dinâmica que obstaculiza as possibilidades de alocação de recursos para o desenvolvimento das políticas sociais. Como reforça Marini (2000, p. 97)

O desenvolvimento dessa contradição essencial do capitalismo brasileiro o leva a mais total irracionalidade, isto é, expandir a produção, restringindo cada vez mais a possibilidade de criar para ela um mercado nacional, comprimindo os níveis internos de consumo e aumentando constantemente o exército industrial de reserva.

Essa forte característica do capitalismo dependente no Brasil, se reflete nos desafios que a classe trabalhadora tem encontrado para garantir sua reprodução social, diante de um quadro crescente de precarização do trabalho, de acirramento da pobreza, do frágil ou nulo acesso ao consumo, da intensificação da economia para a exportação, baixo investimento no mercado interno/nacional, contexto que afeta diretamente as possibilidades de materialização e expansão das políticas sociais.

Paiva (2014) argumenta que o período da ditadura militar no Brasil, revelou-se como momento estratégico de consolidação dos monopólios no capitalismo dependente, conjuntura que favoreceu o “superimperialismo” dos Estados Unidos nas periferias, forjando um sistema de proteção social *avesso* a universalização dos direitos, mas que garantia a dominação da burguesia brasileira atrelada a subordinação aos países centrais. Logo, medidas de corte foram iniciadas prevalecendo aquelas que impactaram diretamente as regulações trabalhistas e que reduziram os ganhos dos trabalhadores. O período da ditadura contribuiu para intensificar as desigualdades, monopolizar a riqueza e o poder, agravando os limites da dependência e da expropriação dos trabalhadores.

Com esse enfoque, a autora resgata que o campo de luta e disputa travado com a ditadura culminou na promulgação da Constituição Federal, sem que a democratização esperada nas relações políticas e econômicas tivessem sido alcançadas, resultando em uma Constituição com vários limites de implementação. Com o reflexo dessa conjuntura de avanço no reconhecimento dos direitos no âmbito formal e de limites para a reprodução do que havia sido proposto, incorpora-se uma nova estratégia capitalista, as medidas advindas com o pensamento neoliberal e os arranjos políticos “liberais-democráticos”.

A agenda neoliberal pactuada com as lideranças mundiais se espalhou na realidade brasileira promovendo implicações ainda mais drásticas na configuração das políticas sociais. Essa nova direção econômica dada pela intervenção neoliberal determinou os rumos da

política de Assistência Social, que subordinada ao Banco Mundial, passou a ter como foco ações voltadas para o combate e/ou redução da pobreza extrema.

Esse novo espectro reforçou as condições de dependência da economia latino-americana, reconfigurando o papel do Estado em defesa dos elevados ajustes fiscais, situação que amplificou as dívidas públicas reduzindo os gastos públicos, principalmente com as políticas sociais, avolumando os impostos, socializando os custos das crises com os trabalhadores para manter o lucro capitalista.

Para além desta tendência, surgiram as *commodities*, uma modalidade criada no processo de especialização da exportação para fomentar a indústria global, com fornecimento de matéria-prima de diversos segmentos e ramos para a produção de derivados industrializados, retroalimentando o ciclo da dependência. O Brasil é um país produtor e exportador mundial de *commodities* desde os tempos da colonização, no município de Mariana, assim como vários outros que compõem o Estado de Minas Gerais (MG), o minério de ferro é uma das principais matérias-primas comercializadas e exportadas. As *commodities* são negociadas em bolsas de valores, cujo preço sofre constante flutuação proporcionando alta capacidade lucrativa.

É diante desse entendimento universal que se ratifica o padrão de mineração nos marcos da minério-dependência, entendida como “a condição de dependência dos países periféricos em relação ao centro do capitalismo, envolvendo a troca de commodities, ou produtos primários, por produtos com alto valor agregado, havendo uma transferência de valores” (Coelho, 2013, p. 2). Ou seja, a minério-dependência gera subordinação frente mercados globais de commodities, onde são definidos os preços dos minérios exportados, instabilizando social e economicamente os locais minerados devido a flutuações nos preços. Na situação de minério-dependência, por exemplo, a arrecadação municipal e a geração de empregos e renda, mesmo que relativamente pequenas, serão impulsionadas pela atividade na qual a estrutura produtiva está especializada, o que cria dificuldade em criar alternativas econômicas, uma vez que os investimentos públicos serão direcionados para a manutenção e incentivo da atividade principal (Coelho, 2017, p. 2).

Com esse panorama adverso e de constante mudança em desfavor da classe trabalhadora, o acesso à renda e as condições de trabalho e sobrevivência mínima das famílias se agravam. Enquanto o capital amplia largamente sua riqueza, a grande massa sofre com o acirramento da pobreza e da miséria, num contexto de regressão dos direitos trabalhistas, redução da garantia do acesso ao trabalho formal, do lastro crescente da informalidade que escamoteia as possibilidades de regulamentação, diante de uma frágil oferta de proteção social pela política de Assistência Social àqueles que não podem e/ou puderam contribuir.

Revelando assim o dilema da política de assistência social em um país periférico, cuja realidade do mundo do trabalho escancara a urgência e a necessidade de uma política de assistência social ampla, financiada, universal que se volte para a proteção social das camadas

populares que mesmo quando acessam renda, são baixas, parcas e remuneradas abaixo do valor. Ou seja, “a assistência social é estratégica para a sobrevivência dos trabalhadores superexplorados, seja para completar o salário abaixo do seu valor real - por meio de transferência de renda - seja para garantir a renda na velhice, quando os indivíduos não puderem acessar a previdência devido à ausência de vínculo contributivo” (Paiva, 2014, p.349).

2.2 Os fundamentos da Política de Assistência Social na Contemporaneidade

Como demonstra Paiva (2014), a lógica da superexploração do trabalho está intrínseca ao modo de operar do capitalismo nos países dependentes. Nesse sentido, a política de assistência social configura-se como um meio de sobrevivência da classe trabalhadora pela necessidade de complementação da renda que está inter-relacionada com a constituição histórica do trabalho na realidade social brasileira, imbricada pelas mudanças recentes no mundo do trabalho diante dos processos de acumulação flexível, pelo aumento da informalidade e da precarização, contradição determinada pela estrutural superexploração da força de trabalho.

Seguindo essa trilha, dada a condição periférica da sociedade brasileira e a incapacidade do capitalismo em corresponder às necessidades sociais da classe trabalhadora, tivemos uma expansão do “campo socioassistencial” nas duas últimas décadas, na simbiose com uma maior disputa pelo “excedente econômico em torno das políticas sociais” (Paiva et al., 2010, p.156). Nessa esteira, a assistência social nos primeiros anos do século XXI e nos anos subsequentes, conforme discorreu Campos (2021), incorporou novas “matrizes políticas e ideológicas”, que metamorfosearam o seu conteúdo, imprimindo um novo paradigma para a política de Assistência Social. À vista disso, essa pesquisa apontou dois ciclos distintos que transitaram pela Assistência Social e que marcaram seu processo de implementação desde a constituição do SUAS.

Não obstante, convém destacar que o avanço formal que a Constituição Federal havia alcançado no final da década de 1980, logo no início da década de 1990 não encontrou terreno propício para a concretização, face à agenda neoliberal que se instalava no país, pelos limites estruturais de desenvolvimento frente ao padrão de reprodução do capital, e, pela disputa que

se concentra em torno do fundo público¹⁹ (Filho, 2016), conformando as políticas sociais na predominância de ações restritivas, esvaziadas dos atributos de cidadania.

Malgrado, a Constituição Federal de 1988 tenha demarcado o reconhecimento da assistência social como política social pública, sua regulamentação ocorreu posteriormente, com a institucionalização da Lei 8.742 de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS. Segundo Campos (2021), a década seguinte foi marcante para a assistência social, momento em que a política recebeu novos contornos políticos, com distinto processo regulatório e normativo.

De acordo com Silveira Jr. (2016), as mudanças que incidiram sobre a política de assistência social, concatenadas desde o final do século XX fundaram-se em novas concepções e pedagogias que passaram a compor o fio condutor desta política social, enveredadas pelo caminho do social-liberalismo. Conforme discutiram estudos anteriores, a agenda neoliberal latino-americana se efetivou na realidade brasileira disfarçada pela “social-democracia”, com início no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, desenvolvendo-se de forma mais legítima no governo petista de Luiz Inácio Lula da Silva (Castelo, 2013, Neves, 2005, 2010, Martins, 2009).

Silveira Jr. (2016), descortina a conjuntura social e econômica da época, deflagrada pelo contexto da reestruturação produtiva, com adoção de ajustes fiscais, privatização, terceirização, elevação da inflação, cenário que mitiga os trabalhadores provocando desmobilização e recuo de classe. O autor complementa (2016, p.110)

No início daquele ano (jan.1999), a economia do país já havia sido convulsionada com a irrupção da crise do real e a desvalorização cambial. As suas causas relacionavam, dentre outros, com a redução das taxas de inflação conseguida através da sobrevalorização da moeda, acoplada a uma indiscriminada abertura comercial e financeira da economia e ao desinvestimento, além das privatizações, que impulsionaram a centralização de capitais e a maior desnacionalização da economia *pari passu* sua internacionalização. Daí o aumento da instabilidade e vulnerabilidade externa macroeconômica, da dependência dessa dinâmica em relação ao capital financeiro nacional e internacional, alimentado com as altas taxas de juros pagas pelos títulos das dívidas interna e externa.

O contexto econômico em que o país se encontrava não desagradava apenas trabalhadores, diante da ampliação das expressões da *questão social*, contrariava parte da burguesia que reivindicava uma matriz econômica desenvolvimentista, perante a turbulência, estagnação e a rigidez da agenda neoliberal. Podemos indicar que se revelava um quadro

¹⁹De acordo com Behring (2010, p.31) “o fundo público é parte do trabalho excedente que se metamorfoseou em lucro, juro ou renda da terra e que é apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções de reprodução do capital e da força de trabalho [...] o Estado se apropria também do trabalho necessário, diga-se, dos salários, via tributação, com o que o fundo público é um compósito de tempo de trabalho excedente e tempo de trabalho necessário” (2010, p.22).

propício para a constituição de um novo bloco de poder, representado pela parte da esquerda brasileira que se incorporava à classe dominante. A partir deste traçado, o governo petista assumiu a presidência do país no ano de 2003, com o encargo de operar contornos políticos e econômicos face à oposição ao neoliberalismo, através de um projeto *restaurador e desenvolvimentista*. Não obstante, materializou-se em um governo de “continuidade”, particularmente na agenda econômica.

O continuísmo político do governo Lula garantiu a manutenção da subordinação do país ao capital internacional, em contrapartida, promoveu a minimização da restrição externa²⁰, o que possibilitou que o país voltasse a apresentar crescimento. Algumas medidas desenvolvidas pelo governo favoreceram a viabilização de crédito, programas de transferência de renda foram ampliados, elevou-se o padrão do salário mínimo, bancos e organismos multilaterais ampliaram sua atuação no país, adotaram-se medidas contra a crise de 2008-2009, mantendo-se a política macroeconômica do governo FHC. O Brasil, neste período, esteve atuante na cena pública cooperando em projetos e acordos internacionais.

Este panorama político e econômico revelou os traços que a política de assistência social assumiria em consonância com a conjuntura que se mapeou na realidade brasileira. O desenvolvimentismo proposto no governo Lula disfarçava uma suspensão das políticas neoliberais, conciliando altas taxas de juros e ampliação dos lucros com políticas de equidade. Para Castelo (2012a), o “novo desenvolvimentismo” tinha como perspectiva apontar uma direção distinta do liberalismo e do socialismo. Ou, nas palavras de Sampaio Jr. (2012), o objetivo de transitar para “terceira via” justificava-se pelas falhas evidenciadas no neoliberalismo e no antigo nacional-desenvolvimentismo.

Nos termos de Gonçalves (2012b, p.662), “o novo desenvolvimentismo pode ser visto como mais uma versão do modelo de liberalismo enraizado”, sugerindo que o interesse com essa medida estava em combinar o crescimento da economia com a redução dos níveis de desigualdade social. A partir dessas formulações, Silva (2012) adverte que esse padrão “novo desenvolvimentista” que se emergiu no governo Lula, revertia-se do social-liberalismo pelo fato de encontrar-se ancorado nos princípios da equidade e da justiça, desde que, subordinados aos interesses do mercado. Assim, Sampaio Jr. (2012) concluiu que essa ideologia “novo desenvolvimentista” foi uma estratégia utilizada para distinguir o governo FHC do governo Lula que de forma objetiva manteve a essência da rigidez liberal.

²⁰Compreende-se como restrição externa a produção de mercadoria que excede a sua capacidade de circulação no mercado, ou seja, a produção é superior à demanda.

No conjunto dessa tessitura, mudanças foram operacionalizadas no bojo da assistência social. Silveira Jr. (2016) problematiza o dissenso entre alguns conceitos, *pari passu* a adoção de determinadas concepções que passaram a compor o conteúdo da política “bem ao gosto do social-liberalismo” (2016, p.126).

Segundo as contribuições de Campos (2013), a introdução de novas matrizes teóricas e ideológicas no texto da política de assistência social evidenciou a absorção das orientações internacionais na esfera social. Em sua análise sobre o interstício entre os governos petistas e os governos subsequentes pós-golpe parlamentar, a autora identificou dois ciclos distintos que caracterizaram esse período. Com base no termo intitulado por Behring (2011), como “choque de gestão”, no primeiro ciclo criou-se uma nova base institucional para a política. Já no segundo ciclo, denominado de “choque normativo reacionário” ela observou a inserção de novos elementos à política que imprimiram um modo particular de lidar com as expressões da *questão social*.

Nesse motim, Silveira Jr. (2016) argumenta que a forte adoção às orientações dos organismos internacionais como as indicadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), assumiram um papel determinante no processo de construção da base ideológica dessa política, fundamentado na adequação das concepções de “vulnerabilidade”, “risco social”, “segurança”, “igualdade de oportunidades”, “desenvolvimento com equidade”, para a abordagem da assistência social. Todas elas relacionadas há uma menor responsabilização do Estado e na defesa de uma atuação subsidiária ao mercado, cuja atenção deve focar nos grupos mais subalternizados.

A atuação dos organismos internacionais (multilaterais) e dos intelectuais dessa perspectiva “novo desenvolvimentista”, disseminou um novo entendimento sobre pobreza, que a partir de um enfoque multidimensional emerge da contradição entre a ordem econômica e as hierarquias sociais, localizando a pobreza na insuficiência de renda e de oportunidades. Neste quadro, o “paradigma da equidade” surge como uma medida capaz de combater o problema da pobreza e da miséria através da igualdade de oportunidades e do desenvolvimento de potencialidades. Com esse viés, Silveira Jr. (2016, p. 196), acrescenta:

O deslocamento do centro da gravidade dessa política social para o “risco e a vulnerabilidade social” aparece como a via estratégica através da qual passam a orbitá-la as demais ideologias do social-liberalismo, em especial a questão da “igualdade de oportunidades”, o “enfoque das capacidades”, a visão de “capital social”, as noções de “empoderamento” e de “ativos sociais”. Todas essas ideologias, por seu turno, se arranjam a partir da resignificação da *pobreza* e do *desenvolvimento* operada pelos aparelhos hegemônicos e os intelectuais orgânicos da restauração do capital (grifos do autor).

Com esse prisma, o novo arcabouço teórico e metodológico desenhado para a política de assistência social visou contemplar os interesses dominantes, estes por sua vez, alinhados às perspectivas econômicas delineadas pelos organismos internacionais, impregnaram essa política social de mistificações que tendem a privilegiar a responsabilização dos indivíduos e suas famílias. A confusão teórica entre os conceitos de política social, proteção social e segurança social, cujas abordagens apontaram para um caráter preservacionista de manutenção da ordem, das necessidades advindas das “relações em sociedade”, embaralharam a realidade histórica das políticas sociais, retirando delas todo o processo de lutas e mobilizações que a envolveram.

De maneira contundente, Boschetti (2017), aponta o DNA conservador que essas concepções trouxeram, amplamente funcionais à garantia de ativação do trabalho precarizado aliado ao maior controle da classe trabalhadora. Pereira (2013), sustenta que essas concepções revelam um traço estrutural-funcionalista, emaranhadas pela ideologia da nova direita.

Conforme estudo sobre as razões e implicações do uso dessas concepções na assistência social, Alvarenga (2012) sintetiza que a introdução destes termos se consolidou a partir de uma adaptação do SUS ao SUAS, visando evitar a segmentação do atendimento que atrelava a assistência social à pobreza. Todavia, a incorporação dessas concepções dificultou a operacionalização da política, dada a ambiguidade de significados face ao mirante de análise que se queria adotar.

Silveira Jr. (2016), demarca que a “teoria do risco social” foi propalada no ano 2000 por estudiosos das ciências sociais de origem anglo-saxônica e adeptos da “terceira via”, passando a contemplar os modelos de proteção social²¹ que eram difundidos pelo Banco Mundial. O debate em torno dessa teoria converte as contradições advindas do modo capitalista de produção em pequenos riscos advindos do processo de acumulação, camuflando as crises que ele desencadeia, negando as conseqüentes desigualdades geradas e a presença dos antagonismos de classe.

Também nessa esteira, o mesmo organismo internacional divulgou em anos subsequentes que os efeitos da globalização e dos avanços tecnológicos possibilitaram a expansão da economia dos países de capitalismo periférico, em contrapartida, o crescimento

²¹Camila Potyara sintetiza a concepção de proteção social para a direita, a partir da concepção e projeto construído pelo Banco Mundial. “A proteção social neodireitista, portanto, deve ser residual, ínfima, capaz de permitir em vez de proporcionar, ou seja, deve ter por finalidade capacitar os indivíduos para que encontrem formas de autoproteção, mesmo que, para isso, o Estado precise ajudá-los minimamente, por meio de transferências monetárias diretas ou facilitando a atuação do voluntariado e do mercado” (Pereira, 2016, p.163).

poderia promover a ampliação dos riscos. Com base nesse enfoque, Silveira Jr. (2016, p.200) explica:

Se os “riscos sociais” remetem aos males sociais multiplicados no seio do ordenamento dominante, a “vulnerabilidade social” adverte-nos sobre a capacidade de resposta dos indivíduos aos riscos sociais. Numa notação sociológica negativa: a “vulnerabilidade social” refere-se à dada *incapacidade pessoal de enfrentar riscos ou impossibilidade de manobrar ativos para se proteger*. Daí a funcionalidade da política social, como peça fundamental de “gestão de riscos”, na promoção da “igualdade de oportunidades e capacidades”, através do investimento no “empoderamento” e no “capital social” dos segmentos pobres (grifos do autor).

Sob esse argumento, conforme expõe o autor, o foco no desenvolvimento humano surge com essa prerrogativa, promover a aquisição de capacidades, oportunidades e potencialidades, rumo a um novo horizonte para a assistência social baseado no “fortalecimento” e no “empoderamento”²² dos indivíduos e suas famílias. Por esse viés, e, considerando que todo indivíduo dispõe de alguma habilidade, e que alguns estarão mais suscetíveis ao risco do que outros, superar essas adversidades irá depender da capacidade de resistir de cada sujeito e sua família, por isso, a importância de potencializá-lo, de ampliar suas oportunidades, para que seja possível através de um acúmulo de ativos sociais a superação dos problemas sociais e das desigualdades pelos próprios indivíduos.

Couto (2014), alerta para o processo de responsabilização e culpabilização que todo esse processo gera para os sujeitos e suas famílias, principalmente, quando consideramos as ações de “inserção produtiva”, forma precária de garantir a inserção da população pobre no mercado de trabalho, capaz de ampliar a superexploração da força de trabalho, ao passo que alude os sujeitos sociais de uma falsa qualificação e possibilidade de superação da pobreza.

De modo similar, Paiva et.al (2010, p. 160) destacam os efeitos da interferência dos organismos internacionais no desenvolvimento das políticas sociais em toda a América Latina, expondo que além do Brasil, outros países na missão de se adequarem a conjuntura neoliberal e a abertura comercial global (as políticas de caráter compensatório), estabeleceram medidas que visam a equidade social dos indivíduos e famílias pobres. A autora adverte, assim como o Brasil, os esquemas de “proteção social” da América Latina centralizam suas ações nas famílias, com uma tendência estrutural de afastamento do Estado e responsabilização dos núcleos familiares de garantirem a proteção de seus membros e de superar as condições de pobreza, à partir das oportunidades concedidas pelo mercado.

²²Para estudo aprofundado sobre o conceito de empoderamento ver: CARVALHO, I. A. Para a Crítica do Empoderamento: a ideologia do indivíduo mônada social. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Nestes termos, pensando o caso brasileiro, a família esteve na centralidade da construção da política de assistência social desde a Constituição Federal de 1988, sendo reiterada enquanto espaço de oferta de cuidado e convívio social em todas as legislações posteriores, situação em que o Estado perde seu caráter público e de obrigação, assumindo um papel secundário. Neste âmbito, o trabalho social com famílias previsto pela assistência social, irá recuperar um projeto de sociedade do início da República no Brasil, onde a família já era tida como estratégia de intervenção, loco privilegiado de reprodução de valores, e, espaço de disciplinamento, modelador de comportamentos para atender às necessidades do mercado (Garcia, 2012).

Considerando a afirmação de Teixeira (2010, p.63), “a intervenção do Estado na família data do nascimento do próprio Estado moderno, a execução dos serviços socioassistenciais e do trabalho social desenvolvido na contemporaneidade ainda carregam uma natureza estrutural-funcionalista, de contorno moralizante e psicologizante, culpabilizando os indivíduos - em sua maioria as mulheres - pela condição social e pelo fracasso na garantia da proteção social dos seus membros”.

Para além da reprodução de um trabalho social que tem sido pautado pelo conservadorismo e na disseminação do sistema de valores da ordem social dominante, as inovações produzidas na política de Assistência Social corroboraram com uma compreensão equivocada da política social, sem reconhecer o espaço contraditório que é revelado na família, local onde os desvalores disseminados pela ordem dominante são reproduzidos.

Desconsidera ainda uma leitura crítica da vida social, interpretando as situações e dinâmicas cotidianas como problemas singulares, passíveis de serem solucionados e explicados apenas no campo das relações familiares, desprezando o fato de fazermos parte de uma sociedade regida pela Lei do Valor, pela *divisão social, sexual e racial do trabalho*, situação em que os papéis sociais dos homens e das mulheres ainda estão arraigados.

Por fim, é destacar os limites da categoria de matricialidade sociofamiliar para a garantia da dimensão básica da proteção social que se efetiva como eixo organizador da política socioassistencial, ancorada na dimensão moral e individual para enfrentar os “problemas sociais”.

Assim, reconhecer a importância da família como esfera privada das relações sociais, e, talvez por isso, matriz da proteção socioassistencial básica, não é pretexto para sua supervalorização, ou entificação, ou seja, sua pseudo afirmação como sujeito, vez que efetivamente isso é uma impossibilidade. Tal percurso equívoco, além de encobrir as contradições do processo de pauperização, tem submetido às famílias a uma solitária e contraditória condição de protagonista social, cuja proteção de seus membros deve ser assegurada sob auspícios dos serviços

socioassistenciais. Mas não só a proteção, sobretudo, cabe a esse fantasmático ente a tarefa de sair da pobreza (Paiva; Rocha, Carraro, 2010, p.41).

Conforme destacou Rocha (2014), as “novas metodologias” previstas pela PNAS não apresentam nada de novo, são mistificações que se renovam na realidade social para ocultar graves contradições e favorecer a manutenção da ordem social. Revelam-se como estratégias do capital para alienar os sujeitos sociais, desqualificando-os e despolitizando-os, o que fragiliza a luta de classes e rompe com a concepção de direitos.

Não temos dúvidas dos avanços e conquistas que a PNAS possibilitou no Brasil, como expressão e resultado de disputas que ainda se colocam na cena pública. A PNAS é um importante marco e vitória do povo brasileiro, o que exige atenção e construção de estratégias e lutas para enfrentarmos os desafios do desfinanciamento, conservadorismo e avançarmos na perspectiva da assistência que o povo brasileiro necessita. Principalmente quando falamos da organização da PNAS no âmbito dos municípios, conforme veremos no próximo tópico.

2.3 A política de Assistência Social em Mariana (MG)

O município de Mariana constitui-se um território com particularidades históricas. Região que concentrou o apogeu do ciclo do ouro no Brasil, produtor de vultosa riqueza, marcado pelas relações imperialistas desde a sua origem, e, por processos de desapropriação via colonização mercantil, considerando que a economia neste período já era direcionada para o mercado externo.

Disso resultou a uma dinâmica de transferência das riquezas e dos bens produzidos nessas regiões para a Inglaterra e outros países europeus, alimentando um mercado que, mais tarde, se tornou mundializado, mas que permanece comandado pelos aclamados países de capitalismo central, conferindo à realidade local um rastro de pobreza e dependência.

O processo de exportação e apropriação das nossas riquezas esteve alicerçado na dinâmica da superexploração da força de trabalho, marcadamente presente em todo o período de colonização brasileiro, subsidiado pelo trabalho forçado de homens e mulheres negras durante a escravização. Do ensejo da descoberta e do usufruto do ouro dessas terras, para nós, não nos resta quase nada, há não ser o acervo arquitetônico e cultural barroco. Encerrado este ciclo de exploração, nessa mesma região, também denominada de quadrilátero ferrífero²³, emanou-se a profusão das jazidas de ferro. Conforme argumentou Horst (2023, p. 246) “logo, a mineração extrativista se apresentava como a estrutura contemporânea da espoliação”.

²³Região próxima da capital Belo Horizonte, composta pelas cidades de Mariana, Ouro Preto, Sabará, Congonhas, Nova Lima, Itabira, dentre outros.

O estado de Minas Gerais é considerado o maior produtor de minério de ferro do país, enquanto o Brasil ocupa o segundo lugar no ranking mundial. O quadrilátero ferrífero é composto por mais de 7 mil quilômetros quadrados de extensão, respondendo por mais de 60% da produção total de ferro, região onde situam-se as maiores jazidas e reservas nacionais. Malgrado, toda essa riqueza seja produzida em nosso país, como ela se volta para atender o mercado externo/exportador, esse processo fomenta a internacionalização/globalização - principalmente dos países de capitalismo central - cujo imperialismo é mantido graças a essas digressões, aprofundando a relação de dependência econômica do Brasil face ao setor minerário.

Como resultado contraditório da dinâmica de exploração do minério de ferro e do modo de operar do capitalismo, temos a expansão do rompimento de barragens de rejeito, crimes que se agudizam face à busca incessante por superlucros e da manutenção de modos específicos de perpetuação da exploração. Nesse paradoxo, de forma recente, no dia 05/11/2015 o município de Mariana vivenciou o rompimento da barragem de Fundão da empresa Samarco S/A, crime que além de causar perdas fatais e atingir diversas famílias, representou o pior crime ambiental da história do Brasil. Todavia, essa situação abriu um alerta sobre outras barragens situadas no estado, evidenciado que várias estavam operando com risco de rompimento.

A este respeito, Mansur (2016) demonstra que o ramo da mineração na primeira década dos anos 2000 apresentava um “megaciclo” de *commodities*, o rompimento de barragens, conforme discorre a autora, é parte estruturante desse processo de queda das exportações e dos superlucros diante da natureza cíclica dos preços do minério de ferro. Desse modo, o rompimento de barragens de rejeito sugere um contexto de crise dos superlucros da mineração, tendo em vista a queda deste mercado. Nessa esteira, Santos e Wanderley (2016, p.20) argumentam que o cenário de rompimento de barragens demonstra “elementos inerentes à dinâmica econômica do setor mineral”.

Ao observarmos a formação econômico social deste município, que se constituiu *pari passu* a realidade social brasileira e suas formas de manifestação das expressões da *questão social*, parece enorme o desafio de pensarmos o processo de consolidação da política de assistência social no município de Mariana a partir de uma dinâmica que alude a um momento extremamente desafiador. Se considerarmos a conjuntura de expansão da ofensiva ultraneoliberal e do conservadorismo, particularmente do agravamento da condição de vida da população pela chegada e instalação de mineradoras no território, temos como resultado a

intensa alteração da dinâmica de vida das famílias impactadas direta e indiretamente pelo rompimento da barragem.

Nessa direção, concordamos com Mascarenhas (2023) quando a autora sinaliza que o “monstro” não se trata apenas dos rompimentos de barragens, mas sim da alteração dos modos de vida que a mineração predatória realiza ao se instaurar nos territórios, impactando conforme demonstra a autora, na alimentação, no ar, nas águas, na terra, gerando conflitos na cidade.

Desse modo, a especificidade, da qual as expressões da “questão social” são constituídas no território atingido pelo atual modelo de mineração, está circunscrita à alteração forçada do modo de vida da população atingida. Ainda que no processo de tomada de consciência da classe trabalhadora, certa parte defenda o monstro, por ser quem proporciona o emprego e o assalariamento, enquanto a outra parte o enfrenta, questionando a imposição da dependência econômica ou construindo outros modos de vida. Portanto, é o monstro que inflige essa alteração, embora ela possa ser melhor observada após o crime de ruptura de barragem de rejeito (Mascarenhas, 2023, p.76).

Assim, as expressões da *questão social* podem ser, equivocadamente, restringidas ao binômio emprego-desemprego, sendo a luta por emprego desarticulada da luta por um novo modelo de mineração.

Conforme dados do último censo do IBGE (2022), a população atual do município gira em torno de 61.387 habitantes, não obstante, fontes extraoficiais tendem a questionar esse dado, devido ao crescimento pujante de todos os segmentos/serviços da esfera pública municipal, sobretudo, aqueles voltados para a limpeza urbana e os ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS). O poder público local estima uma população flutuante de 35 mil habitantes, o que pressupõe uma população atual de quase 100 mil habitantes. Nessa ótica, a expansão acelerada de moradias irregulares construídas em áreas de ocupação merece um alerta por estarem situadas em regiões que geralmente são afetadas por deslizamentos, alagamentos, desabamentos, o que submete grande parte da população a precárias condições habitacionais e de vida.

O crescimento populacional desordenado é uma característica das cidades que atuam com a atividade extrativista do minério de ferro, esse fluxo migratório decorre da busca por oportunidade de trabalho e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e suas famílias: trata-se de um traço deste município, a absorção de contingentes de todas as regiões do país. Após o crime do rompimento da barragem de Fundão - Samarco S/A em novembro de 2015, os últimos nove anos têm sido de grande mobilização e movimentação de força de trabalho na cidade, tendo em vista os processos de reparação/reassentamento dos atingidos e do retorno operacional da empresa Samarco S/A.

Em pesquisa realizada pelo IBGE no ano de 2021, o município de Mariana apresentava uma média da renda mensal dos trabalhadores formais em torno de 2,4 salários mínimos e uma estimativa de 19.620 pessoas ocupadas, cerca de 31,73% da população. Em 2010 o percentual da população que vivia com até 1/2 salário mínimo de renda era de 36,7%. De acordo com a base de dados do Cadastro Único - Tabcad, 15.312 pessoas receberam o benefício do Programa Bolsa Família no mês de março de 2024, o que significa que 24,94% da população de Mariana vive com menos de R\$218, 00 de renda per capita. O PIB per capita do município no ano de 2021 chegou a R\$119.155,40, colocando o município no 15º lugar do ranking comparado aos outros 853 municípios, panorama contraditório diante do frágil acesso ao trabalho e a renda de um percentual considerável da população.

De modo complementar, em divulgação recente do IBGE através de pesquisa da Pnad-C referente ao primeiro trimestre do ano de 2024, a região sudeste apresentou uma taxa de desocupação de 7,6%, a taxa de informalidade do país de acordo com a população ocupada foi de 38,9%, o percentual de pessoas ocupadas trabalhando por conta própria no mesmo trimestre foi de 23,6%, a pesquisa evidenciou que em comparação ao primeiro trimestre do ano de 2023, houve redução nos percentuais de todas as faixas de tempo de procura por trabalho, ou seja, dados anteriores apontaram um período de busca por emprego pelos trabalhadores superior há dois anos, percentual que representou uma pequena redução neste primeiro trimestre. Não localizamos dados oficiais com informação recente sobre a informalidade e/ou desemprego no município de Mariana.

Necessário advertir que o município apresenta uma peculiaridade importante, no período compreendido entre 2010 a 2023, Mariana experienciou 12 (doze) mudanças no poder executivo municipal por razões distintas: cassação, improbidade administrativa, uso indevido de recurso público, corrupção, crimes eleitorais, dentre outros. Esse quadro de instabilidade política e descontinuidade da gestão na simbiose com o impacto econômico pós-rompimento da barragem, têm engendrado consequências para a operacionalização das políticas sociais, precipuamente, para a assistência social.

É bom lembrar que a assistência social não dispõe de dotação orçamentária específica, o que naturalmente gera entraves no desenvolvimento adequado dos serviços/programas/benefícios, interferindo na alocação dos recursos, impactando na continuidade das ações, desencadeando prejuízos na atuação e condições dos trabalhadores/servidores. Trata-se de uma conjuntura que favorece a expansão das parcerias público-privada, o que amplia o recuo e o desinteresse governamental no desempenho de suas obrigações.

Nestes termos, a política de Assistência Social no município de Mariana desenha-se marcada pela sua formação social, entrelaçada pela contradição, pela desigualdade e pela reprodução do tradicionalismo evidenciado na contemporaneidade no manejo e condução das ações socioassistenciais. Essa perspectiva revela um maior distanciamento de uma emancipação política dos indivíduos e do acesso integral às políticas socioassistenciais.

A expressão atual das ações socioassistenciais carrega o estigma paternalista, assistencialista, e na concepção do cidadão cliente, cujas relações são mantidas na base da troca, sustentadas por uma elite local que se reveza no poder, e, que se mantém alinhada ao mandonismo do capital industrial e internacional, atraídos pelas *commodity* de minério de ferro. Conjuntura denunciada fortemente pelas profissionais da rede socioassistencial:

O desmonte das parcas políticas sociais municipais tem se expressado da seguinte forma nos municípios da Região dos Inconfidentes: a) redução do acesso aos benefícios assistenciais; a rede socioassistencial encontra-se desatualizada; b) intermediação por terceiros no acesso a direitos sociais, principalmente no município de Mariana; c) frequente identidade entre o trabalho realizado pelo Assistente Social e as diretrizes da política social; d) ausência da participação dos usuários nos processos de formulação, implementação, execução e monitoramento das políticas municipais; e) frequente cooptação, pelo poder público, dos Conselhos Municipais na região; f) os municípios não têm recebido o repasse dos recursos do fundo por parte do Estado de Minas Gerais desde 2016, o que tem dificultado na execução das propostas planejadas pelos municípios (Carrara; Horst; et al, 2019, p.07).

A partir do ano de 2009²⁴, o município de Mariana iniciou o processo de organização da política de Assistência Social com base nos princípios e diretrizes do SUAS. Nesta ocasião, o município foi habilitado na Gestão Plena, o que implicou na disponibilidade e oferta de serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade considerando o território em toda sua extensão. Conforme orientações técnicas do SUAS no processo de implantação dos equipamentos públicos, a divisão territorial deve pautar-se na realidade socioeconômica e cultural das famílias e nas localidades que apresentem maior índice de vulnerabilidade e risco²⁵ social.

²⁴Contraditoriamente, a Lei Municipal Nº 3.153 estabeleceu a organização da política com base nas normas e diretrizes do SUAS somente no ano de 2017.

²⁵O uso destes termos já foi problematizado por nós no item anterior deste capítulo, algumas sínteses sobre esse debate numa perspectiva crítica podem ser encontradas em Alvarenga (2012), Silveira Jr. (2013, 2016). Importa esclarecer que essa terminologia poderá aparecer no decorrer do texto por terem sido apropriadas pela PNAS. Ao caracterizar o público usuário da Assistência Social, a PNAS prevê: “[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, ciclos de vida, identidades estigmatizadas em termo étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultantes de deficiências, exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas, diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal, estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (Brasil, 2005, p. 33)”.

Todavia, o município não seguiu essa diretriz, realizou a divisão territorial com base em esquemas próprios e políticos, sem considerar as demandas e necessidades sociais de determinadas localidades, o que implicou numa divisão injusta, sem critérios legítimos, corroborando para que alguns CRAS fossem implantados em territórios com maior índice populacional, mas sem o devido planejamento/investimento e recursos humanos capazes de responder pela demanda local.

No atual contexto, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC) apresenta uma estrutura organizacional constituída por equipamentos de proteção social básica, proteção social especial e os serviços/programas e benefícios que as compõem. Como equipamentos de proteção social básica, o município dispõe: dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) - Cabanas e Colina - e duas Equipes Volantes de proteção social básica que executam o mesmo trabalho ofertado no CRAS - Equipe Volante Distritos e Bairros. Composto os equipamentos de proteção básica ela desfruta de um Centro de Referência da Infância e Adolescência (CRIA) - voltado para o atendimento de criança e adolescente que atua com a oferta de oficinas socioeducativas, culturais, recreativas e esportivas. Outro espaço socioassistencial se refere ao RECRIAVIDA, este equipamento é responsável pelo atendimento da pessoa idosa, com idade acima de 60 anos, mas que possua mobilidade social/urbana. Nesse sentido, Titoneli e Leão (2023, p.6) argumentam:

Na rede socioassistencial de Mariana, em especial na proteção social básica, os programas sociais são ferramentas/recursos de trabalho, utilizados pelas equipes para inserção dos indivíduos/famílias, a exemplo: o Centro de Referência da Infância e Juventude – CRIA, Centro de Referência do Idoso - RECRIAVIDA, o Projovem e o Programa de Inclusão Produtiva, que consistem em espaços de convivência, desenvolvimento de atividades coletivas, mecanismos de inserção para mulheres, pessoas com deficiência, homens (com idade acima de 55 anos), idosos e adolescentes no mercado de trabalho, transferindo renda a estes segmentos. Os programas estabelecem critérios de acesso e previsão de vagas limitadas, baixa cobertura, possuindo a necessidade de regularização e regulamentação legal, além de demandarem adequação e diálogo com os outros serviços da rede.

Dentro da estrutura organizacional da proteção social básica estão situados alguns serviços e programas específicos, dentre eles: Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF), cuja execução acontece no espaço físico dos CRAS, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que na prática se confunde com as ações ofertadas dentro do CRAS pelo PAIF, o Programa Jovem Aprendiz que atualmente encontra-se suspenso, devido a irregularidades identificadas pelo Ministério Público e o Programa de Inclusão Produtiva (PIP). Salienta-se que o município de Mariana não detém uma política pública habitacional que objetive a promoção do desenvolvimento urbano e o acesso à moradia de qualidade, tema tão caro para a população. Em vista disso, as ações voltadas para

o atendimento de reforma, adequação do imóvel, intervenção da Defesa civil e construção, ainda permanecem vinculadas à política de assistência social municipal.

O Programa de Inclusão Produtiva²⁶ (PIP) é voltado para o atendimento de mulheres, chefe de família, sem cônjuge e/ou companheiro, que tenham filhos sob sua dependência e residam no município por período superior ou equivalente há dois anos. Configura-se como uma estratégia governamental que insere um grande contingente de mulheres no mundo do trabalho por um baixo custo. Como critério, o programa exige o cumprimento de uma carga horária diária de trabalho de 4 horas, o que garante o atendimento de limpeza urbana e dos serviços gerais de todos os departamentos e setores da prefeitura. O tempo de permanência dessas mulheres conforme previsão legal é de até dois anos, não havendo em paralelo qualquer proposta de qualificação e/ou capacitação. O programa remunera pouco mais de ½ salário mínimo sem arcar com os encargos trabalhistas. Outras duas modalidades integram o programa, a inserção da mulher com deficiência (PCD) e a inclusão de homens e/ou mulheres com idade superior a 55 anos que estão fora do mercado de trabalho.

No contexto latino-americano e de forma convergente com a realidade de Mariana (MG), esses programas sociais têm sido utilizados como política de proteção social, orientada para a superação da pobreza e para o fortalecimento das capacidades, promovendo a articulação das políticas setoriais e a “participação social”. De maneira geral, eles visam promover o acesso a uma forma de renda, atribuindo aos sujeitos a responsabilidade de garantir o seu próprio bem-estar e da sua família através da potencialização das habilidades humanas, buscando romper com o ciclo da pobreza. Sobre este aspecto, Mauriel (2012, p.187) traz alguns apontamentos que nos ajudam a desvelar a natureza desses programas municipais:

A gestão estratégica da pobreza, que supõe o fortalecimento da capacidade dos pobres para lutarem contra a pobreza como sujeitos desse processo, aposta no crescimento individual e na melhoria das condições de acesso à produção (incentivo a geração de renda), ao microcrédito e, conseqüentemente, à mobilidade social (por seus próprios esforços pessoais. [...] Isso significa, sob essa concepção de política social [conferir] aos pobres uma possibilidade de inserção precária, pois como não é possível construir saída de integração estrutural via trabalho regular em função do padrão de produção excludente, propõem-se essa forma de acomodação.

Por esse viés, este programa social cumpre o papel dentro da máquina pública da Prefeitura Municipal de Mariana (PMM), de garantir a reprodução da população excedente (mulheres, pessoas com deficiência e homens acima de 55 anos) que foram alijados do processo produtivo no contexto do desemprego estrutural e de acumulação do capital, sendo absorvidos pela política de Assistência Social, sem considerar os limites e contradições dessa

²⁶ Decreto nº 9.910, de 2019; Lei nº 3.277, de 2019; Lei nº 3.212, de 2018; Lei nº 3.155, de 2017.

posição, embora venha assegurando a sobrevivência de parte considerável da população (Boschetti, 2016).

No contexto atual, as mulheres que participam do programa social de Inclusão Produtiva desempenham atividades e atribuições que deveriam ser realizadas por servidores, de cargo efetivo, que compõem o quadro de pessoal do executivo municipal. São cerca de 436 mulheres espalhadas por todas as secretarias/setores, trabalhadoras que realizam atividades diversas nas áreas de limpeza, merenda escolar, unidades de saúde/policlínica, recepção, executando tarefas equivalentes aos servidores municipais.

Com o Programa Projovem²⁷ a situação não diverge. Atualmente, ele encontra-se paralisado por uma ação do Ministério Público devido a irregularidades e ilegalidades trabalhistas. O programa que já teve várias nomenclaturas (Formação Profissional, Jovem Aprendiz e no contexto atual, Projovem), é direcionado para adolescentes com faixa etária a partir de 16 anos, matriculados na escola e cujas famílias estejam referenciadas a algum serviço socioassistencial. Como as práticas de tutela e paternalistas ainda são predominantes, a maior parte dos adolescentes inseridos neste programa obtinham um apadrinhamento político.

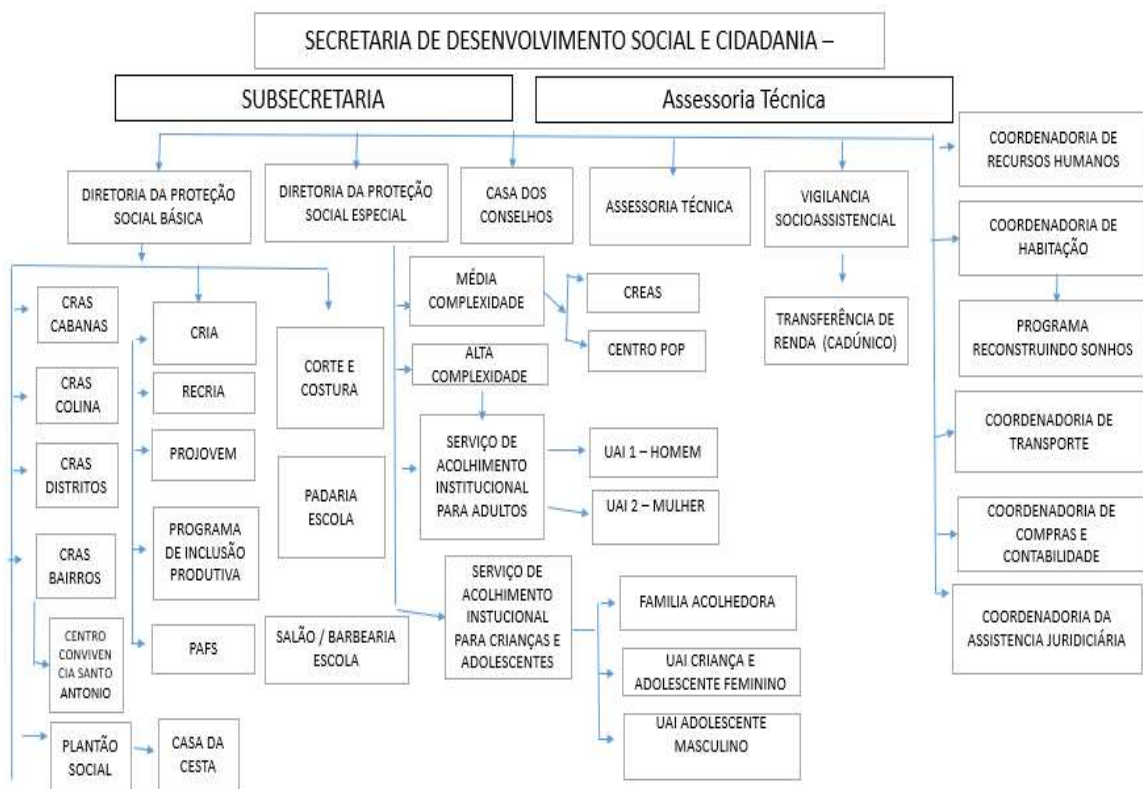
No que se refere aos programas de transferência de renda, alguns serviços estão descentralizados e funcionam nos CRAS, considerando a facilidade do acesso para as famílias. Entretanto, ações de atualização do Cadastro Único - CadÚnico e o acesso a outros benefícios, o atendimento é realizado no setor do Cadastro único que hoje compartilha o espaço físico com o Sistema Nacional de Empregos (SINE). A vigilância socioassistencial em Mariana ainda se encontra em processo de estruturação do serviço, compondo a proteção social básica. O plantão social é um serviço que historicamente atuou com o atendimento emergencial de famílias/indivíduos na concessão dos benefícios eventuais, em Mariana ele exerce esse papel, compartilha o espaço com a SEDESC e, infelizmente, no tempo presente, ainda possui um forte teor assistencialista e politiquero. O atendimento é realizado por demanda espontânea, sem exigência de agendamento prévio ao usuário/cidadão que não consegue ser atendido pelo CRAS do seu território de abrangência e/ou por indicação/encaminhamento político. A tipificação nacional de serviços socioassistenciais não incorporou o plantão social, todavia, a Lei do SUAS municipal estabeleceu a continuidade da prestação do serviço no município.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CENTRO POP), são os

²⁷Lei nº 3.416, de 2021.

equipamentos municipais que prestam serviços de proteção social especial de média complexidade. O CREAS é a unidade pública socioassistencial responsável pelo atendimento de famílias/indivíduos, residentes na área urbana e rural, que estejam vivenciando situação de violência e/ou violação dos seus direitos. Este equipamento é integrado pelos seguintes serviços: Serviço Especializado de Atendimento à Famílias e Indivíduos (PAEFI) e o Serviço de Proteção Social à Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA). Já o CENTRO-POP é uma unidade socioassistencial voltada para o atendimento especializado de indivíduos com trajetória de rua e/ou que usam a rua como espaço de sobrevivência e/ou moradia.

A proteção social especial de alta complexidade é composta pelos Serviços de Acolhimento Institucional nas suas diversas modalidades e pelo Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. O município dispõe de duas unidades de acolhimento institucional para a criança e ao adolescente, uma unidade de acolhimento voltada para o público com trajetória de rua do sexo masculino e uma unidade de acolhimento institucional provisória para o atendimento das situações de calamidade pública e emergência. Segue abaixo um organograma contemplando os equipamentos e serviços da política de assistência social de Mariana (MG).



Os equipamentos de proteção da média e alta complexidade, tal qual, os equipamentos da proteção social básica, lidam no cotidiano da atuação profissional com os desafios de desenvolver um trabalho social com famílias alinhado a uma teoria de base crítica, capaz de desvelar a estrutura social e econômica que nos inserimos. Diante das transformações e mudanças no mundo do trabalho, da natureza familista reeditada pelas políticas sociais de ordem neoliberal, do contexto de crise do capital e de atualização do conservadorismo, responsabilizar e culpabilizar as famílias, principalmente as mulheres pelas condições sociais que se encontram, tem sido uma prática, com ressalva, para aqueles profissionais e serviços que preservam um compromisso ético-político com sua categoria profissional e com a população usuária. Conforme reforçam Horst e Miotto (2021, p. 232):

[...] a relação entre política social e famílias, dependendo da compreensão que se tem de ambas as instituições, constitui uma confluência perversa. Isso porque, se apostarmos na política social como espaço de disputa junto a famílias, essa relação pode ser de potência. No entanto, o que se legitima é uma relação perversa – já estabelecida a priori – na qual a política social, longe da possibilidade de desvendamento da realidade como forma de luta, tenderá sempre a jogar para cima das famílias responsabilidades que elas, dadas as suas condições objetivas de vida, não são capazes de assumir. Entender essas contradições a partir da atuação profissional e as opções que temos feito ou não, historicamente, junto ao trabalho com famílias é a tarefa necessária.

Cabe sinalizar, que as/os profissionais que operacionalizam a política de assistência social são parte da classe trabalhadora, o que os impele a conviver com agruras, sendo marcante na realidade do trabalho profissional a precarização das condições de trabalho. Nesse campo é importante sinalizar a rotatividade das equipes, decorrente de frágeis vínculos trabalhistas, a ausência de materiais e recursos básicos para efetivação das ações, o descaso com a manutenção dos equipamentos públicos, a redução das equipes e o atraso na reposição dos profissionais, o excesso de sobrecarga, o desinvestimento, o impacto na saúde mental, fatores que acumulados desfavorecem a consciência de classe e enfraquecem a mobilização dos trabalhadores mantendo a grande maioria no âmbito da queixa. De acordo com as contribuições de Raichelis (2011, p.432), estes profissionais não estão isentos dos efeitos das contrarreformas.

Os efeitos da terceirização para o trabalho social são profundos, pois ela: a) Desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais; b) Desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas; c) Subordina as ações desenvolvidas a prazos contratuais e aos recursos financeiros definidos, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas; d) Realiza uma cisão entre prestação de serviço e direito, pois o que preside o trabalho não é a lógica pública, obscurecendo-se a responsabilidade do Estado perante seus cidadãos, comprimindo ainda mais as possibilidades de inscrever as ações públicas no campo do direito.

Neste campo, a pesquisa e o aprimoramento intelectual têm sido um dos mecanismos adotados pelas equipes técnicas para assegurar a prestação de um serviço de qualidade que vise romper com a reprodução dos (des) valores nesta relação de contradição e de ampliação da desproteção social. Enquanto trabalhadora do SUAS e profissional que integra a equipe do CREAS de Mariana tenho acompanhado o movimento da equipe, inclusive da Coordenação do equipamento, na intencionalidade continuada de sistematizar o trabalho profissional, de qualificar as intervenções através de Supervisão técnico-profissional, de fomentar o aprofundamento do recurso teórico, de modo a enfrentar a reprodução dos desvalores no ambiente profissional.

Ainda assim, é um desafio contínuo, de recuos e avanços, a manutenção de um debate no ambiente sócio-ocupacional que possibilite atuações mais qualificadas e que respeitem a dinâmica das famílias considerando sua inserção na sociedade de classes. Assim, conforme apontaram Titoneli e Leão (2023), pensar a política de assistência social no município de Mariana implica em reconhecer um processo de construção do SUAS cotidiano e continuado.

3. REPRODUÇÃO SOCIAL, FAMÍLIA E A LUTA DAS MULHERES

Por enquanto, ainda é um século em que o patriarcalismo, a apartação e a desigualdade imperam. É um século de múltiplas crises: social, econômica, política, ética, ambiental, cultural, de identidade, de pertencimento, de escolha e de falta de escolhas. Mas o tamanho do problema, a soma das interações das crises múltiplas que assolam o planeta, não pode nos paralisar (Joênia Wapichana).

Em consonância com o debate que estamos desenvolvendo em torno das políticas sociais, e da importância que a família assume na vida social mediante todas as funções que ela desempenha e que no contexto neoliberal afigura as argumentações de natureza familista para responder ao papel de cuidado e proteção, interessa-nos desvendar, inicialmente, a gênese da família através de uma fundamentação crítica que permita compreender o seu desenvolvimento e sua funcionalidade na sociedade capitalista.

O objetivo deste capítulo é apontar como as categorias sociais de família e “gênero” no contexto da política social brasileira, estão atreladas a um sistema que se reproduz assentado na dominação e exploração. Em face disso, através de uma lente feminista marxista, tem possibilitado desvelar a unidade existente entre as diversas formas de opressão que afiguram na sociedade capitalista e que se reproduzem na dinâmica cotidiana das famílias da classe trabalhadora em relações sociais contraditórias, impactando profundamente a vida das mulheres.

Com o entendimento de que a família ocupa uma posição de centralidade na dinâmica capitalista, a partir dos processos de produção e de reprodução do capital, partiremos de uma perspectiva da totalidade social para compreender o lugar que foi sendo designado para as mulheres neste contexto, considerando as particularidades reservadas à sociedade brasileira em face da sua formação econômica e social, condição que favoreceu o acirramento das opressões de raça, classe e sexo.

Com esse viés, torna-se preponderante desenvolver um debate acerca da família que reconheça a complexidade e a contradição desta instituição, especificamente na dinâmica capitalista. Para isso, convém recuperar suas determinações sócio-históricas, fundamentadas na gênese do ser social, nos processos de humanização, se efetivando por meio da mediação com o trabalho.

3.1 As bases ontológicas para o surgimento e desenvolvimento das famílias

Partindo de uma interpretação marxista da realidade que aposta na concepção sócio-histórica para explicação das categorias sociais e do ser social como expressão dos modos de ser constitutivos do gênero humano, tem-se que homens e mulheres foram capazes

de desenvolver mediações para alterar a natureza, num processo complexo e contraditório de autoconstrução (Barroco, 2012).

Segundo o legado marxiano, mais precisamente, seguindo o raciocínio de Lukács, o ser na sua integralidade é constituído de complexos, esses complexos possuem uma função díspar entre si embora atuem de forma articulada, consolidando-se em partes que compõem um todo, a totalidade do complexo. Neste processo, para o filósofo, a constituição do ser se efetiva a partir de unidades do diverso. A relação com a natureza e com outros elementos do diverso é que possibilitam o atendimento das necessidades humanas.

Vaisman e Fortes (2010) argumentam que no processo de desenvolvimento do ser social ele foi se constituindo da forma mais simples até alcançar a forma mais complexa, num movimento de *continuidade e descontinuidade*²⁸. Assim, neste processo de constituição do ser, às esferas inorgânica, orgânica e social foram momentos fundamentais para a formação do ser geral.

Para se autoconstruir, o ser social enquanto um ser orgânico, dotado de consciência e liberdade, evoluiu se distinguindo dos outros seres vivos pela capacidade de responder às suas necessidades a partir das mediações que consegue estabelecer para transformar a natureza. Processo histórico denominado pelo filósofo György Lukács (2012), como “*salto ontológico*”, esclarecendo que se trata de uma ruptura no campo da natureza, mas, que deve ser analisada considerando o ser social com toda a sua complexidade e parte de uma totalidade.

Para György Lukács, a partir dos saltos cada estrutura se desenvolve com determinada autonomia, ampliando a essência específica de cada esfera, atualizando suas categorias e concebendo novas num processo de complexificação do ser capaz de realizar rupturas. Neste percurso ontológico de formação do ser ele identifica que a essência está em constituir-se em algo diferente daquilo que era, sendo a ruptura um processo dialético, marcado pela capacidade da matéria de se organizar em algo novo, na mudança do ser *inorgânico* ao ser *orgânico*.

Lessa (2002, p.25), a partir da investigação de Lukács, considera nesse processo de constituição do ser social o trabalho como categoria fundante do “mundo dos homens”, atividade essencial para a reprodução social, momento de concretização do *salto ontológico*, não havendo possibilidade da existência humana assíncrona a ele. Através do trabalho o ser social modifica a natureza e a si mesmo, na busca da satisfação das suas necessidades ele

²⁸Continuidade aqui entendida como desenvolvimento gradual e contínuo do indivíduo, que no processo de desenvolvimento se depara com rupturas e saltos que conduzem a um novo estágio no desenvolvimento (descontinuidade), sendo parte deste processo a relação e a integração desses complexos em diversos níveis.

interage e produz relações sociais que culmina na concepção da humanidade, processo de constituição de toda história. Para Marx e Engels (2007, p.87) “toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história”.

O ato de transformar a natureza realizado por homens e mulheres a partir da atividade do trabalho, mediado por relações humano-genéricas, figura-se como protoforma da práxis social favorecendo o salto ontológico entre o ser anterior e aquele que se reverte em ser social.

Neste caminho, Lukács nos explica que a ação de transformar a natureza é mediatizada pela capacidade humana da consciência, faculdade que possibilita projetar, antecipar o produto - resultado do trabalho idealizado. A este respeito, Marx (1980) esclarece, a consciência é o mecanismo que possibilitou o desenvolvimento da capacidade projetiva - específica do humano, através dela, e com o aparato de outras habilidades e formas sociais os homens e mulheres foram capazes de responder às suas carências, necessidades, criar e prever outras, ampliando a comunicação, a linguagem e o conhecimento.

A partir da criação de alternativas para suprir as necessidades, parte do processo de dominação da natureza, o ser social foi se constituindo cada vez mais socialmente, transformando a si mesmo e o que estava ao seu redor. As relações desenvolvidas a partir do trabalho, mediadas pela necessidade da reprodução social, deram lugar ao surgimento de grupos sociais e na organização da vida em sociedade, sendo os modos de produção o resultado do avanço e do aprimoramento da atividade de trabalho.

Para Engels (2012), com base em uma concepção materialista, o fator que determina toda a história humana é a produção e a reprodução cotidiana da vida. Segundo o autor, o ato de produzir e de reproduzir assume centralidade no desenvolvimento do ser social por expressar a necessidade imediata de subsistência, das condições materiais de existir, e, da continuidade da humanidade através da procriação. Assim, ele acrescenta “a ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país, está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro” (Engels, 2012, p.2)²⁹.

A partir desta análise o autor identifica no processo de desenvolvimento das relações sociais o surgimento e a origem da família, parte e expressão do desenvolvimento histórico

²⁹Conforme veremos mais à frente, a partir dos pressupostos da TRS, foi o capitalismo que melhor compreendeu esse processo: “Quem melhor compreende esse processo? O capitalismo. É por isso que o capitalismo ataca a produção social ferozmente para ganhar a batalha no âmbito da produção. É por isso que ele ataca os serviços públicos, empurra o fardo do cuidado para as famílias individuais, corta a assistência social: para tornar a totalidade da classe trabalhadora vulnerável e menos capaz de resistir aos seus ataques no local de trabalho” (Bhattacharya, 2019, p.109).

dos homens e das mulheres, que ao se organizarem em grupos, comunidades, ainda nos tempos primitivos, perceberam que essa capacidade de organização e de convívio mútuo, bem como, as relações de cuidado e sobrevivência que se expandiram a partir dali, eram intrínsecas ao desenvolvimento do ser social.

Na obra de Engels, onde localizamos uma análise crítica sobre a família a partir de pesquisas antropológicas, o objetivo era desvendar a origem desta instituição a partir da relação dela com os sistemas de opressão/exploração. Em seus achados, ele foi capaz de contribuir com elementos que desvendam as bases das desigualdades (sociais e entre os gêneros), capturando o modo como homens e mulheres interagiam e se relacionavam nos tempos primitivos, selvagens, até chegar à civilização, buscando compreender o controle da reprodução instigado pela forma como as famílias e os grupos sociais se organizavam na Idade Antiga - nas sociedades pré-capitalistas³⁰.

O debate apresentado pelo autor inaugurou uma nova visão e concepção acerca da instituição família porque considerou seu desenvolvimento histórico, de modo a possibilitar uma interpretação descolada das que vinham sendo apresentadas por outros autores e estudiosos da época, ampliando o campo investigativo para além da explicação divina/religiosa, desconstruindo a sacralização que está envolta em torno do ideal hegemônico que predomina até os dias atuais. Por isso, acreditamos que discutir o familismo e a responsabilização das famílias monoparentais femininas exige delimitar o pressuposto do que compreendemos como família a partir do seu surgimento. Portanto:

É na própria reprodução social que localizamos a família – compreendendo-a enquanto resultado do desenvolvimento das necessidades do ser social, consequência do processo de sociabilidade. Portanto, a família ocupa um lugar “natural” de cuidado, proteção, sobrevivência – que possibilitou o desenvolvimento histórico do “sentimento de família”. No entanto, a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção colocaram em xeque esse lugar da família na era do capital. Não sendo possível compreendê-la somente em torno de sua “natureza” (com vistas a naturalizá-la na perspectiva positivista e/ou divina), nem somente em torno da sua particularidade no capital (com vistas a eternizá-la), mas apenas na sua contraditoriedade (Horst, 2018, p.78).

Neste sentido, o desenvolvimento da humanidade e o surgimento da família estão intrinsecamente ligados, já que no processo de constituição do ser e de responder às necessidades de sobrevivência, homens e mulheres não o fizeram sozinhos, mas entre si. Na luta pela sobrevivência os povos primitivos caçavam, plantavam, domesticavam animais, e com o passar do tempo foram ampliando suas estratégias, desenvolvendo riquezas, que até certo período eram coletivizadas. A multiplicação dessa riqueza através da criação de

³⁰Para uma crítica aos limites da produção de Engels sobre a família e a opressão das mulheres ver: Vogel, 2022; Leacock, 2019 e Silva (2023).

rebanhos, fusão do minério de ferro e invenção da escrita, etc, contribuíram para o desenvolvimento de novas relações sociais. Por exemplo, os casamentos grupais passaram por uma série de mudanças até se diluir no casamento monogâmico que conhecemos. Essa dinâmica dá lugar ao surgimento da família monogâmica, segundo Engels (2012) constituída pelo par, um homem e uma mulher, indissolúveis.

A monogamia foi a primeira forma de família que não se fundou em condições naturais, mas em condições econômicas, a saber, sobre a vitória da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, de origem natural. Soberania do homem na família e geração de filhos que só podiam ser dele próprio e estavam destinados a ser herdeiros de suas riquezas – estes eram os fins exclusivos do casamento monogâmico, declarados abertamente como tais pelos gregos. De resto, o casamento monogâmico era um fardo para eles, um dever para com os deuses, o Estado e seus antepassados, que por isso mesmo tinha de ser cumprido. Em Atenas, a lei obrigava o homem não só a se casar, mas também a cumprir minimamente os chamados deveres conjugais (Engels, 2012, p.84).

Conforme aponta o autor, no que tange a relação entre os sexos, os antagonismos, contradições e a divisão das obrigações advindas com a monogamia exprimiram um retrocesso social mediante o papel de menor prestígio que ficou designado para a mulher. A família monogâmica situa-se entre os estágios intermediário e superior da barbárie e traz consigo o domínio do homem com a paternidade, o surgimento do direito paterno. Dentre as modificações que a monogamia estabeleceu no casamento e que se operacionalizam na vida da mulher tivemos o fim da liberdade sexual, comum nas sociedades primitivas, e a castidade, difundida posteriormente pela igreja, tornando-se condição para a manutenção da propriedade, uma vez que o homem (em razão da propriedade privada) deveria gerar herdeiros naturais que pudessem assumir o patrimônio.

O desenvolvimento econômico e social dos povos, o surgimento do comércio e da indústria, a ruptura com um modo de subsistência que se dava através da terra fora inevitável, assim como, o trabalho amplo familiar constituído nas *gens* se tornava insuficiente para suprir a demanda que crescia junto com os novos mercados. Quando essas atividades econômicas que aconteciam no interior da família, foram perdendo sua importância, dissipando seu caráter de atividade produtiva, desenvolve-se uma distinção entre o trabalho executado por mulheres, como a gestão da casa e dos cuidados, e o trabalho que homem passa a desempenhar fora de casa.

De acordo com a TRS, diferentemente das organizações sociais que o precederam, o modo de produção capitalista tem na inerência de sua conformação a privatização do trabalho doméstico e de cuidado, o qual foi concentrado majoritariamente nas organizações familiares sobre os ombros das mulheres (Bhattacharya, 2023). Portanto, a sociedade burguesa extinguiu a participação direta das famílias no processo produtivo, característica do sistema patriarcal, deslocando-as para esfera privada. Nesse lócus, absorveu e reconfigurou as

opressões patriarcais, incorporando a supremacia masculina e responsabilizando as mulheres pelo trabalho de reprodução social (Arruzza,2019), (Bulhões, 2023, p.102).

Como podemos observar, o desenvolvimento da humanidade logrou na construção da sociedade de classes, da mercadoria, da propriedade privada, e na defesa do casamento e da família nuclear burguesa. A defesa de um modelo de família irá beneficiar um grupo que está no poder, uma determinada classe, ao responder os interesses da própria reprodução social no capitalismo. Neste resgate que Engels (2012) faz sobre a família, ela era identificada como unidade de reprodução econômica, já que a força de trabalho estava localizada no ambiente doméstico. Conforme defende Arruzza (2015, p. 45):

A transformação da família é, acima de tudo, o resultado da expropriação da terra, ou acumulação primitiva, que separou grandes porções da população de seus meios de produção e subsistência, provocando de um lado a desintegração da família camponesa patriarcal, e, de outro, um processo de urbanização historicamente sem precedentes. O resultado foi que a família passou a não mais representar a unidade de produção com um papel produtivo específico, geralmente organizado nas relações patriarcais específicas que prevaleciam na sociedade agrária prévia.

Esse processo não se deu de forma linear, mas ocorreu em momentos diferentes conforme a formação econômico-social de cada país, território, assumindo particularidades e singularidades. O desenvolvimento e reprodução do ser social a partir da instituição do modo de produção capitalista forjou sociedades fundadas na *divisão social, sexual e racial do trabalho*, na propriedade privada e no antagonismo de classes, reduzindo a dimensão ontológica do indivíduo a (re)produção da riqueza e ao consumo de mercadorias ancorado na negação da diversidade humana.

Nesse motim, as relações familiares foram profundamente alteradas. A relação que se estabelece entre a família nuclear burguesa e o patriarcado³¹, está vinculada a manutenção de uma ordem dominante que pressupõe um modelo de família que visou atender as necessidades do capitalismo, ancorados numa divisão sexual que privilegia o homem, determinando uma nova organização societária. O trabalho remunerado/assalariado que o homem passa a desempenhar fora de casa configura a nova maneira de acessar a renda pela família, condicionando a mulher e seus filhos à dependência, reforçando a opressão sobre as mulheres.

Cabe ressaltar que não compreendemos o patriarcado como sistema independente, resultado da permanência de um sistema de opressão anterior que se arrasta pela história. O

³¹De acordo com Saffioti (1987, p.47) suspeita-se que há mais de seis milênios o homem esteja ocupando um lugar de dominação, posição que tem interferido no transcurso da história na vida dos povos e de populações inteiras. O patriarcado, nesta perspectiva é entendido como um sistema social que está atrelado a sociedade de classe e que conserva ao homem uma condição de poder e dominação frente às mulheres.

modo de produção capitalista submete e atualiza as relações de opressão e dominação. Ou seja:

De acordo com o método marxiano, ainda que a sociedade capitalista contenha as categorias das organizações anteriores em diversos níveis de desenvolvimento e expressão, sempre irá imperar uma diferença histórica essencial – o modo de produção – a qual submete essas categorias ao seu funcionamento particular (Bulhões, 2023, p.100).

Neste contexto, a família irá apresentar particularidades em cada momento histórico, sendo o modo de produção um dos elementos centrais para explicar os fenômenos presentes na sociedade, determinante de todas as relações sociais, implicando diretamente nos tipos de organização familiar e nas condições materiais de vida dos sujeitos.

A partir da Revolução Industrial, período de grande crescimento econômico verificado no século XVIII, houve um grande aumento populacional, expansão da vida urbana e maior absorção da força de trabalho, onde aprofundou-se também uma divisão social do trabalho. Conjunção essa que compreendeu o trabalho da mulher deslocado do processo de produção material, vinculado à esfera da reprodução. O ambiente familiar assumiu a conotação de espaço privado, desqualificando a atuação da mulher, cujo trabalho perdeu relevância por não gerar lucro, comparado ao trabalho de subsistência do homem.

Dentro desse quadro é que o modelo de família nuclear baseado na monogamia se fortaleceu e se fortalece, fixado a partir do século XVIII, cuja dinâmica da produção passa a ser marcada pela dinâmica do consumo, com predominância da divisão do público e do privado, do ambiente econômico para o familiar, como se a mulher fosse desprendida do contexto econômico e político. Nessa tessitura, a mulher ingressou no mercado de trabalho mantendo-se vinculada à responsabilidade pela esfera doméstica. Propagou-se o entendimento do homem provedor e da mulher mantenedora dos cuidados e da casa. Essa divisão dos papéis dentro do lar, foi e sempre será promotora de conflitos e de relações de dominação e submissão.

Conclui-se que, apesar de seu apagamento, a reprodução social e as desigualdades de gênero que a sustentam são indispensáveis à exploração da força de trabalho dentro das determinações da ordem social capitalista. Contudo, seguindo o movimento de inversão e fetiche inerente à sociabilidade burguesa, as tarefas domésticas e de cuidado se apresentam como atividades subalternas, naturalmente femininas e apartadas da lógica produtiva, como se nada tivessem a ver com a produção do mais-valor. Portanto, a organização familiar na esfera privada, responsabilizando as mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidado e confinando-as no interior do lar não é um fenômeno independente da sociedade burguesa, fortuito ou universal. Pelo contrário, é a forma histórica que as famílias e as desigualdades de gênero necessariamente assumem na organização social capitalista (Bulhões, 2023, p.103).

Tendo em conta que desde o século XVIII a família vem sendo estruturada conforme os ditames do modo de produção capitalista, segundo Miotto (2020), a família moderna surge entre os séculos XVIII e XX, aliada ao desenvolvimento industrial, surgimento da tecnologia, alterações nas formas de organização do trabalho, da expansão da economia, marcada pela manutenção do casamento e pela integralização dos papéis dos homens e mulheres. Já na família contemporânea as diferentes formas de organizações familiares que conforme destacamos ao longo da história do ser social, sempre existiram.

Aqui temos duas chaves centrais para o debate sobre família. A primeira é a demarcação do surgimento da família, a partir do trabalho [...]. A segunda questão é o próprio resultado da forma que o trabalho assume no capitalismo, expressando na vida humana relações sociais estranhadas. É nesse sentido que, por mais que as experiências familiares se esforcem, a regra geral é a impossibilidade de vivenciar uma igualdade substantiva – visto que a família, um microcosmo social, fica impossibilitada de se desenvolver numa direção igualitária, se o macrocosmo caminha na direção oposta. Ou seja, ela está fundada na desigualdade (Marx, 2006). Essa ideia é central para enfrentarmos o pensamento conservador que se vale de uma hipócrita idealização, naturalização, sacralização da família, e em consequência uma incapacidade para lidar com os indivíduos em sua liberdade (Horst, 2018, p.81).

Nessa direção, compreendemos que a produção e a reprodução da vida não podem ser realizadas de forma isolada, apenas pelos indivíduos e suas famílias. No entanto, o capitalismo se estruturou numa dinâmica de produção e reprodução social em sua totalidade que depende da reprodução social da sua principal mercadoria: a força de trabalho. Manutenção, reprodução da vida, em níveis diários e geracionais, numa dinâmica estável, constante e barata para o seu funcionamento (Silva, 2023).

E isso resultou em uma estrutura que privatiza tal dinâmica em famílias de tipos específicos - apesar de não ocorrer apenas nas famílias e em uma dinâmica própria de opressão das mulheres. Ou seja, “tal instituição desempenha funções fundamentais na reprodução biológica e na manutenção diária da força de trabalho, funções essas desproporcionalmente assumidas pelas mulheres sob o capitalismo e que são as fontes de opressão das mulheres sob esse sistema” (Silva, 2023, p.50).

3.2 Família e o lugar das mulheres: reflexões a partir da produção e reprodução social

Historicamente, as mulheres estiveram inseridas em atividades de trabalho, em todas as épocas e formas de sociedade elas participaram da manutenção e subsistência familiar, contribuindo para a criação e formação da riqueza. De acordo com Saffioti (2013), desde o surgimento da família enquanto unidade de produção as mulheres e as crianças desempenharam papéis importantes na economia. Nas sociedades pré-capitalistas elas teciam,

trabalhavam nos campos e manufaturas, fermentavam cerveja, atuavam em minas, nos mercados, nas oficinas e realizavam tarefas domésticas.

Nas sociedades primitivas e selvagens, realidades em que o trabalho e a subsistência eram coletivizados, as mulheres desempenhavam um papel importante no sistema produtivo. Com a evolução das sociedades e das formas de produção, o trabalho da mulher aparentemente passou a ter menos relevância, afastando-se cada vez mais do processo de criação da riqueza, contribuindo para a marginalização deste segmento no sistema produtivo.

Ao compreendermos que o processo de produção determina a forma de organização de uma sociedade, suas relações, vida social e política, cujo desenvolvimento se estabelece de maneira contraditória, a inserção da mulher na sociedade se conecta com o progresso das forças produtivas.

Com a introdução do modo de produção capitalista, determinada camada da população foi mais afetada pelas mudanças que se instauraram com o processo de individualização, sendo identificado neste novo regime o surgimento das diferenças e divisões de classe, originando a exploração de uma classe sobre a outra. Convém reforçar que o capitalismo³² opera com rigor na exploração da força de trabalho assalariada na medida em que os processos se refinam com o avanço tecnológico, ampliam-se ainda mais o lucro e a exploração da classe trabalhadora.

Como ressaltaram Oliveira e Martins (2023), o feminismo socialista³³ e o feminismo marxista, dado seu compromisso com a luta pela libertação, emancipação e justiça, de maneira histórica, têm buscado desvendar a opressão das mulheres no contexto das relações sócio materiais capitalistas³⁴. Nessa direção, compreendemos o sistema capitalista enquanto um complexo social, cujas desigualdades, explorações e opressões tornam-se dimensões que compõem as relações sociais de produção e reprodução.

³²Considerando os escritos de Marx em “*O Capital*”, obra em que ele persegue através de um exame minucioso a lógica estrutural e a dinâmica de funcionamento do capitalismo, temos a explicação de que o capital não é uma força sobrenatural, mas é uma “determinada relação social de produção, pertencente à uma formação histórica particular da sociedade, e essa relação se configura numa coisa e lhe dá caráter social específico” (Marx, 1984a, p.936). Desse modo, o capital não se estabelece por si mesmo, mas a partir de uma relação social, determinada pela história. O modo de produção que se constitui com o capitalismo, calcado na teoria social do valor, altera as relações sociais e as relações de produção, gerando contradições que são inerentes à sua manutenção. Nessa totalidade complexa e sistêmica situam-se as múltiplas opressões engendradas e conformadas pelo capitalismo.

³³ O feminismo socialista elege um campo extenso e de debate múltiplo. Para aprofundar, consultar, Vogel (2022, p.151-164).

³⁴Neste caminho, a teoria social marxista e o método materialista histórico dialético, indispensáveis para compreensão da totalidade social, têm se mostrado uma perspectiva promissora para compreender a origem e a perpetuação dessas opressões. A Teoria da Reprodução Social (TRS) surge com esse horizonte, de possibilitar a renovação da teoria marxista, através de uma concepção dialética de totalidade, para que as desigualdades de gênero, raça e classe, e, outras formas de opressão, sejam analisadas na ordem capitalista vigente a partir da adoção de uma Teoria Unitária, sob as lentes feministas.

Como abordado por Arruza (2015), o patriarcado tem sido utilizado para demonstrar a prevalência das formas de opressão e dominação das mulheres pelos homens, cujo fundamento não se localiza no campo individual/particular, mas se manifesta nas sociedades de forma milenar afetando todo um coletivo, fazendo-se presente nas relações sociais que vivenciamos. Conforme estabelece a autora, em meados das décadas de 1970 a 1980, a centralidade do patriarcado³⁵ e sua relação estrutural com o capitalismo estiveram nos principais debates feministas, concebendo-o como um sistema autônomo, independente do capitalismo. Do ponto de vista da TRS, que propõe uma leitura da realidade a partir da totalidade social numa perspectiva marxiana, capitalismo e patriarcado são partes de um mesmo complexo e funcionam de “forma integrativa, ontológica” (Ruas, 2020, p.382).

Dialogar sobre as mulheres e o lugar social que elas têm ocupado na contemporaneidade, implica em reconhecer as lutas que vêm sendo travadas por elas ao longo de décadas. Na história ocidental, as mulheres sempre se manifestaram e protestaram em busca de liberdade, neste processo, houveram aproximações e rupturas nas mobilizações protagonizadas por mulheres burguesas e trabalhadoras, assim como, por mulheres brancas e negras, e, com distintas identidades de gênero.

Parte do que conhecemos hoje como a constituição dos movimentos feministas e suas reivindicações, incidiram em países do Norte Global, manifestando-se também nos países do Sul, entretanto, emergiram a partir de conquistas burguesas alcançadas no século XVIII, resultado das Revoluções Francesa e Inglesa. A repercussão da noção de igualdade e liberdade forjadas a partir destas revoluções marcaram um momento novo para a humanidade que perante o Estado Democrático Liberal de Direito pressupunha uma garantia formal e uma ideia de igualdade, mesmo que novas formas de organização da vida econômica, política e social estivessem sendo instauradas com o capitalismo (Oliveira, 2021).

É neste contexto que são introduzidas novas relações sociais e de trabalho, em consonância com o processo de industrialização dos países de capitalismo central, expandindo

³⁵O patriarcado não possui um conceito uniforme, existem variadas definições, muitas delas contraditórias. De forma simples e objetiva, adotaremos a definição de Oliveira (2021) que compreende o patriarcado como um conjunto de relações sociais de exploração, opressão e dominação, que antecede à sociedade capitalista. Para ela o patriarcado “é anterior às sociedades de classes e da propriedade privada, sendo um fenômeno que surge em sociedades diversas, em períodos históricos diferentes, mas que, possivelmente, possui visceral relação com o desenvolvimento da patrilocalidade em detrimento da matrilocalidade, no enrijecimento da propriedade privada e nas invenções da economia agrícola e do Estado. É a patrilocalidade que permite que os homens se apropriem dos trabalhos realizados pelas mulheres e dos/as filhos/as gerados/as por estas mulheres. Com a existência da poligamia, os homens passam também a se constituírem progressivamente como sujeitos de poder econômico e simbólico, pois a monogamia, quando passa a existir, é obrigatória apenas para as mulheres” (Oliveira, 2021, p.113).

o imperialismo que precede o desenvolvimento dos modos de produção e das forças produtivas. Nessa esteira, o feminismo presente no final do século XIX, cujas mulheres buscavam incorporar os princípios da Revolução Francesa, se constituía articulado às lutas por direitos civis e pela igualdade política, jurídica e social entre homens e mulheres. A Comuna de Paris revelou a primeira manifestação feminista vinculada aos ideais socialistas, demonstrando a organização do operariado e a capacidade de mobilização das mulheres. De forma marcante, em 8 de março de 1917 mulheres russas se organizaram e lutaram por pão e paz.

De acordo com Arruzza (2010, p.67) “a burocratização da União Soviética e a afirmação do stalinismo marcaram o primeiro divórcio verdadeiro entre o movimento operário e os interesses e as necessidades específicas das mulheres”. O controle e a burocratização intensificados naquele governo visava, conforme a autora, o controle dos movimentos revolucionários, a valorização e a restauração da unidade familiar com o objetivo de garantir o que o regime autoritário demandava, a subordinação e docilidade de homens e mulheres, repercutindo na continuidade do processo de produção.

A realidade brasileira deflagrada no final do século XIX comportava além de milhares de ex-escravizados, um volume exponencial de estrangeiros/imigrantes trazidos da Europa. Havia um projeto da classe dominante interessada no branqueamento da sociedade brasileira com a redução progressiva da população negra, este, se daria através de um processo de miscigenação. Assim, a recém formada classe operária era composta por trabalhadores imigrantes, mulheres, crianças, negros (ex-escravizados) que compunham o contingente mais explorado e empobrecido compartilhando as lutas e reivindicações. O Brasil, que a partir da década de 1960 vivenciava uma dinâmica econômica e social particular, foi profundamente afetado diante de uma estrutura ditatorial que impedia o avanço das organizações e reivindicações, um debate que ficou contido na clandestinidade.

Neste contexto adverso, Heleieth Saffioti revelou pioneirismo nos estudos sobre a realidade da “mulher” no Brasil, após publicar em 1969 “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”. De forma ousada ela expôs a divisão social e sexual do trabalho, as condições de subalternidade e inferioridade das mulheres, demonstrando a relevância da luta de classes.

Segundo Saffioti (2013) a sociabilidade capitalista havia ampliado as contradições que persistiram em formações econômico-sociais anteriores após adotar um sistema econômico baseado na venda da mercadoria e na produção voltada para a troca dos produtos, divergindo das sociedades que a antecederam, fundadas no valor de uso. A produção de mercadorias com

a finalidade de gerar valor através do lucro apresentava-se como uma determinação central na sociedade, por contrastar uma pequena parcela da sociedade que acumulava e se apropriava da riqueza que era produzida, ao lado de uma parcela significativa, que ao participar ativamente do processo de produção se via expropriada do produto final do seu trabalho, restando-lhe vender sua força de trabalho em troca de um salário, resultando numa classe possuidora, ao lado de uma despossuída.

Com a divisão do trabalho, [...] que, por sua vez, se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição desigual, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem (Marx; Engels, 2007, p.36).

Identificando essa dupla desvantagem, Saffioti demonstra que a despeito do capitalismo não ter criado a inferiorização social das mulheres, o seu modo específico de operar criou obstáculos para o seu desenvolvimento, reduzindo suas oportunidades de ascensão no trabalho além de gerar uma grande massa de mulheres *subvalorizadas* e mal-empregadas. Trata-se de um sistema de produção que alicerçado na justificativa da *mística feminina* e na realização do trabalho de reprodução social, indispensável na manutenção da unidade familiar, excluiu a mulher. Nestas condições, ela aponta “a elaboração social do fator natural sexo, enquanto determinação comum que é, assume, na nova sociedade, uma feição inédita e determinada pelo sistema de produção social” (Saffioti, 2013, p. 66).

Não obstante todas essas diferenças que tornam a vida da mulher mais difícil, a responsabilidade última pela casa e pelos filhos é imputada ao elemento feminino. Torna-se, pois, clara a atribuição, por parte da sociedade, do espaço doméstico à mulher. Trabalhando em troca de um salário ou não, na fábrica, no escritório, na escola, no comércio ou a domicílio, como é o caso de muitas mulheres que costumam, fazem crochê, tricô, doces e salgados, a mulher é socialmente responsável pela manutenção da ordem da residência e pela criação e educação dos filhos. Assim, por maiores que sejam as diferenças de renda encontradas no seio do contingente feminino, permanece esta identidade básica entre todas as mulheres. A sociedade investe muito na *naturalização* deste processo. Tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe (Saffioti, 1987, p.9).

Em síntese, a inserção dos variados contingentes populacionais, e neste contexto, da mulher no modo de produção capitalista, não se efetivam nas sociedades competitivas de forma igualitária (Saffioti, 2013), elas operam com características singulares, gerando uma absorção lenta de determinadas categorias sociais. Para a autora, ainda que estas características, que são de ordem natural, se efetivem de maneira a estabelecer uma situação de desvantagem, não convém concebê-las enquanto mecanismos autônomos, mas integrantes

de uma visão global em que as contradições que resultam do sistema capitalista não se resumem apenas nas suas condições de classe.

Mesmo que, aparentemente, determinado contingente populacional seja marginalizado das relações de produção em virtude de sua raça e de seu sexo, há que se buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação da seleção de caracteres raciais e de sexo para operarem como marcadores sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada (Saffioti, 2013, p.60).

A dinâmica unitária da reprodução social ancorada na classe, gênero e raça foi campo de análise da autora em outras obras, quando na tentativa de apontar a contradição existente na realidade capitalista, expôs o caráter fusional entre sexismo/patriarcado, racismo e capitalismo, esclarecendo que o objetivo não estava em separar as partes para desvelar o *nó*, mas dentro dessa tessitura, identificar a natureza da contradição que os rege. Dessa maneira, reforça a importância de considerar a totalidade para desvelar os complexos, considerando as manifestações concretas para além do que está aparente no intuito de identificar como se reproduzem na realidade.

Investigando a realidade brasileira, Elisabeth Souza-Lobo (2021), desenvolveu pesquisas com mulheres operárias do ramo industrial do ABC Paulista, debatendo a divisão sexual do trabalho, a contínua reprodução da hierarquização, a dominação masculina nas fábricas, os desafios do engajamento das mulheres nas atividades sindicais, em paralelo ao malabarismo para conciliar trabalho assalariado e o trabalho de reprodução social. Souza-Lobo (2021, *apud* Elson e Pearson, 1981) constatou que as relações de trabalho são portadoras das relações de gênero, trazendo para seu debate uma comparação, à luz da obra “Masculino e Feminino na linha de montagem”.

A condição operária feminina analisada por Souza-Lobo assentou-se na situação concreta das operárias, na relação com o trabalho e no acesso às condições para a reprodução da vida. Em seu estudo, ela identificou a homogeneização da classe operária, a sexualização das ocupações e das tarefas, a desvalorização e desqualificação natural das mulheres e do seu trabalho e a supremacia masculina nos espaços sindicais. Fora do ambiente do trabalho assalariado, a realidade concreta dessas operárias era de dupla jornada, invisibilidade do trabalho doméstico, preconceito familiar e/ou comunitário com relação à mulher que recebia um salário e desafios no trabalho de reprodução social.

Diante do crescimento da força de trabalho feminina nas décadas de 1970 a 1980, a autora problematiza a *divisão sexual do trabalho* a partir da caracterização de duas esferas sociais no interior das relações capitalistas. Para Souza-Lobo (2021) a produção social de bens e a reprodução dos indivíduos, são esferas que foram separadas pela divisão sexual do

trabalho, mas, são indissociáveis, embora, mantenham-se articuladas de forma assimétrica, desagregando o trabalho feminino das relações de trabalho. Em uma palavra:

Embora apareçam como separadas, independentes, produção e reprodução mantêm uma relação de dependência, dado que a reprodução da força de trabalho é um elemento indispensável para o funcionamento da produção capitalista. A forma como o trabalho assalariado se organizou no modo de produção capitalista – operando no espaço público e externalizando as preocupações sobre a reprodução da classe trabalhadora - na verdade gerou uma aparência de independência relativa entre essas esferas, mas, ao contrário, construiu uma relação de dependência entre elas, ainda que essa relação ocorra de forma alienada, estranhada. Se, por um lado, é mais nítido para boa parte da força de trabalho que, no mundo mercantilizado, sua reprodução depende do espaço da produção (sua venda como força de trabalho em troca de salário para a compra de mercadorias) por outro, a dependência da produção capitalista pela reprodução da força de trabalho aparece obscurecida pela separação entre produção e reprodução (Silva, 2023, p.45).

Sob o prisma da totalidade, ainda que apresentem características distintas, produção e reprodução são *indivisíveis*, representam uma unidade contraditória que produz e reproduz relações sociais de poder, dominação, expressas pela contradição. Para além disso, envolvem relações que não estão incluídas no circuito da produção por não produzirem mercadoria para a circulação, embora, desempenhem uma função essencial para que as relações de produção sejam concebidas.

Ao considerarmos as múltiplas relações sociais que compõem o ser social e suas dimensões de raça, classe e gênero, entre outras, numa perspectiva de totalidade, partindo-se da reprodução cotidiana e geracional da força de trabalho (Vogel, 2022), recuperamos o pressuposto da teoria da reprodução social. Perspectiva que segundo Oliveira (2021, p. 57) surgiu:

Como reflexo do debate sobre trabalho doméstico, na década de 1970, afirmando que nesta sociedade existe a centralidade da unidade familiar, composta por um modelo forjado historicamente, no qual as mulheres realizam um tipo específico de trabalho (doméstico, gratuito e imprescindível) na viabilização da reprodução social da força de trabalho.

Arruzza (2015) neste sentido complementa, elucidando que a categoria de *reprodução* para Marx, designa o processo de *reprodução da totalidade de uma sociedade*³⁶, já para o feminismo marxista, o termo tem uma especificidade, se funda na reprodução e na manutenção da vida diária, referindo-se às condições que a classe trabalhadora/indivíduos dispõem para produzir e como eles se organizam para isso.

³⁶No campo do feminismo marxista, e no Serviço Social, uma corrente ampla de teóricos têm utilizado o termo *reprodução societal* para designar o processo de reprodução mais amplo, que envolve a totalidade da sociedade capitalista.

Dessa forma, ela considera que o conceito de *reprodução social*³⁷ ampliou a concepção de trabalho doméstico debatido por outras correntes feministas, por comportar práticas sociais que não se esgotam nele, mas que se expandem para fora da unidade familiar. Desse modo, ela explicita, “a forma como a reprodução social opera dentro de uma formação social dada, tem uma relação intrínseca com a forma em que a produção e reprodução de sociedades são organizadas em sua totalidade e, portanto, com as relações de classe” (2015, p.56).

Numa perspectiva contemporânea da teoria unitária, conforme afirma Ruas (2020, p. 404), “uma relação social só pode ser apreendida em relação às outras relações sociais que compõem o todo social em seu processo contínuo de transformação”. Isso significa, que, embora, o patriarcado, a hegemonia do homem branco, o modelo dominante de família, tenham origens que antecedem ao momento de ascensão e consolidação do capitalismo, como se trata de um sistema complexo ele atualiza essas hierarquias sociais para se beneficiar delas nos processos de dominação-exploração.

Desse modo, com a transição dos modos de produção para o capitalismo, as relações sociais foram alteradas, modificando e distinguindo o patriarcado que temos hoje, daquele que precede a de outras sociedades.

A Teoria da Reprodução Social ou Teoria Unitária se propõe a isso, reconhecendo o todo social como algo maior que a soma das partes, porém, ao mesmo tempo, realizando o esforço de traçar um entendimento dialético da determinação, ou seja, essa lógica do capital que amolda o encontro das dinâmicas de exploração, dominação e opressão não pode ser entendida como uma causalidade simples, desde uma perspectiva funcionalista. Ao contrário, trata-se de uma totalidade complexa, heterogênea, contraditória e essencialmente histórica (Martins; Oliveira, 2023, p.62).

A partir das contribuições de Lise Vogel (2022), compreendemos que a opressão das mulheres tem sua origem na relação de contradição existente entre o processo de produção social do capital e na maneira como a força de trabalho se reproduz. Vogel não considera a divisão sexual do trabalho como premissa, por considerar que essa divisão é consequência do lugar que a mulher ocupa no processo de reprodução social. Ela enfatiza que a força de trabalho não se produz de forma capitalística, ou seja, não gera valor de troca, entretanto, sua reprodução é uma condição necessária para o processo de produção. Em suas conclusões, ela afirma que a base material desta opressão se vincula à capacidade de reprodução biológica da

³⁷De acordo com Oliveira (2021, p.57), o termo *reprodução social* se refere ao trabalho que visa a conservação diária da vida da classe trabalhadora, se dividindo em três esferas: “a reprodução biológica da espécie, a reprodução da força de trabalho e, por fim, a reprodução das necessidades de aprisionamento e de cuidado”.

mulher e da consequente reprodução ampliada do capital, o que explica o processo de regulação das mulheres por parte do Estado.

Os trabalhos de reprodução social desdobram-se, portanto, em diversos tipos: 1) O trabalho doméstico não pago, executado dentro da família de forma privada e gratuita (cuidado das roupas, preparo da comida, criação/educação/socialização das crianças, cuidado dos idosos e doentes etc.); 2) Diversas formas de trabalho doméstico remunerado (empregadas, babás, enfermeiras, cozinheiras etc.); 3) Trabalhos assalariados – que podem inclusive ser produtivos – que estão ligados à manutenção e reprodução da força de trabalho, como por exemplo, trabalhos ligados à educação, saúde, alimentação, limpeza etc. Assim, é importante ter em mente que, quando falamos de reprodução social, tratamos não só do trabalho doméstico não pago, não só do trabalho doméstico remunerado, mas de todos os trabalhos envolvidos diretamente na sobrevivência e subsistência dos trabalhadores (Silva, 2023, p.43).

Compreende-se então que a dinâmica da realidade brasileira ancorada nas características próprias da política social, particularmente na política de assistência social conforme demonstramos, e diante do que é esperado para a garantia da reprodução social em sua totalidade das famílias e as mulheres na sociedade capitalista, que o familismo possui uma base sólida para sua permanência e reprodução. No caso das famílias monoparentais femininas, compreendemos que se agudiza tal dinâmica e, por consequência, a realidade de vida dessas mulheres e suas crianças.

A partir dessas contribuições, abordaremos o contexto das famílias monoparentais femininas no próximo tópico, como forma de nos aproximarmos da realidade de um grande percentual de famílias brasileiras que têm na mulher a pessoa que responde de forma integral pelas necessidades familiares. Faremos isso, considerando o contexto estrutural de crise do capital, de avanço de uma conjuntura ultraneoliberal, do crescimento da tendência familista e de expansão de projetos neoconservadores, cenário de dominância do capital financeiro que impacta diretamente nas condições de sobrevivência dos arranjos monoparentais femininos.

3.3 As famílias monoparentais femininas e a relação com a política de Assistência Social

Nas últimas décadas, as famílias monoparentais femininas, considerando a realidade brasileira, têm sido um fenômeno investigado e pesquisado por diversos campos de atuação, devido ao seu crescimento, ainda que, conforme aponta Leite (2003), a monoparentalidade sempre tenha existido. A amplitude deste arranjo tem sido verificada em todas as camadas sociais, indubitavelmente, com maior incidência em contextos sociais das diversas frações da classe trabalhadora.

De forma panorâmica, estas pesquisas têm transitado por divergentes perspectivas, desde a análise de dados demográficas, identificando permanências e mudanças no campo das

famílias, bem como, na conexão da feminização das chefias familiares com as situações de extrema pobreza, desconsiderando a relação dialética existente entre este fenômeno e a acumulação capitalista, dentre outras múltiplas questões fundamentais que irão apontar para a relevância de debater o crescimento destes arranjos, espaço de manutenção e reprodução das famílias da classe trabalhadora.

Não é essa nossa intenção. Buscamos demonstrar como as unidades familiares que tem na mulher a provedora familiar, precisam acessar os parques serviços e benefícios da política de Assistência Social frente aos novos contornos assumidos pelo Estado, com inúmeros desafios para as políticas sociais numa conjuntura marcada pelo avanço do neoliberalismo, de tendência familista, num país de capitalismo dependente, em um contexto de crise do capital que precariza ainda mais as condições de vida e subsistência das famílias.

A partir do debate realizado no item anterior deste capítulo, com as contribuições da TRS, desvendou-se a essencialidade da mulher no processo de reprodução social, e conseqüentemente, no processo de produção. Neste campo de complexos, orientado para valorizar e acumular riqueza, mantém-se a luta pela emancipação feminina numa conjuntura que faz prevalecer as profusas condições de opressão e exploração a que uma pluralidade de mulheres está sujeita.

Neste circuito, a relevância do papel social desempenhado pela mulher se revela na execução do trabalho reprodutivo, enquanto, a família, ainda que não seja de forma isolada, responda, pela reprodução da classe trabalhadora através da reprodução cotidiana da mercadoria *força de trabalho*, características centrais para o processo de produção e reprodução, que codificam a dinâmica capitalista.

Nessa direção, podemos inferir que, de forma concomitante, a família da classe trabalhadora, dada a sua função peculiar no sistema sociometabólico³⁸ do capital, assume centralidade na manutenção e funcionamento deste sistema, como também é empregada pelo Estado³⁹, instituição que historicamente tem servido aos interesses da classe dominante, peça central nas ações e desenvolvimento das políticas sociais. Assim, é neste ambiente complexo e contraditório que se realiza a maior parte do trabalho necessário para que quaisquer indivíduos se reproduzam, processo que recupera e gera força de trabalho de forma diária (Vogel, 2022; Germine; Menezes; Peres, 2023).

³⁸Nos termos de Istvan Mészáros (2002), estamos entendendo como sociometabólico a estrutura totalizante de organização e controle do sistema capitalista.

³⁹Para aprofundar este debate, ver “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”, de José Paulo Netto (2009).

Com a introdução do capitalismo, e a conseqüente alteração na dinâmica da vida social, as relações sociais foram amplamente modificadas a partir de alguns determinantes, dentre eles: a manutenção e transmissão da propriedade privada, a exploração da força de trabalho, o assalariamento e a *divisão social, sexual e racial do trabalho*. A separação das famílias da classe trabalhadora do processo produtivo, do acesso à propriedade, inaugurado com o modo de produção capitalista, desagregou a unidade familiar do processo econômico.

O advento do modelo hegemônico de família que ainda marca a contemporaneidade, foi constituído a partir do século XVIII, conformado pela lógica do capital, momento em que o espaço doméstico perdeu o caráter de unidade produtiva, passando a operar como unidade de consumo. No Brasil, o processo de colonização e formação social definiu um modelo singular de família - o *nuclear patriarcal brasileiro* - desconsiderando, desde aquele momento histórico, a realidade social dos indivíduos explorados, população escravizada e indígena. Ainda que nunca tenha se tornado um modelo hegemônico e único no país, conforme chamou nossa atenção Corrêa (1981a).

O modelo de família tratado como hegemônico, atendendo ao interesse da classe dominante, contribuiu para o acirramento da divisão entre público e privado, da esfera econômica e do pessoal, da *divisão social sexual e racial do trabalho*, corroborando para a marcação dos papéis sociais de homens e mulheres, coadjuvando a figura do homem provedor, caracterizando o trabalho de reprodução social especificamente como feminino, num contexto desacelerado de inserção da mulher no trabalho remunerado.

Conforme compreendemos, qualquer organização familiar cumpre o papel de contribuir para a reprodução social do capitalismo, como espaços privilegiados para essa tarefa. No entanto, o sistema opta por contar e fortalecer um modelo específico que, em tese, assegure essa tarefa de forma segura e confiável. Além disso, é válido lembrar que o capitalismo não depende exclusivamente das famílias. O mercado, por meio dos diversos serviços pagos, bem como o Estado por meio das políticas sociais também realiza o trabalho de reprodução social.

Ainda que o núcleo familiar seja de grande relevância nesse processo, ele não é a única forma de repor ou manter a força de trabalho (Vogel, 2022). A reprodução social, entendida como os processos que mantêm e regeneram a força de trabalho em termos fisiológicos e sociais, acontece para além das cozinhas e quintais, e conta com outros atores que podem não pertencer a essa organização específica – ou ao menos à imagem que dela se construiu. Outros espaços, como creches, escolas, hospitais, também fazem parte do conjunto de instituições que permite ao capitalismo um contingente de pessoas aptas a vender sua força de trabalho no mercado. O acesso a esses espaços, a organização dos núcleos familiares e a relação dos indivíduos com o trabalho produtivo e o reprodutivo, contudo, podem ser heterogêneos mesmo dentro da classe trabalhadora (Germine, Menezes, Peres, 2023, p.216).

Como instituição que opera de modo essencial para a manutenção do sistema capitalista, as famílias, que apresentam desde a sua origem diversas configurações, formatos que se distinguem totalmente do modelo nuclear estabelecido como dominante em nossa sociedade, serão tratadas como disfuncionais, desestruturadas e incapazes, por expressarem na sua dinâmica particular, uma realidade completamente adversa ao que a ideologia dominante estabelece como norma. Ou ainda, por não darem conta de se manterem por conta própria, conforme demonstram os dados em relação à maioria das famílias monoparentais femininas.

Neste sentido, as famílias ainda são confrontadas com o avanço de ideologias neoconservadoras e moralizantes, que as culpabilizam pelas suas condições sociais, mas que não reconhecem e nem assumem que elas são “[...] expressão de uma sociabilidade estruturada na violência, exploração e opressão” (Horst; Miotto, 2021, p.36). O modelo de proteção social brasileiro, configurado após a promulgação da CF e, posteriormente, com a implantação do SUAS, remonta o lugar de centralidade da família, acentuando as relações desiguais de gênero que marcaram a constituição da sociedade brasileira e as famílias que se constituíram desde o processo de invasão colonial, atravessadas por um patriarcalismo, com forte tendência a assemelhar-se com os modelos euro-ocidentais.

Segundo Miotto (2020) a família sempre exerceu um papel fundamental nos arranjos de proteção social brasileiro, contando com a intervenção da Igreja Católica junto a burguesia dominante, forjando um modelo de assistência aos indivíduos que já indicava o núcleo familiar como esfera que deveria responder pelas necessidades sociais dos seus membros. A imposição da família nuclear no processo de colonização foi reforçada pela Igreja e pelas legislações vigentes, sendo a dissolução do casamento permitida apenas em 1977.

Desse modo, guardada as particularidades de um país de capitalismo dependente que sempre teve parte das suas riquezas apropriadas pelos países de capitalismo central, e, com isso, o desenvolvimento das políticas sociais desconectado com a realidade internacional, as categorias trabalho e família definiram o modo de operacionalização e a maneira como os serviços sociais foram caracterizados no país, assumindo a perspectiva de política subsidiária ao trabalho e à família.

Neste quadrante, a sociedade brasileira foi estruturada pela negação do direito, uma vez que as ações assistenciais que eram desenvolvidas tinham como protagonistas a família e a Igreja. Essas ações tinham um caráter de correção, modelagem, manutenção da ordem vigente, responsabilização e culpabilização dos indivíduos e famílias pelas suas condições sociais, sempre buscando enquadrá-los no modelo ideal de família. Com o processo de lutas e transformações na vida social, os direitos que foram surgindo eram garantidos para aqueles

que estivessem inseridos no sistema de produção, no mercado de trabalho formal, fazendo prevalecer a filantropia, já que o direito era prerrogativa de alguns indivíduos.

O avanço, não só da Assistência Social, mas das demais políticas sociais, acontece com o prelúdio da Seguridade Social, definindo-a como direito do cidadão e dever de garantia por parte do Estado. Mas, a adoção do Brasil aos acordos internacionais e aos esquemas neoliberais alteraram por completo a direção das políticas sociais, reforçando a perspectiva familista na política de Assistência Social, e nas demais, estabelecendo a família como protagonista no provimento de bem-estar social. Situação que torna ainda mais oneroso o peso para as famílias monoparentais femininas.

A adoção do paradigma neoliberal desencadeou mudanças profundas na realidade das famílias brasileiras, contexto de recuo e arrefecimento do papel do Estado, condição que as levaram a desempenharem papéis que, dada a sobrecarga das suas funções, não conseguem executar. Neste contexto, a *divisão social, sexual e racial do trabalho*, aliada a manutenção dos papéis sociais no âmbito privado, ao avanço dos processos de superexploração do trabalho, a execução iníqua do trabalho de reprodução social pela mulher frente ao desmantelamento das políticas de proteção social, têm se resumido nos fragmentados e residuais serviços/benefícios ofertados pelo Estado. Obstáculos que definem o lugar e a posição das mulheres que constituem famílias monoparentais na sociedade de classes, numa cidadania fragilizada, limitada e ligada mais às necessidades do grupo familiar (Soares, 2003, Lavinias, 1997).

Vale destacar, que no ano de 2016, o golpe político parlamentar que retirou a presidenta do PT do poder, desencadeou uma série de mudanças e reformas institucionais num processo de liberalização econômica e regressão do sistema de proteção social, precarizando a oferta das políticas sociais. Como desdobramento deste processo, foi instituído, por meio da Emenda Constitucional nº 95 de 2016, um teto de gastos estabelecendo um novo regime fiscal, congelando as despesas primárias do governo (os gastos públicos com as políticas sociais) por vinte anos consecutivos.

Em continuidade a essa perspectiva de governo, a extrema direita, que tem se expandido na liderança de vários países pelo mundo, assumiu a presidência do Brasil no ano de 2019. Esse contexto foi marcado por uma forte expansão de um projeto político ultraliberal e neoconservador que alcançou a aprovação de grande parte da sociedade brasileira através de um discurso de valorização e “defesa da família”, de cunho religioso e de preservação do modelo de família tradicional, patriarcal, monogâmico e heteronormativo.

O discurso ideológico⁴⁰ do governo em favor da família buscou mascarar o contexto de crise do capital que se perpetuou desde a década de 1970, numa dinâmica que já é estrutural, para lograr êxito em manobras políticas e no incremento de medidas que nada beneficiam a vida das famílias brasileiras. O caráter familista das políticas sociais se ampliaram com os cortes orçamentários, com a fragilização e tentativa de desconstrução do sistema de proteção através da revogação das instâncias de participação social, formulação de programas sociais de caráter estrutural-funcionalista e as ações que visavam o controle e domesticação das famílias da classe trabalhadora. O reforço dessas ações por parte do Estado visava ampliar as responsabilidades dos núcleos familiares, contexto que marca o empobrecimento da classe trabalhadora e maiores desafios cotidianos.

De acordo com as reflexões de Goldani (1994), para pensar o arranjo familiar monoparental há de se questionar a difusão do modelo nuclear patriarcal, integrando-o à uma concepção de gênero que examine o lugar da mulher na sociedade a partir do intrincamento entre as desigualdades e as questões de raça/etnia. No que concerne às famílias da classe trabalhadora, com um histórico social de longo período de escravização, condição que agudizou as desigualdades manifestadas na divisão do trabalho e em outras esferas da vida, é preciso que se tenha um olhar mais amplo, descolado da rigidez do modelo patriarcal para compreender a diversidade de famílias que se conformaram na sociedade brasileira.

Cabe, portanto, recuperar o contexto social em que nossa sociedade é forjada, caracterizada pelo trabalho explorado e subserviente dos escravizados, numa dinâmica social em que os invasores coloniais europeus impuseram sua cultura e costumes, ancorados no apoio da Igreja Católica. Cenário que legitimou a prosperidade do patriarcado e de um modelo estereotipado de família.

Se considerarmos que, desde a colonização, as mulheres pobres, negras e indígenas não estiveram excluídas do trabalho produtivo (Nascimento, 2019; Oliveira et al., 2020), podemos compreender de que forma racismo e opressões sexistas constituíram os alicerces da formação capitalista brasileira. Pensando na dinâmica familiar de trabalho remunerado e não remunerado, as famílias negras apresentavam maior taxa de atividade segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 em comparação às famílias brancas, com maior número de pessoas ocupadas do que as últimas, o que significa que mais membros dos núcleos familiares precisavam lançar-se no mercado de trabalho para obter os mesmos rendimentos – inclusive menores de idade (Gonzalez, 2020b). O argumento de Bilac (1981) caminha no mesmo sentido, enfatizando que as relações entre a venda da força de trabalho e a produção de valores de uso pode se acomodar de maneiras diversas, que não necessariamente atendem a uma divisão sexual do trabalho

⁴⁰ Lukács (2010, p.57) define como ideologia [...] “uma forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social dos homens consciente e operativa”. Lessa (2020, p.23) acrescenta que as ideologias “são sempre um conjunto de ideias que auxiliam os indivíduos a se organizar e atuar sobre os conflitos sociais de seus dias”. Desse modo, as ideologias interferem no cotidiano da vida social, muitas vezes determinando como homens e mulheres irão desenvolver sua prática social.

tradicional. Para Beatriz Nascimento (2019), por exemplo, as mulheres negras escravizadas cumpriam dupla função na estrutura baseada no trabalho forçado: eram tanto trabalhadoras no sentido produtivo do termo, nos campos e na casa grande, quanto potenciais reprodutoras da força de trabalho futura. Desde então, a atuação das famílias da classe trabalhadora, especialmente das famílias negras, tem sido no sentido de sustentar a produção, tanto por meio da venda da força de trabalho, quanto pela sua reprodução (Germine, Menezes, Peres, 2023, p.218).

Com esse viés, é importante compreender que na realidade concreta, dadas as particularidades da formação sócio-histórica brasileira, ainda que as lutas feministas tenham dado visibilidade para as questões da mulher, às suas condições sociais mantêm-se marcadas pela inferiorização, subordinação e dominação. Prevalece o hiato entre os rendimentos masculinos e os femininos, ampliam-se o desemprego, o subemprego e as ocupações informais, cenário de precarização do trabalho que deságua na sobrecarga da mulher, por realizar atividades que são *intensivas, extensivas e intermitentes*⁴¹. Situação naturalizada e conformada nos núcleos familiares monoparentais femininos. Nesta perspectiva, Pacheco e Dias (2023, p.264) argumentam:

A sociedade é um complexo de relações sociais, nas quais as dominações de uma classe sob a outra estão submetidas a manifestações de opressão. Por outro lado, é necessário identificar que essas opressões recaem mais fortemente sobre as mulheres e a população negra, ou seja, o sistema capitalista possui a opressão de gênero e raça como um de seus pilares de sustentação.

Desse modo, as mulheres permanecem obstaculizadas no trabalho, independentemente de terem sido maior absorvidas no processo de industrialização e modernização, mesmo com a ampliação da sua participação em espaços de poder e decisão, sendo que a elas, ainda têm sido designadas funções que estão relacionadas com o cuidado, ambiente doméstico, setor de serviços, trabalhos que associam a função com as habilidades ditas femininas. Na contemporaneidade, as lutas sociais ainda se fazem urgentes.

Nessa direção, Gonzalez (2020a, 2020b) faz alguns apontamentos a respeito da mulher e sua inserção no mercado de trabalho, chamando a atenção para a dimensão racial. Ela demonstra que as vastas mudanças ocorridas no setor industrial e de serviços, entre as décadas de 1960 a 1980, ainda que não fossem as ideais, permitiram uma maior empregabilidade das mulheres e do acesso à educação, no entanto, essas transformações atingiram apenas as mulheres brancas e de determinada classe social.

Para as mulheres pretas e pobres, conforme descreve a autora, mantiveram-se os trabalhos de menor prestígio, o desacesso à educação e os menores rendimentos. Nesta trama, perpetuam-se para as mulheres negras, o ranço do período colonial e a conexão ininterrupta

⁴¹Para Ávila (2009), o trabalho das mulheres constitui-se em jornadas ininterruptas, ela não concorda com o termo dupla ou tripla jornada, por não se tratarem de coisas distintas, isoladas, mas por representarem uma continuidade do trabalho das mulheres.

com os processos de produção, uma vez que “[...] trabalharam durante séculos como escravas [...]. Hoje empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação” (Carneiro, 2003, p.49).

Conforme publicação do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), divulgado em março de 2023, a partir de informações coletadas pela PnadC, organizada pelo IBGE referente ao 3º trimestre de 2022, revelaram que no universo de 75 milhões de famílias no Brasil as mulheres chefes de família representam 50,8% dos lares brasileiros, esse dado corresponde a 38,1 milhões de famílias, sendo que destes, 21,5 milhões tinham na chefia feminina a mulher negra.

A pesquisa aponta que, 44% da força de trabalho⁴² brasileira é representada pelas mulheres. Em contrapartida, elas também assumem a liderança dos percentuais de maior desemprego (55,5%), anunciando uma taxa de desocupação equivalente a 11% das mulheres, contra 6,9% dos homens. No que se refere aos rendimentos, a pesquisa identificou que as mulheres ganharam cerca de 21% a menos que os homens. A diferença salarial foi observada em vários segmentos do trabalho e setor de serviços, denunciando que mesmo nos ramos em que as mulheres eram a maior parte da força de trabalho, e/ou nos setores que historicamente contratam as mulheres, como saúde e educação, havia um grande percentual de distinção monetária entre os sexos. Quando se observou o quesito raça/cor, a renda das mulheres negras era ainda menor.

Acerca da renda média das famílias, a pesquisa expôs uma disparidade entre a renda familiar dos arranjos formados por casais com filhos quando comparados com os domicílios somente com mulheres e filhos, revelando que nas configurações monoparentais femininas foram registradas as menores rendas familiares, o que ainda se complexifica quando se avalia a situação da mulher negra. Em uma análise geral sobre a fonte de renda dessas mulheres, com base nos dados da *Pnad anual* do ano de 2021, o *DIEESE* apontou que em 75,5% dos casos essa renda advém do trabalho, em 18,2% dos casos de aposentadorias/pensões e apenas 2,6% de programas sociais/benefícios.

A monoparentalidade feminina tem sido definida pela organização familiar caracterizada pela presença de apenas a genitora e seus filhos/dependentes, situação em que a mulher assume todas as responsabilidades familiares (necessidades de subsistência, cuidado e

⁴²O Dieese denomina como força de trabalho, os indivíduos com idade acima de quatorze anos, que estejam inseridos no mercado de trabalho e/ou que estejam em busca desta inserção. A composição destes dois grupos forma a totalidade da força de trabalho.

educação dos filhos), agregando todo o trabalho de reprodução social. Braido (2006, p. 26) faz alguns apontamentos a respeito deste arranjo familiar, para ela a família monoparental:

[...] pode-se originar de uma união desfeita, em que conviviam pais e filhos e, após a dissolução, passou-se a conviver um dos pais com os filhos; pode-se formar também quando advier a morte de um dos cônjuges; ou de mães solteiras que optaram pelo celibato; enfim, das diferentes formas possíveis em que se possa imaginar apenas um dos genitores convivendo com seus filhos. Nesse contexto, pode-se inferir que a família monoparental sempre existiu, pois a filiação concubinária, o abandono do lar por um dos cônjuges e mesmo a morte de um deles não são fenômenos do mundo moderno, podendo-se afirmar, categoricamente, que já existiam na antiguidade.

Dado o caráter histórico da instituição familiar, para Miotto (2020), são indubitáveis a pluralidade de maneiras de ser e viver em família. A autora define a família contemporânea como aquela que apresenta distintas configurações que estão combinadas às alterações nos vínculos matrimoniais, ao reconhecimento das uniões estáveis, ao direito do divórcio, às uniões de pessoas do mesmo sexo, do acesso aos direitos reprodutivos, modificações que devem considerar os distintos modos de vida. Gonzalez de la Rocha (1999, p.127), ao fazer uma crítica ao modelo nuclear patriarcal, formado por um casal heterossexual, unidos de forma legal e com filhos, denomina os núcleos familiares monoparentais femininos como: “formas não nucleares [que] devem ser vistas e entendidas como parte de uma complexa reconfiguração que as famílias (no plural) experimentam [...] no mundo inteiro”.

Nesse motim, conforme já apresentamos, parte-se do pressuposto de que a família não é uma instituição natural, ela foi construída socialmente a partir do desenvolvimento de homens e mulheres, parcela do processo de transformação da natureza para responder às suas necessidades básicas, mediada pelas relações sociais que são estabelecidas com o trabalho. Conforme argumenta Carloto (2005), as divisões de papéis que se efetivam no âmbito das famílias, assentadas em relações conjugais e de parentesco que legitimam a hierarquia e que vincula a mulher ao ambiente doméstico do lar, também não são naturais. Essas determinações são resultado de criações humanas e históricas que podem ser alteradas pela dinâmica da organização social, porque são determinadas pela estrutura de uma dada sociedade.

O cuidado com o desenvolvimento dos filhos, justamente pela divisão desigual do trabalho dentro de casa, acaba sendo de responsabilidade praticamente exclusiva da mulher-mãe, expropriando dela a possibilidade de pensar e agir para além desses liames. Ou seja, a capacidade que as mulheres têm de desenvolver-se enquanto ser e gênero humano, enquanto alguém que deseja, que raciocina, idealiza e busca realizar-se, é totalmente subtraída, pois o trabalho que elas realizam dentro do lar não é valorizado. Desconsidera-se que ele exige esforços como qualquer outro tipo de trabalho, e esforços que não se limitam à condição física, mas envolve fatores emocionais e afetivos. Há uma inversão, portanto, do caráter desta dependência, bem como um “esquecimento” proposital, fruto de um complexo sistema que o reitera continuamente por meio das relações sociais, da dependência dos homens em relação às mulheres (Carloto; Nogueira, 2018, p. 51).

Desse modo, a família, enquanto um espaço que reproduz nas suas relações e vida cotidiana o impacto das mudanças e alterações decorrentes do modo de produção capitalista, longe de serem apenas um ambiente harmônico, de troca, afeto, socialização e de reprodução geracional, definem-se também como espaço de contradição, de individualidades, de conflito, violência, que reproduz hierarquia, subordinação e dominação (Horst, 2020;2023).

Conforme explicita Sarti (2010), a visibilidade do arranjo monoparental feminino eclode a partir da década de 1970 e 1980 com os movimentos sociais e feministas, sendo influenciada pela conjuntura social e pelas transformações estruturais. Com a intensificação destas lutas, que questionavam a submissão das mulheres e a opressão gerada pelo trabalho doméstico, o debate sobre esse modelo de família e a condição social da mulher foram ampliados.

Com base nesta afirmativa, uma reflexão a respeito da família monoparental, desarticulada com a perspectiva de gênero, torna-se limitada, não podendo ser apartada, uma vez que as mudanças sociais que se estabelecem nas relações de gênero convergem para o âmbito da família. Conforme aponta a TRS, na ordem social capitalista, os múltiplos níveis hierárquicos e suas dimensões de classe, raça/etnia, gênero, e outros, como geração/idade, são indissociáveis. Segundo Bhattacharya (2015, p. 104) “a percepção mais importante da teoria da reprodução social é que o capitalismo é um sistema unitário que pode integrar com êxito, ainda que desigualmente, a esfera da reprodução e a esfera da produção. Mudanças em uma esfera, então, reverberam na outra”.

Macedo (2008) destaca que qualquer análise que se volte para os domicílios com monoparentalidade e/ou chefia feminina deve considerar a questão do gênero, essa dimensão viabiliza e indica a primeira identidade desse grupo social, qual seja, a *mulher - chefe de família - mãe*. Como efeito, ela enfatiza a rigidez dos modelos de maternagem, parentalidade e cuidado, preservados pela cultura dominante e que são atravessados por hierarquias e relações de poder, identificando que a responsabilização e a sobrecarga da mulher que compõe uma família monoparental e/ou assume a chefia familiar se associa ao fato de serem mulheres-mães.

A segunda edição das estatísticas de gênero publicada pelo IBGE no ano de 2021, revelaram que, a faixa etária dos filhos, especificamente, das crianças na primeira infância, representam uma característica determinante no processo de integração da mulher ao mercado de trabalho. A proporção de mulheres ocupadas entre 25 a 49 anos, que tinham filhos com

idade inferior a 3 (três) anos era de 54,6%, enquanto a taxa de mulheres ocupadas sem filhos nesta faixa etária estava em 67,2% (PnadC/2019).

Acerca do tempo destinado aos afazeres domésticos e de cuidado, a pesquisa constatou que no ano de 2019 as mulheres dedicaram o dobro do tempo, comparado aos homens (21,4 horas contra 11, 0 horas), ao exercício destas atividades. O elevado índice de mulheres inseridas em trabalho parcial, com jornadas inferiores a 30 horas semanais, devido à necessidade de conciliar o trabalho remunerado com o não remunerado, denunciou a realidade de 1/3 das mulheres ocupadas, comparado com 15,6% dos homens. Analisando o quesito raça/cor, as mulheres negras são as que mais exerceram o trabalho em tempo parcial, 32,7%, enquanto as mulheres brancas representaram 26,0%.

Essa argumentação apresenta respaldo nas pesquisas empíricas, que mostram que as famílias brasileiras da classe trabalhadora se organizam de maneira bastante diversa, e estão sujeitas às relações de exploração e de opressão de maneira desigual. Entre as famílias monoparentais femininas, por exemplo, existe uma prevalência de lares chefiados por mulheres negras, cuja situação de pobreza e de vulnerabilidade as colocam numa posição ainda mais desfavorável na classe trabalhadora (MARIANO; CARLOTO, 2009). Ademais, lares chefiados por mulheres sem presença de cônjuge, apesar de apresentarem maior incidência de pobreza e renda menor do que demais conformações familiares, podem alcançar melhores condições de vida do que aqueles com a presença de um cônjuge masculino (Maia et al., 2016) (Germine, Menezes, Peres, 2023, p.220).

Diante deste cenário, ainda que a política de Assistência Social não assegure os direitos sociais demandados pelas mulheres e famílias, tendo em vista que sua oferta se efetiva de forma restrita e focalista, incapaz de reduzir o trabalho de reprodução social e de garantir o acesso às necessidades básicas das famílias, no contexto de acirramento das desigualdades estruturais de classe, raça e gênero, no tempo presente, elas precisam da oferta contínua dos serviços socioassistenciais. No entanto, por todas as mediações já apresentadas até aqui, o acesso aos serviços tem se tornado cada vez mais culpabilizador, moralizante e desestimulante, pela pecha do familismo e da histórica responsabilização das mulheres, como veremos no próximo capítulo.

4. AS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS ATENDIDAS NO CREAS DE MARIANA E A FACE DO FAMILISMO: ENTRE RESPONSABILIZAÇÕES E SOBRECARGAS

Imputar à família a responsabilidade central quanto ao cuidado e à proteção dos seus membros pode significar o retrocesso de importantes conquistas no campo da luta pela igualdade dos sexos, haja vista que essas conquistas ainda têm de ser consolidadas e ampliadas (Alencar, 2011, p. 150).

Na atualidade, as relações sociais e a forma como se manifestam no campo da família, resultado de profundos e antagônicos processos sociais, reproduzem um lastro de empobrecimento e desigualdades sociais que têm culminado em um nível de complexidade e de expressões da *questão social* que exigem do profissional de Serviço Social, especificamente, daqueles que atuam na política de Assistência Social, a pesquisa, enquanto um recurso que possibilita compreender a dinâmica social a partir da realidade, rompendo com uma atuação profissional acrítica.

Os profissionais, neste contexto são confrontados com uma ambivalência estrutural, viabilizar o acesso a direitos sociais, na contramão de uma ordem econômico-social e política que sustenta a responsabilização das famílias e a prestação de serviços sociais através do mercado e de ações filantrópicas.

Assim, desempenhar um trabalho social com famílias, convergente com uma perspectiva de proteção social emancipatória, tem se tornado um desafio no âmbito do espraiamento do projeto neoliberal, de uma crescente onda neoconservadora retomada pelo último governo brasileiro, e de processos contínuos de precarização e superexploração da força de trabalho, situação que alija a massa das famílias da classe trabalhadora. Deste modo, independentemente da especificidade da categoria profissional, cabe aos trabalhadores do SUAS instrumentalizar-se técnico-teórico e metodologicamente, a fim de conhecer, interpretar e compreender a realidade social e o modo como a complexidade da vida social se reverbera nas famílias que atendemos, visando superar processos de trabalho burocratizantes, imediatistas e desconectados com a atual conjuntura socioeconômica.

É neste contexto de contradições e de ambiguidades que essa pesquisa se assenta, com recorte de análise para um grupo específico de famílias em acompanhamento no CREAS de Mariana - MG. Nossa intencionalidade está em explorar as condições sociais das famílias monoparentais femininas diante da tendência familista da política de Assistência Social e a dinâmica de vida das mulheres que assumem a integralidade do trabalho de reprodução social.

Este estudo caracteriza-se como descritivo-exploratório, por objetivar apontar as determinações da política de Assistência Social no contexto da sociedade capitalista frente a

agudização do familismo na contemporaneidade, o que impacta no acesso aos serviços socioassistenciais, nas condições de sobrevivência e de reprodução social das famílias.

O campo de análise empírico foi constituído através do método de amostragem probabilística estratificada, por ser considerado bem preciso e comportar a heterogeneidade e as diferenças das pessoas analisadas. Conforme aponta Babbie (1999), desde que haja um processo rigoroso e cuidadoso na seleção da população investigada, este tipo de amostragem consegue refletir a variação existente no grupo estudado, possibilitando a caracterização do todo.

O conteúdo das entrevistas foi transcrito e sistematizado, a análise a partir das informações coletadas será desenvolvida de forma subsequente, no próximo item. Para caracterização do perfil das mulheres que compõem os arranjos monoparentais, utilizamos os dados quantitativos subtraídos do prontuário eletrônico das famílias contemplado pela base de dados do Gesuas e pela base de dados do Cadastro Único.

A partir da base de dados do Gesuas selecionamos as famílias alvo da nossa investigação para participarem de uma entrevista semiestruturada. Essa seleção obedeceu, a priori, aos seguintes critérios/filtros: famílias que iniciaram o acompanhamento no CREAS no ano de 2019 e que este acompanhamento tenha transcorrido até o ano de 2023. Para facilitar a busca, selecionamos as famílias que no mês de referência (agosto/2023) - entre 01/08 a 31/08/2023 - receberam algum tipo de atendimento no CREAS. Além destes filtros a seleção incluiu como critério o modelo de família composto pela mulher e filhos (idade de 0 a 11 anos), sem cônjuge/companheiro, ou seja, os núcleos familiares que contavam com a presença de outros adultos compondo o núcleo familiar e/ou participando das despesas familiares foram descartados.

Após a aplicação destes critérios/filtros o sistema disponibilizou uma lista composta por 99 famílias representando os modelos monoparentais femininos em acompanhamento. O total das famílias acompanhadas neste mesmo período de referência era de 232 núcleos familiares, as famílias monoparentais femininas representaram 42,67% deste total de famílias encontradas.

Deste universo de 99 famílias, realizamos a estratificação dos núcleos familiares considerando o território de abrangência dos CRAS mapeados no município. Com base nesta estratificação, identificamos 35 famílias localizadas no território do Cras Volante Bairros, 22 famílias no território do Cras Cabanas, 16 famílias pertencentes ao território do Cras Colina e as 26 restantes situadas no território de abrangência do Cras Distritos. Por fim, realizamos um sorteio, tomando como referência o território de abrangência de cada CRAS para garantir a

representatividade dos arranjos familiares das variadas localidades do município. Foram selecionadas 10 famílias para a participação da entrevista semiestruturada, ou seja, 10 mulheres representando os respectivos núcleos familiares. Segue abaixo uma tabela ilustrando a quantidade de famílias que representaram os territórios de abrangência de cada CRAS.

Quadro 1 - Resultado final da seleção por amostragem probabilística

Divisão territorial	Famílias divididas por território	Famílias sorteadas para a entrevista
Cras Colina	16	01
Cras Bairros	35	04
Cras Cabanas	22	02
Cras Distritos	26	03

Este capítulo visa apresentar uma análise dos dados primários consubstanciados a partir das entrevistas realizadas com as mulheres que compõem famílias monoparentais - sujeitas desta pesquisa - representando 10% (dez) dos núcleos familiares monoparentais femininos em acompanhamento no serviço entre 2019 a 2023.

Conforme aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), sob o número de identificação - nº 71582823.60000.5153, as entrevistas foram realizadas entre 28/09/2023 a 26/10/2023. As mulheres autorizaram a gravação das entrevistas que facilitaram o processo de transcrição posterior. O diálogo com as mulheres foi guiado por perguntas preliminares, mas processou-se de forma livre, sendo um recurso para orientar o trabalho de escuta.

Os dados coletados através das entrevistas foram processados pelo software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnel-les de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ), ferramenta de análise de dados qualitativos desenvolvida pelo francês Pierre Ratinaud e disponibilizada de forma gratuita em vários países do mundo após o ano de 2009. Trata-se de um programa informático que tem por finalidade descobrir informações essenciais que estejam contidas num determinado texto, com base em uma análise estatística textual (Camargo, 2005). A análise dos dados foi desenvolvida no próximo item.

De acordo com Camargo e Justo (2013), três conceitos básicos compõem o objeto de análise do IRAMUTEQ, são eles: a) Corpus - que se refere ao conjunto de textos que se propõe analisar. b) Texto - as entrevistas que compõem o corpus de pesquisa e as respostas de cada participante a determinadas questões. c) Segmento de texto - referem-se as frações do texto, de até três linhas, calculadas pelo próprio software. Com rigor estatístico, este software

realiza análises lexicais⁴³ de um texto para gerar dados através da frequência de palavras/textos e testes do qui-quadrado (χ^2)⁴⁴.

O software Iramutec tem a função de processar cinco tipos distintos de análises: a primeira é denominada de estatística textual clássica - que possibilita identificar a frequência média e quantidade das palavras; a segunda, pesquisa as especificidades de grupos - associando diversas variáveis com o texto; a terceira, chamada de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) - promove a análise considerando o vocabulário presente nos segmentos de textos e cria um dendograma; a quarta análise - similitude - identifica a ocorrência das palavras; a última análise - nuvem de palavras - faz um agrupamento a partir da frequência que as palavras aparecem no texto.

Dentre as análises possíveis de serem realizadas com o IRAMUTEC, nossa pesquisa optou pelo uso do método CHD⁴⁵. Considerando tratar-se de um estudo orientado pelo método materialista histórico dialético, que na sua composição dispõe de ferramentas analíticas e metodológicas para assimilação da essência dos fenômenos sociais, o método CHD possibilitou mediações e articulações necessárias que ancoradas numa perspectiva de totalidade social, contribuíram para a reflexão das distintas dinâmicas da vida cotidiana das famílias monoparentais femininas.

Após processar no Iramutec os 10 textos referentes às 10 entrevistas compostas no *corpus* textual, obteve-se: 409 segmentos de texto, sendo que 353 foram aproveitados nas classes, ou seja, 86,31%⁴⁶. A análise contabilizou 7.989 ocorrências referente a frequência das palavras e vocábulos, sendo evidenciadas 1.530 palavras e 841 hapax (palavras com uma única frequência no corpus).

⁴³ “Nas análises lexicais clássicas, o programa identifica e reformata as unidades de texto, transformando Unidades de Contexto Iniciais (UCI) em Unidades de Contexto Elementares (UCE); identifica a quantidade de palavras, frequência média e número de hapax (palavras com frequência um); pesquisa o vocabulário e reduz das palavras com base em suas raízes (lematização); cria dicionário de formas reduzidas, identifica formas ativas e suplementares” (Camargo; Justo, 2013, p.515).

⁴⁴ O teste do qui-quadrado compõe o processo de análise do Iramutec e tem o objetivo de averiguar a correlação entre as formas linguísticas do *corpus* e as classes lexicais.

⁴⁵ O método de Classificação Hierárquica Descendente tem a função de agrupar os vocábulos, na medida em que aparecem no *Corpus* criado a partir do texto. Para Camargo e Justo (2013, p.516) “o método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) proposto por Reinert (1990) e utilizado pelo software ALCESTE classifica os segmentos de texto em função dos seus respectivos vocabulários, e o conjunto deles é repartido com base na frequência das formas reduzidas (palavras já lematizadas). Esta análise visa obter classes de UCE que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente das UCE das outras classes. O IRAMUTEQ também fornece outra forma de apresentação dos resultados, por meio de uma análise fatorial de correspondência feita a partir da CHD (Análise Pós-Fatorial) que representa num plano cartesiano as diferentes palavras e variáveis associadas a cada uma das classes da CHD. A interface possibilita que se recuperem, no corpus original, os segmentos de texto associados a cada classe, momento em que se obtém o contexto das palavras estatisticamente significativas, possibilitando uma análise mais qualitativa dos dados”.

⁴⁶Para o adequado processo de análise, o Iramutec utiliza como referência o percentual acima de 70% de aproveitamento do *corpus* textual.

Nosso objetivo é responder às perguntas de pesquisa: Como as famílias monoparentais femininas atendidas pelo CREAS de Mariana (MG), em face do desenho atual da política de assistência social, se organizam para responder pelo trabalho de reprodução social? Qual a dinâmica dessas famílias e quais recursos elas dispõem? Como se caracterizam as mulheres que compõem esses núcleos familiares?

Como pressuposto de pesquisa sustentamos que o desmonte e desfinanciamento das políticas de proteção social, particularmente após 2016, ampliaram as dificuldades de acesso às condições mínimas de sobrevivência das famílias monoparentais femininas, confluindo para a agudização da responsabilização das mulheres. Vejamos então, a partir da moldura de amostragem que identificou os arranjos monoparentais femininos que estiveram em acompanhamento no CREAS no período referenciado, quem são essas mulheres.

4.1 O perfil das mulheres que compõem as famílias monoparentais: quem são elas?

Antes de caracterizar o conjunto das dez mulheres que compuseram nossa pesquisa, trazemos alguns dados gerais que ilustram a realidade dos 99 núcleos monoparentais femininos, que no recorte temporal definido, representaram quase 50% do total de famílias que estiveram em acompanhamento no CREAS. Faremos uma abordagem inicial do itinerário percorrido pela família até ser inserida no acompanhamento do CREAS e as principais demandas e/ou tipos de violação de direitos que as atravessaram.

O CREAS é o equipamento público socioassistencial, responsável pela oferta de atendimento especializado aos indivíduos e/ou famílias que vivenciam situação de violação de direitos. Em Mariana, este equipamento executa os seguintes serviços socioassistenciais: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos - PAEFI⁴⁷ e o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)⁴⁸. Existem outros serviços tipificados que se configuram como de proteção especial de média complexidade e

⁴⁷De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o PAEFI é o serviço responsável pelo atendimento e acompanhamento de indivíduos e famílias que estejam vivenciando situações de violência e/ou violação. “O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos” (Brasil, 2014, p.29).

⁴⁸“O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida” (Brasil, 2014, p.34).

poderiam ser executados no espaço físico do CREAS, entretanto, o município de Mariana dispõe apenas destes dois serviços atualmente.

Como se trata de um equipamento de caráter especializado, ainda que haja procura espontânea pelo serviço, a maior parte da demanda acolhida pelo CREAS advém do encaminhamento de algum serviço/órgão/instituição que compõem a rede socioassistencial, intersetorial e/ou pelo Sistema de Garantia de Direitos⁴⁹. Desse modo, as famílias/indivíduos quando são atendidos pelo CREAS, em sua maioria, foram atendidas anteriormente por algum outro equipamento da rede.

Cabe salientar, que entre novembro/2021 e novembro/2022, a equipe atual do CREAS passou por um processo de supervisão técnica⁵⁰. A supervisão teve a finalidade de possibilitar um estudo coletivo acerca de questões relacionadas aos processos cotidianos de trabalho, das práticas profissionais, das articulações com o território, na perspectiva institucional e intersetorial. Deste processo de supervisão a equipe obteve avanços significativos na adequação da metodologia de trabalho, na revisão de instrumentos/procedimentos, alterando a dinâmica de atendimento aos usuários desde o acolhimento na recepção. A partir destas mudanças e em conformidade com uma busca contínua por formação, tem sido possível alinhar o trabalho social desenvolvido pelo CREAS numa perspectiva mais crítica, ainda que vivenciamos um cenário de precarização do trabalho e de rotatividade técnico-profissional.

Assim, quando algum sujeito/membro da família, leia-se a mulher, comparece ao CREAS, o papel desempenhado pelos profissionais tem sido de tentar desconstruir a interpretação equivocada que predomina no público atendido de que as atribuições do equipamento se associam a punição e/ou responsabilização da família pelo fracasso no desempenho da proteção de seus membros. Trata-se, neste sentido, de desmistificar para as famílias que o trabalho social realizado pelo CREAS deve-se fundamentar pela lógica do direito e não da responsabilização/culpabilização das famílias.

⁴⁹ Entendemos este sistema como um conjunto de instituições, órgãos, entidades e equipamentos públicos das diversas políticas sociais que atuam na defesa dos direitos humanos e na proteção integral de crianças e adolescentes. Conforme estabelece a Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, o Sistema de Garantia de Direitos refere-se a “articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal”. (art. 1, § 1º, CONANDA, 2010).

⁵⁰ Conforme prevê o Art. 4º da Resolução nº 6/2016, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, a Supervisão Técnica no SUAS visa fornecer subsídios teóricos, metodológicos, técnicos, operativos e éticos para a construção crítica de novas alternativas de intervenção aos trabalhadores do SUAS. O aporte teórico e metodológico utilizado tem o propósito de contribuir com a elevação da qualidade do provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais, transferência de renda e da gestão do Sistema, na perspectiva da garantia de direitos.

Considerando o levantamento inicial realizado por meio do Gesuas, que possibilitou a identificação dos 99 núcleos familiares monoparentais femininos atendidos no CREAS no período referenciado, seguem dados preliminares que informaram a motivação inicial do acompanhamento destas famílias. Deste universo total de famílias, em 42% delas a motivação inicial do acompanhamento ocorreu devido à situação de *violência contra a mulher*, em 11% dos casos havia situação de *trabalho infantil* envolvendo criança e/ou adolescente e 16% situação de *violência sexual*, 6% foram inseridas no acompanhamento do CREAS devido a aplicação de *medida protetiva de acolhimento institucional de criança ou adolescente*, 15% por denúncias relacionadas a *negligência*.

A violência contra a mulher foi o tipo de violação que motivou o maior contingente de famílias a serem inseridas em acompanhamento no CREAS. No âmbito do PAEFI, tomamos como referência a designação de violência contra mulher prevista pela “Lei 11.340⁵¹ de 07/08/2006”, que no seu Art.5º, explicita que a violência doméstica e familiar contra a mulher se configura por “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. A partir destes preceitos a legislação tipifica as formas de violência que tem maior prevalência na sociedade brasileira e caracteriza as condutas que serão enquadradas nesta tipificação.

Em concordância com as argumentações de Cisne e Santos (2018), a violência contra as mulheres tem sido um fenômeno crescente na realidade brasileira, cuja base se estrutura nas relações patriarcais forjadas em nossa sociedade, que dizem respeito a apropriação das mulheres e que vão além das relações interpessoais e do âmbito doméstico. Conforme sinalizaram Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p.57), “Longe de ser acidental, ela está enraizada na estrutura institucional básica da sociedade capitalista” e refletem as dinâmicas contraditórias entre família, vida pessoal e trabalho, diante da divisão construída pelo sistema entre produção de pessoas e obtenção de lucros. Ainda conforme as autoras:

Na sociedade capitalista, porém, nem toda violência de gênero assume essa forma aparentemente “privada”, “irracional”. Outros tipos são muitos “racional”, testemunhando a instrumentalização da agressão de gênero como técnica de controle. [...] O que permite essa violência é um sistema hierárquico de poder que funde gênero, raça e classe. O que resulta disso é o reforço e a normatização desse sistema (2019, p.58).

No contexto do município de Mariana, o CREAS se efetiva como o único serviço especializado destinado ao acolhimento de mulheres vítimas de violência. Neste sentido, ele

⁵¹A Lei 11.340, denominada Lei Maria da Penha, é uma importante ferramenta para o enfrentamento, punição e prevenção de ocorrências de violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar. A legislação estabelece que os poderes públicos organizem nos territórios, serviços para o atendimento e proteção das mulheres, assim como, altera o Código Penal, possibilitando que os homens autores de violência sejam responsabilizados, suspendendo a aplicação de penas alternativas (comumente concedidas anteriormente).

exerce a função de órgão articulador das demais políticas públicas na oferta de atenção e proteção às mulheres que vivenciam este tipo de violação, ainda que essa rede esteja em processo de construção e encontra-se aquém de oferecer respostas efetivas para as mulheres. Assim, infere-se que as mulheres que ingressaram em acompanhamento no CREAS no período referenciado por motivo de violência doméstica, representando 42% dos casos, constituíram o modelo de família monoparental como estratégia de saída da circunstância de violência, não ao acaso.

A presença do trabalho de crianças e adolescentes não é um fenômeno recente, acompanha o desenvolvimento da humanidade, apresentando formas diferentes no decorrer da história, manifestando-se na contemporaneidade como uma grave violação dos direitos humanos. Na sociedade brasileira, a prática do trabalho infantil está presente desde a colonização, se expandindo com o desenvolvimento econômico do país, circunstância em que o trabalho em grandes lavouras e o cultivo de determinados produtos contou com a mão de obra de crianças e adolescentes.

A realidade do município de Mariana não diverge do restante do país. A cidade é marcada pelas atividades extrativistas e pela agropecuária, ramos que historicamente absorveram a mão de obra infanto-juvenil, sendo o trabalho precoce encontrado na área urbana e rural. Em contextos sociais como o do município de Mariana, que apresenta níveis de desigualdades sociais alarmantes devido aos processos de apropriação da riqueza e dos recursos naturais da região, a dinâmica da superexploração da força de trabalho acentua as situações de pobreza, violência e desemprego da população. Marx (2013) já nos alertava sobre a participação precoce de crianças e adolescentes no processo de acumulação capitalista, quando expôs que o trabalhador além de vender sua força de trabalho como pessoa livre, passou também a dispor da mão de obra da mulher e dos filhos, como forma de sobrevivência. Marx demonstra o relatório dos especialistas que foi encomendado pelo governo inglês à época:

As crianças de ambos os sexos carecem de mais proteção contra seus pais do que contra qualquer outra pessoa. O sistema de exploração desmedida de trabalho infantil em geral e do trabalho domiciliar em particular é mantido porque os pais exercem sobre seus jovens e impúberes rebentos um poder arbitrário e funesto, sem freios nem controle [...]. Os pais não deveriam deter o poder absoluto de transformar seus filhos em simples máquinas com o objetivo de extrair deles certa quantia de salário semanal” (Marx, 2013, p. 559).

Em seguida, demonstra seus limites e equívocos:

Não foi, no entanto, o abuso da autoridade paterna que criou a exploração direta ou indireta de forças de trabalho imaturas pelo capital, mas, ao contrário, foi o modo

capitalista de exploração que, suprimindo a base econômica correspondente à autoridade paterna, converteu esta última num abuso” (Marx, 2013, p. 560).

O percentual de 11% de crianças e/ou adolescentes em situação de trabalho infantil compondo os núcleos familiares monoparentais, expõe um pouco da realidade do município, cuja inserção no trabalho precoce está associada à contribuição/complementação da renda familiar, em alguns casos visa suprir necessidades de consumo, e, em outros, se relaciona com o aliciamento de jovens para o trabalho no tráfico de produtos ilícitos. São inúmeros os prejuízos decorrentes da exposição de crianças e adolescentes à exploração do trabalho precoce, os reflexos mais comuns observados referem-se à evasão escolar, danos à saúde mental, reprodução do ciclo da pobreza e precária inserção no trabalho. Convém destacar a carência e ausência de políticas sociais efetivas no município com capacidade para enfrentar essa expressão da *questão social*.

Quanto ao percentual de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, os dados demonstraram que em 16% dos núcleos monoparentais femininos houveram a ocorrência deste tipo de violação. A intensificação de campanhas educativas e preventivas sobre abuso e exploração sexual de crianças/adolescentes no âmbito público municipal tem favorecido o crescimento das denúncias e o debate sobre as políticas públicas de enfrentamento.

A respeito das famílias monoparentais que ingressaram no acompanhamento por situações de negligência familiar, os dados indicaram um percentual de 15%. De acordo com Mata (2019), as interpretações e definições do que se compreende como negligência são variadas e permeadas de conflito, por associarem-se a determinados perfis de família e serem justificadas por condutas moralizantes e/ou conservadoras. No entanto, o rótulo e as acusações de negligência, historicamente, subjagam a mulher/mãe, indubitavelmente, pela prevalência dos papéis sociais maternos e paternos na contemporaneidade.

O uso equivocado do termo para designar às famílias (leiam-se às mulheres) que atravessadas por diversas expressões da *questão social*, encontram inúmeros desafios para exercerem a função da maternagem, é incoerente com a realidade concreta que elas vivenciam, pois “muitas das famílias negligenciadas pelo Estado são as culpabilizadas como negligentes com seus filhos⁵². Neste contexto são as mulheres pobres e suas famílias as mais criminalizadas” (Barros et al., 2014, p.166).

A aplicação da medida protetiva de acolhimento institucional de criança e adolescente esteve presente em 6% dos casos como o motivo que levou algumas famílias monoparentais femininas a iniciarem o acompanhamento no CREAS. Conforme prevê o Estatuto da Criança

⁵² Para maior aprofundamento e crítica a utilização do conceito de negligências ver: Berberian, 2015; 2022.

e do Adolescente (ECA), o “abrigo” de crianças e adolescentes é uma medida excepcional e transitória, que deve transcorrer após exauridas outras medidas. Trata-se de um tema bastante polêmico e que tem sido foco de várias pesquisas, principalmente por apontar uma grande ambiguidade, a retirada de crianças/adolescentes de contextos familiares marcados por violências e a revitimização e reprodução de outras formas de violência nos espaços institucionais do Estado.

Na perspectiva de caracterizar as mulheres que compõem os núcleos monoparentais femininos, buscamos traçar o perfil a partir das variáveis idade, cor/raça, renda, território, condições de moradia e grau de instrução. No que concerne à faixa etária das mulheres que compõem os núcleos monoparentais, considerando o levantamento inicial de 99 famílias identificadas conforme critérios estabelecidos, em 59% dos casos estes núcleos são compostos por mulheres com idade entre 20 a 39 anos, sendo que destas, 30% tinham entre 20 e 29 anos de idade. O percentual de mulheres com idade entre 40 a 49 anos foi de 29%, com idade acima de 50 anos, apenas 10% das famílias. Estima-se que desse conjunto de mulheres 43% tinham entre 3 filhos ou mais.

Na rotina de atendimento do CREAS, a frequência de famílias constituídas por mulheres jovens, em sua maioria com idade entre 20 a 35 anos, tem sido um ponto de atenção de toda equipe há algum tempo. São mulheres que chegam para o acolhimento, em grande medida, após serem vítimas de algum tipo de violência⁵³ (pelo parceiro íntimo ou ex-parceiro). Convém destacar que há maior incidência no atendimento de mulheres vítimas de violência física, ou seja, ainda se denuncia pouco as outras formas tipificadas de violência contra mulher.

No decorrer do acompanhamento das famílias, observamos que a formação dos núcleos por mulheres muito jovens, por vezes, está ligada ao surgimento de uma gestação não planejada e/ou na adolescência, pela falta de amparo e apoio da família de origem e/ou extensa, em outros casos, a união estável precoce é uma estratégia adotada pelas meninas e/ou mulheres jovens para afastar-se de contextos familiares desprotegidos ou violentos, frente aos desafios impostos pela ordem social vigente e da ausência de condições concretas para enfrentá-los de forma unipessoal.

Neste processo, muitas meninas e mulheres que viviam em situação de desproteção social, quando iniciam uma nova família sem que tenham tido a oportunidade de experienciar o acesso aos direitos básicos e fundamentais, defrontam-se com outras situações de desproteção. A 3ª edição das estatísticas de gênero do IBGE (2024), revelaram que no ano de

⁵³ Para definição e formas de violência tipificadas pela Lei 11.340 de 07/08/2006, ver o Art.7º.

2019 a maior parte das mulheres que relataram terem sido vítimas de violência pelo parceiro íntimo ou ex. parceiro eram jovens, em 9,2% dos casos com idade entre 18 a 29 anos e 8,2% com idade entre 30 a 39 anos, perfil semelhante ao apresentado pelo Mapa da Violência.

Convém destacar, que nos núcleos familiares monoparentais compostos por mulheres mais jovens, evidenciou-se uma *reduzida participação no mercado de trabalho*, coincidentemente, são nestes núcleos onde estão concentradas a maior parte das crianças que se encontram na primeira infância (0 a 3 anos), período do desenvolvimento infantil que elas apresentam maior nível de dependência da mãe e requerem maior tempo de cuidado. Essa situação traz implicações para o desempenho do trabalho de reprodução social realizado pelas mulheres, tornando-o muito mais complexo, sobretudo, para aquelas mulheres que conciliam com o trabalho remunerado. Faz-se saber que o município não dispõe de vagas de creche e/ou pré-escolas em tempo integral que atenda a toda demanda da cidade. Algumas localidades possuem creche e escolas de tempo integral e outras não, infelizmente uma grande extensão territorial não tem cobertura.

De acordo com as estatísticas de gênero do IBGE (2021), o nível de ocupação das mulheres de 25 a 49 anos de idade no ano de 2019, com filhos de até 3 anos no domicílio foi de 54,6%, enquanto que para as mulheres com a mesma faixa etária sem filhos, o percentual foi de 67,2%. Para maior discrepância, se compararmos com a taxa de ocupação dos homens no mesmo período, a taxa de participação na força de trabalho foi de 73,7%.

Essa realidade se relaciona também com a ausência de outras políticas como de educação infantil no Brasil, conforme nos chama a atenção Gama (2014), ao destacar que a ausência de uma política de educação infantil universal, com horário de tempo integral, gratuita, garantindo alimentação altera profundamente a realidade das famílias nas suas condições de vida. Ou seja:

As características históricas da constituição de políticas sociais no Brasil relacionados ao conflito entre trabalho e responsabilidades familiares apresentam dois traços fundamentais: o padrão de estruturação do mercado de trabalho típico da exploração de classe no Brasil, que segmenta trabalhadores e que conecta os direitos do trabalho a essa estrutura desigual e a natureza da política de educação que aprofunda as contradições pré-existentes, assentada sob um sistema dual de proteção, sem garantias de universalização e segmentada por um viés de classe (Gama, 2014, p.235).

A média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas, conforme a mesma estatística, apontou que na região sudeste do Brasil as mulheres dedicam cerca de 20,7 horas nessas atividades, contra 11,0 horas dos homens. Quando incluimos o quesito raça/cor, o percentual de mulheres negras foi ainda maior, elas dedicaram 22,1 horas de trabalho aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas.

As estatísticas do IBGE (2024) ainda demonstraram que as mulheres negras são as que mais se dedicam aos afazeres domésticos e ao cuidado, com isso, são as que menos conseguem inserção no mercado de trabalho e por consequência as mais atingidas pela pobreza. O estudo aponta que em 39,6% dos casos as mulheres estão inseridas na informalidade, contra 37,3% dos homens, quando comparado às mulheres negras, esse percentual sobe para 45,4%.

No ano de 2022 as mulheres tiveram o rendimento médio equivalente a 78,9% do valor recebido pelo homem. O reflexo das desigualdades de gênero, raça e classe, embora, tenha ganhado maior relevância social na atualidade, ainda é cogente, por depararmos com inúmeras mulheres/famílias vivendo em contextos sociais precários, com índices que variam entre 32,3% abaixo da linha da pobreza⁵⁴, e, no caso das mulheres pretas ou pardas com uma representatividade ainda maior, 41,3%.

A base de dados do Gesuas, no que tange às informações de renda e a inserção no mercado de trabalho das mulheres representantes dos 99 núcleos familiares monoparentais identificados, identificaram ausência de marcação em alguns campos, possibilitando apenas alguns apontamentos: em apenas 4% dos casos constatou-se a participação da mulher no mercado de trabalho formal, 2% revelaram estarem recebendo benefício do INSS por auxílio doença, em 15% dos casos a mulher estava inserida no Programa Municipal de Renda Mínima/Inclusão Produtiva⁵⁵ e 53% recebiam benefício de transferência de renda, bolsa família. Os dados obtidos pelo cadastro do Gesuas não demonstraram o percentual de mulheres inseridas em trabalho de tempo parcial, nem mesmo na informalidade.

O Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico⁵⁶, dispõe de um tabulador de dados, uma ferramenta denominada -TabCad⁵⁷, que possibilita acessar os dados

⁵⁴O IBGE adota os critérios do Banco Mundial que definem como linha da pobreza a pessoa com rendimento igual ou inferior a U\$6,85 por dia.

⁵⁵O Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, criado pela Lei 2.737 de 10/07/2013, passou a vigorar com nova redação pela Lei 3.212 de 18/04/2018. A Lei 3.155 de 2017 e a Lei 3.277 de 2019, ampliaram o programa para ofertar atendimento a outros segmentos sociais.

⁵⁶É um instrumento do Estado Brasileiro que possibilita a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias que representam a parcela mais pobre e vulnerável do país, possibilitando conhecer as suas necessidades e suas potencialidades. Considera-se famílias de baixa renda para fins deste cadastro, as famílias que apresentem: renda familiar mensal de até meio salário-mínimo por pessoa; ou renda familiar mensal de até três salários-mínimos no total. Este cadastro foi instituído em agosto de 2001, através do decreto nº 3.877, com o objetivo de caracterizar os domicílios, identificar as pessoas, o grau de escolaridade, situações de trabalho e renda, dentre outras variáveis. Tem funcionado como um instrumento/recurso do Estado que integra a política pública de Assistência Social, para selecionar e incluir os indivíduos e famílias nos diversos programas sociais ofertados pelo governo federal, salvo as especificidades e critérios de cada programa.

⁵⁷Desenvolvido pelo Ministério de Desenvolvimento Social para consulta, extração e seleção de informações do CadÚnico, o TABCAD é um tabulador de informações que permite o acesso de qualquer cidadão, resguardado o sigilo da identificação dos indivíduos/famílias inseridos no cadastro, que possibilita a realização de consultas e tabelas com dados agregados.

do cadastro de forma sistematizada por município. Com essa ferramenta foi possível obter um panorama geral das famílias cadastradas de Mariana - MG, com informações recentes referente ao mês de janeiro/2024.

Segundo as estimativas do Tabcad, em janeiro de 2024 havia um total de 13.323 famílias cadastradas no Cadúnico, o que equivale a 30.301 pessoas. Ressalta-se que o Censo/IBGE (2022) apurou uma população de 61.387 habitantes, sendo que fontes extra-oficiais indicam uma população flutuante em torno de 30 mil habitantes - em razão da população migratória que busca oportunidades de trabalho⁵⁸ na região. Contrastando essas informações, infere-se que quase metade da população marianense recenseada encontra-se inserida no Cadastro Único, em outros termos, quase metade da população encontra-se em condição de pobreza.

Deste total de 13.323 famílias cadastradas, a mulher é a pessoa responsável pela unidade familiar em 79,61% dos casos, cerca de 10.607 famílias. Entre estes núcleos familiares, 27,84% das mulheres possuem faixa etária de idade entre 25 a 34 anos. Quando realizamos o cruzamento de variáveis de renda total da família e renda per capita com a variável gênero, constatamos um montante de 7.851 famílias vivendo em situação de pobreza⁵⁹, dessa percentagem 4.431 eram mulheres, correspondendo a 56,43% dos casos.

Em relação à renda total das famílias cadastradas no Cadúnico, 56,88% das mulheres declararam viver com renda total inferior a um salário mínimo, contra 43,11% dos homens com a mesma faixa de renda. Abaixo, segue uma tabela discriminando as famílias cadastradas no Cadastro Único no município no ano de 2024, especificando o segmento que as compõem cruzando a variável sexo/gênero.

Tabela 1 – Relação de parentesco do responsável familiar por sexo em Mariana – janeiro de 2024.

⁵⁸O município de Mariana tem a característica de atrair uma população flutuante devido a atividade econômica da mineração. Contudo, após o crime ambiental do Rompimento da Barragem de Fundão no ano de 2015, o processo de reassentamento dos atingidos, o retorno operacional da Samarco S/A e a instalação de outras empresas e negócios na região, motivaram um número ainda maior de trabalhadores de várias regiões do país a migrarem para a cidade.

⁵⁹Considera-se família em situação de extrema pobreza, segundo os critérios do governo federal, a família com renda per capita de até R\$109,00 (cento e nove) reais por pessoa da família; como família em situação de pobreza, qualifica-se aquela com renda per capita entre R\$ 109,00 e R\$ 218,00 (duzentos e dezoito) reais per capita.

Relação de parentesco com o responsável familiar	Sexo		
	Masculino	Feminino	Total
Pessoa responsável pela unidade familiar	2.716	10.607	13.323
Cônjuge ou companheiro (a)	2.327	433	2.760
Filho (a)	6.482	6.294	12.776
Enteado (a)	18	15	33
Neto ou bisneto (a)	232	217	449
Pai/mãe	120	250	370
Sogro (a)	1	6	7
Irmã ou irmão	161	135	296
Genro ou nora	4	8	12
Outro parente	77	74	151
Não parente	17	13	30
Sem resposta	49	45	94
Total	12.204	18.097	30.301

Fonte: TabCad (2024)

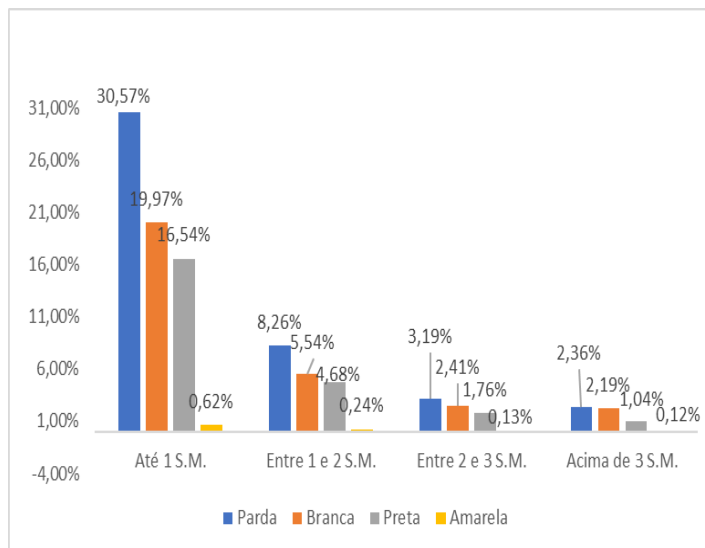
Conforme aponta a tabela 1, a maior parte dos núcleos familiares cadastrados têm na sua composição a presença de filhos, sejam eles crianças e/ou adolescentes, representando 95,89% das famílias inseridas no cadastro. O cônjuge/companheiro do sexo masculino aparece em 17,46% das famílias, a partir deste dado pressupõe-se que pode haver a omissão do parceiro no momento do cadastramento, ou, o modelo de família monoparental feminina representa a realidade da maior parte das mulheres. A proporção de famílias com a presença de pai/mãe e neto/bisneto pode indicar um crescimento das famílias extensas, contexto que pode ser justificado pelo desemprego estrutural e pelo impacto da informalidade na configuração e dinâmica das famílias.

Com destaque para o grau de instrução das mulheres, tomando como referência os 99 núcleos familiares identificados, 27% delas declararam possuir o Ensino Médio completo, 29% completaram o Ensino Fundamental, 23% declararam ter o Ensino Fundamental incompleto e apenas 1% afirmou ter nível superior. No que se refere ao quesito raça/cor, 34% das mulheres se autodeclararam de cor preta, 31% delas de cor parda, 14% se autodeclararam de cor branca e 2% delas de cor amarela. Os dados revelaram que a maior parte das famílias monoparentais femininas atendidas neste período tinham na representação familiar as mulheres negras.

Utilizando o tabulador do Cadastro Único - Tabcad, acessamos informações do mês de janeiro de 2024 referente ao total de famílias cadastradas no município de Mariana - MG. Com o cruzamento das variáveis, sexo, cor/raça e faixa de renda total da família identificamos um percentual de 67,7% das mulheres vivendo com renda familiar de até um salário mínimo,

deste total 30,5% se autodeclararam de cor parda, 19,97% de cor branca, 16,54% de cor preta e 0,62% de cor amarela. A base de dados do Cadúnico revelou um índice maior de mulheres com autodeclaração de cor parda em todas as faixas de renda. Segue abaixo o gráfico apresentando o cruzamento das variáveis.

Gráfico 3 - Faixa de renda total das mulheres inseridas no Cadúnico por cor/raça



Fonte: Elaborado pela própria autora a partir dos dados do Tabcad (2024)

Em 06 de abril de 2023, a Revista Piauí realizou uma publicação sobre “A nova família brasileira” demonstrando que o país possui configurações diversas e que se transformou nas últimas décadas. Utilizando os dados do Boletim Especial de 8 de março de 2023 - Dieese/IBGE, a Revista divulgou que a cada 10 mulheres representantes de modelos monoparentais femininos, 6 são negras. O número de famílias em que as mulheres assumem toda a responsabilidade familiar, neste levantamento identificou 11,053 milhões de famílias monoparentais femininas com filhos, 62% desses núcleos formados por mulheres negras, o equivalente a 6,8 milhões de domicílios.

Depreende-se ainda, que grande parte do contingente de mulheres/famílias atendidas pelo CREAS vive em domicílios precários, em condições de insalubridade, com estruturas deficientes, próximo a locais com risco de deslizamento e/ou desabamento, arcando com aluguéis abusivos, diante da especulação imobiliária que existe na cidade. Quando essas mulheres relatam ter moradia própria, geralmente, elas estão situadas em ocupações irregulares, que não dispõe de infraestrutura urbana, nem proporciona acesso a transporte coletivo público, cuja documentação do imóvel apresenta irregularidades.

Nesse quadro, os dados levantados pelo Gesuas não são divergentes, eles estimaram que 33% das mulheres que compõem os arranjos de família monoparental residiam em domicílio

locado, a maior parte deles com cerca de 3 a 4 cômodos, 35% declararam residir em moradia própria e/ou cedida, muitas delas localizadas em ocupações irregulares e/ou distritos, 14% através do benefício do aluguel social⁶⁰ previsto pela SEDESC. Destaca-se que algumas famílias optam por viver nos distritos (zona rural da cidade), como alternativa para desviar-se do custo de vida elevado, ainda que os serviços públicos nestas localidades sejam ainda mais reduzidos.

Conforme notícia publicada pelo site “Brasil de fato” no dia 08 de março de 2023, as mulheres constituem 60% do público mais afetado pelas carências habitacionais no país, sendo elas as mais afetadas pela ausência de moradia e pelo alto custo do aluguel. Com base em dados apresentados pelas pesquisas da Fundação João Pinheiro (FJP) e pelo IBGE no ano de 2021, a publicação revelou que o déficit habitacional é medido por três situações específicas, dentre elas: a condição de moradia precária e/ou improvisada, a necessidade de dividir a residência com outra família e, por último, o alto custo dos aluguéis que obrigam as mulheres terem que escolher entre prover a alimentação e/ou arcar com as despesas do mês. Nestas três circunstâncias, a pesquisa apontou um grande percentual de mulheres vivendo em condições inferiores comparadas aos homens.

Partindo para o nosso campo de pesquisa empírico, que após a realização da amostragem selecionou 10 (dez) mulheres para a entrevista - representando os núcleos familiares monoparentais femininos atendidos no CREAS - traçamos um perfil que converge com o panorama geral apresentado até aqui. Segue abaixo um quadro síntese contemplando variáveis que contribuem na caracterização dessas mulheres.

Quadro 2 - Síntese de dados socioeconômicos e demográficos das famílias

Família	Idade	Cor	Escolaridade	Nº filhos	Estado civil	Ocupação	Renda	Território/habitação	Outras Rendas
F1	42	Preta	Médio Completo	05	Divorciada	Auxiliar de Serviços (contrato temporário PMM)	Salário mínimo	CRAS Colina/Barro Preto Imóvel alugado	BF – R\$500,00 Pensão de alimentos (1)
F2	47	Branca	Fundamental Incompleto	03	Viúva	Trabalho informal (diarista)	R\$100,00 por faxina-eventual	CRAS distrito/Monsenhor Horta Imóvel alugado	BF-R\$600,00 Pensão por morte (s.m)

⁶⁰O aluguel social e/ou auxílio moradia, foi instituído pela Lei Nº2.591/2011 como um programa especial de auxílio, mas tem sido operacionalizado como um benefício que compõe os serviços socioassistenciais do município. Ele visa atender famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade social e/ou risco habitacional, ressaltados critérios previstos para concessão.

F3	42	Pret a	Médio Incompleto	04	Solteira	Trabalho Informal (diarista)	R\$150 ,00 por faxina – eventu al	CRAS cabanas/ Vale Verde Imóvel próprio	BF – R\$680,0 0
F4	35	Pard a	Fundamental completo	05	Solteira	Serviços gerais – afastamen to saúde	R\$700 ,00 (c/emp réstimo s)	Cras distritos/ Monsenho r horta Imóvel próprio/P MM	Pensão por morte R\$818,0 0
F5	32	Pard a	Médio completo	03	Solteira	Auxiliar de Serviços (contrato temporári o PMM)	Salári o mínim o	Cras cabanas Ocupação Santa Rita de Cássia Imóvel Próprio	BF R\$305,0 0
F6	44	Bran ca	Superior completo	01 (crian ça autist a)	Solteira	Professora rede estadual	Superi or ao salário mínim o	Cras bairros Imóvel alugado	Pensão R\$400,0 0
F7	24	Pard a	Fundamental incompleto	02	Solteira	Inserida no Programa I. Produtiva	R\$937 ,00	Imóvel alugado/al uguel social	BF -R\$700,0 0
F8	46	Pret a	Fundamental incompleto	03	Solteira	Auxiliar serviços Apa – afastada Inss	Salári o mínim o	Cras bairros Imóvel próprio Apt na ocupação do Rosário (concessão PMM)	BF – 375,00 Pensão filhos: 1.010,00
F9	34	Pret a	Fundamental completo	05	Solteira	Desempre gada	Sem renda Aguar da vaga PIP	CRAS bairros Ocupação Rosário Imóvel próprio	BF – R\$1.200, 00 Pedido pensão na justiça
F10	29	Pret a	Médio completo	04	Solteira	Inserida no Programa I. Produtiva	R\$937 ,00	Cras distritos Cachoeira do Brumado Imóvel alugado	BF R\$800,0 0

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Dentre as mulheres entrevistadas, a faixa etária variou entre 24 a 47 anos, sendo que duas mulheres tinham entre 24 e 29 anos, três mulheres com idade entre 32 a 35 anos e cinco mulheres com idades entre 42 a 47 anos. Em apenas dois casos, uma mulher com idade acima de 40 anos apresentou na composição familiar mais de quatro filhos, as crianças pequenas e/ou na primeira infância estavam localizadas nos núcleos familiares representados por mulheres mais jovens, cerca de seis casos. Na realidade da grande maioria dessas mulheres a

primeira gestação ocorreu ainda no período da adolescência. Observou-se que em duas unidades familiares os netos foram agregados às famílias, ampliando a responsabilidade das mulheres.

Aponta-se, que deste grupo de famílias entrevistadas, cinco mulheres se autodeclararam de cor preta, três de cor parda e duas de cor branca. Se considerarmos o estado civil, uma era divorciada, uma viúva e as demais informaram serem solteiras. No que se refere ao grau de instrução, apenas uma mulher declarou ter nível superior, duas relataram terem concluído o nível médio, duas o nível médio incompleto, três manifestaram não terem terminado o ensino fundamental e duas informaram o ensino fundamental completo.

Entre as mulheres com menor nível de instrução a idade variou entre 24, 46 e 47 anos. De acordo com as estatísticas de gênero do IBGE (2024), o nível de instrução alcançado pela população adulta no Brasil, aponta para uma melhor condição educacional da mulher em relação ao homem. Estima-se que no ano de 2022, limitando-se a população com 25 anos ou mais de idade, 35,5% dos homens não tinham instrução ou possuíam apenas o nível fundamental incompleto, proporção que era de 32,7% entre as mulheres. Contudo, o nível de escolaridade superior das mulheres comparadas aos homens, não tem sido um marcador suficiente para evitar desigualdades no trabalho e na renda, no que tange a questão do gênero.

Com relação à moradia, cinco mulheres (metade das entrevistadas) declararam viver em imóvel locado, algumas auferindo o benefício de auxílio moradia/aluguel social, entretanto, ele sozinho era insuficiente para arcar com o valor total da locação e, com isso, elas precisavam acrescentar/complementar com sua renda, parte do valor. Vale destacar, que na realidade imobiliária do município de Mariana, o valor abusivo dos imóveis não garante que eles apresentem um bom estado de conservação e salubridade, portanto, muitas famílias residem em imóveis precários diante da demanda de oferta e procura.

A outra metade das entrevistadas declararam residir em imóvel próprio e/ou cedido, três delas com domicílio situado em ocupações irregulares, uma expressão da *questão social* que é determinada pelo crescimento exponencial da atividade minerária, mas que não recebe atenção devida do poder público com ações de planejamento urbano e infraestrutura. Essa situação impõe precárias condições de vida à classe trabalhadora, uma vez que o acesso aos direitos básicos, como: luz, água, transporte coletivo, rede esgoto e calçamento são inviabilizados. Em duas situações, as mulheres residiam em imóveis construídos pela prefeitura, contemplados em antigos projetos de moradia popular.

Estima-se que dentre essas dez mulheres, três encontravam-se inseridas no trabalho formal, uma como servidora efetiva do Estado, duas atuando no serviço público municipal em

contratos temporários. Havia duas mulheres afastadas pela Previdência Social para tratamento de saúde, em apenas um caso uma mulher declarou situação de desemprego, duas estavam inseridas em Programa Social de Inclusão Produtiva e duas afirmaram atuar na informalidade como diaristas.

Considerando que o rendimento do trabalho na sociedade brasileira representa a maior parte da renda das famílias, constatou-se a partir da narrativa do conjunto de mulheres entrevistadas, que em apenas um caso a mulher - F9 - declarou encontrar-se em situação de desemprego. Nesta situação específica, havia na composição familiar uma bebê de colo em período de amamentação que ampliava as responsabilidades da mulher, esse fator associado às demais obrigações familiares inviabilizou sua inserção no mercado de trabalho. O benefício do Programa Bolsa Família foi a única renda declarada pelo núcleo familiar no momento da entrevista.

Referindo-se ao conjunto de mulheres que declararam estarem inseridas no mercado de trabalho formal - F1, F5 e F6 - em apenas uma composição familiar - F6 - a mulher não era beneficiária do Programa Bolsa Família (PBF), ela recebia um apoio simbólico financeiro do genitor da criança que considerava como pensão alimentícia e contribuía no acesso aos tratamentos demandados pela criança. A F6 queixou-se de não se enquadrar nos critérios do PBF e sugeriu que uma avaliação técnico social pudesse sobrepor o quesito de renda nos casos de famílias com crianças com deficiência.

As duas mulheres que estavam afastadas pela Previdência Social declararam receber uma pensão que de fato compunha a renda familiar. Uma delas encontrava-se com o benefício do Programa Bolsa Família bloqueado e relatou possuir um empréstimo, condição que reduzia o poder de compra da família. As mulheres entrevistadas que atuavam com atividades informais, aguardavam vaga para inserção no Programa Social de Inclusão Produtiva na perspectiva de ter uma renda fixa e disponibilidade para passar parte do dia perto dos filhos, tendo em vista a carga horária reduzida do programa (tempo parcial).

Segundo as estatísticas de gênero do IBGE (2024), o acesso a renda e ao trabalho são fatores que impactam nos níveis de desigualdades entre as próprias mulheres, uma vez que, para aquelas que possuem maior nível de renda é permitido a contratação do trabalho doméstico e de cuidado, ainda que, pesquisas revelam que em 91,3% dos casos esse trabalho contratado seja realizado por outras mulheres. O trabalho parcial e informal são determinações sociais que impactam mais as mulheres que os homens, justamente pela dinâmica de conciliar o trabalho de reprodução social com o trabalho remunerado. No ano de 2022 a informalidade foi maior para as mulheres (39,6%), enquanto para os homens esse

percentual foi de 37,3%, já o trabalho em tempo parcial foi maior para as mulheres negras (30,9%) em comparação às mulheres brancas (24,9%).

Conforme o exposto, a situação socioeconômica dessas mulheres expõe a fragilidade e o contexto desigual que perpetua na contemporaneidade, em que os benefícios de transferência de renda assumem um papel fundamental para promover o acesso às necessidades básicas dos núcleos familiares monoparentais femininos, e o trabalho, enquanto categoria fundante do ser social, têm se caracterizado no contexto das famílias empobrecidas, pela precariedade e insuficiência, revelando a forma como o trabalho se configurou e assume no capitalismo contemporâneo.

Do ponto de vista feminista-marxista, os dados apresentados a partir da realidade concreta destas famílias, revelam as contradições em que vivem as mulheres, cujas condições de vida e sobrevivência são agravadas cotidianamente pelas injustiças sociais produzidas por uma complexa totalidade social, interconectada pelas dimensões de classe, gênero e raça, conformando as mulheres sob um regime de opressão e exploração que as subalternizam.

Com base na moldura de amostragem estudada, infere-se que os núcleos familiares monoparentais femininos atendidos pelo CREAS são constituídos, em sua maioria, por mulheres negras, com baixo nível de escolaridade, com faixa etária predominante entre 20 a 39 anos, que vivem em moradias precárias, em condições de pobreza e/ou extrema pobreza, marcadas pela desproteção e histórico de violência de gênero, cujas realidades socioeconômicas impõe a necessidade de acessar os benefícios e programas socioassistenciais.

4.2 Desafios e estratégias enfrentadas pelas famílias monoparentais femininas: uma análise a partir das falas das mulheres

De maneira incontestável, compor a equipe do CREAS no decorrer da pesquisa proporcionou o acesso privilegiado às informações concernentes ao grupo de famílias investigado. As ferramentas de dados disponíveis pelo município favoreceram e possibilitaram todo o processo de identificação e seleção das famílias. Finalizado o processo que elegeu as 10 mulheres a serem entrevistadas, foram realizados contatos particulares com cada uma delas. Nesta aproximação, esclarecemos sobre o objetivo da pesquisa, a livre escolha da participação, os critérios de seleção, explicitando que a entrevista não tinha nenhum vínculo com a rotina e com as competências do CREAS.

Surpreendentemente, as dez mulheres selecionadas para a entrevista foram extremamente receptivas com a pesquisa e prontamente se colocaram à disposição. Duas mulheres que residiam em localidades rurais (distritos) solicitaram que a entrevista fosse realizada no domicílio no horário, em que os filhos estivessem na escola, para que tivessem maior liberdade para falar. Cinco mulheres indicaram o espaço do CREAS como mais adequado para a entrevista, por dispor de ambiente compatível com o sigilo das informações. Outras três mulheres elegeram o âmbito doméstico para realização do diálogo, pois tinham dificuldade para se deslocarem até o CREAS devido a questões particulares.

Dentre as análises possíveis de serem realizadas com o IRAMUTEC nossa pesquisa optou pelo uso do método de Classificação Hierárquica Descendente (CHD)⁶¹. Considerando tratar-se de um estudo orientado pelo método materialista histórico dialético, escolhemos essa opção pelo fato da sua composição dispor de ferramentas analíticas e metodológicas para assimilação da essência dos fenômenos sociais. O método CHD possibilitou mediações e articulações necessárias que ancoradas numa perspectiva de totalidade social, contribuíram para a reflexão das distintas dinâmicas da vida das famílias monoparentais femininas.

Após processar no Iramuteq os 10 textos referentes às 10 entrevistas compostas no *corpus* textual, obteve-se: 409 segmentos de texto, sendo que 353 foram aproveitados nas classes, ou seja, 86,31%⁶². A análise contabilizou 7.989 ocorrências referente a frequência das palavras e vocábulos, sendo evidenciadas 1.530 palavras e 841 hapax (palavras com uma única frequência no corpus).

A CHD foi composta a partir dos vocábulos encontrados no *corpus* textual. Esta análise categorizou as palavras em 4 classes conforme a frequência e o contexto em que foram utilizadas nos segmentos de texto. O processo de categorização das palavras e formação das classes (temas), indicaram que as palavras elencadas em cada classe (temas) tinham uma relação significativa com as classes que se subdividiram. Essas classes surgiram a partir das oito perguntas que nortearam a entrevista, sendo também geradas com base nas respostas,

⁶¹O método de Classificação Hierárquica Descendente tem a função de agrupar os vocábulos, na medida com que aparecem no *Corpus* criado a partir do texto. Para Camargo e Justo (2013, p.516) “o método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) proposto por Reinert (1990) e utilizado pelo software ALCESTE classifica os segmentos de texto em função dos seus respectivos vocabulários, e o conjunto deles é repartido com base na frequência das formas reduzidas (palavras já lematizadas). Esta análise visa obter classes de UCE que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente das UCE das outras classes. O IRAMUTEQ também fornece outra forma de apresentação dos resultados, por meio de uma análise fatorial de correspondência feita a partir da CHD (Análise Pós-Fatorial) que representa num plano cartesiano as diferentes palavras e variáveis associadas a cada uma das classes da CHD. A interface possibilita que se recuperem, no corpus original, os segmentos de texto associados a cada classe, momento em que se obtém o contexto das palavras estatisticamente significativas, possibilitando uma análise mais qualitativa dos dados”.

⁶²Para o adequado processo de análise, o Iramutec utiliza como referência o percentual acima de 70% de aproveitamento do *corpus* textual.

fragmentos de texto contidos nas narrativas das mulheres. O roteiro utilizado na entrevista encontra-se em anexo nesta pesquisa.

Assim, em cada classe foi gerada uma lista de palavras agrupadas por meio da frequência (F) e do teste do qui-quadrado (χ^2). Essas palavras, representaram um segmento de texto que explica cada classe. As classes de palavras podem ser observadas no dendrograma da figura 1.

Figura 1 – Classificação Hierárquica Descendente referente às entrevistas

As famílias Monoparentais Femininas entrevistadas

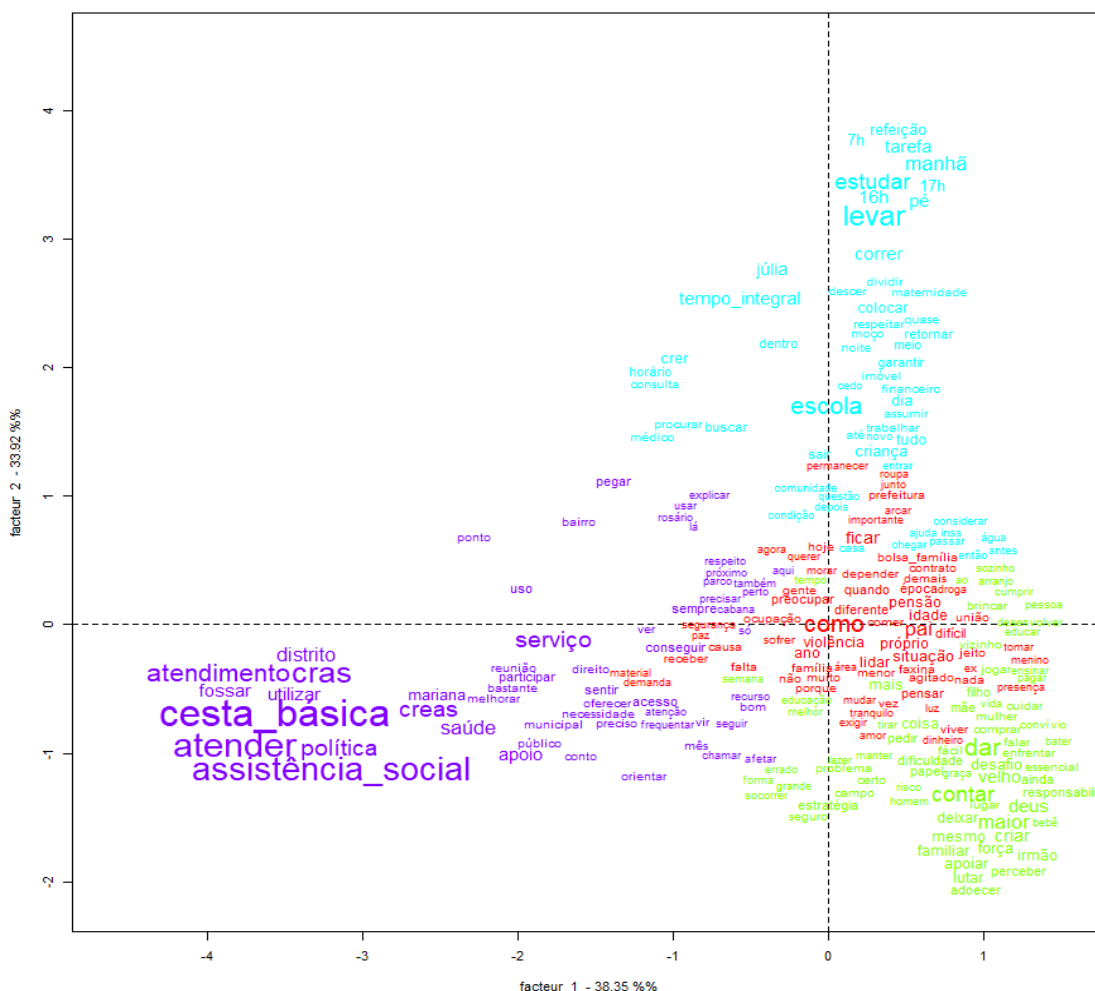
Classe 4 – As políticas de proteção social de Mariana (58/353) 16,43%				Classe 3 – Processos de responsabilização e o cotidiano das mulheres (66/353) 18,7%				Classe 2 – Desafios e estratégias do trabalho de reprodução social (109/353) 30,88%				Classe 1 – Ausência paterna e a sobrecarga da mulher (120/353) 33,99%			
Palavra	F	X ²	%	Palavras	F	X ²	%	Palavra	F	X ²	%	Palavra	F	X ²	%
Cesta básica	15	79	100	Levar	13	48	92	Contar	18	29	88	Pai	24	27	83
Atender	13	68	100	Escola	35	37	57	Deus	12	21	91	Situação	12	13	83
Assistência S.	16	61	87	Estudar	7	31	100	Criar	8	18	100	Violência	9	12	88
CRAS	13	56	92	Manhã	6	26	100	Desafio	9	14	88	Idade	6	11	100
Política	7	36	100	Tarefa	5	22	100	Força	6	13	100	Pensão	5	9	100
CREAS	13	35	76	Tempo integral	9	21	77	Apoiar	6	13	100	Difícil	15	7	66
Serviço	26	34	57	Crer	9	13	66	Lutar	5	11	100	Preocupar	6	6	83
Saúde	13	27	69	Criança	23	13	47	Responsabilidade	11	9	72				

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do software IRAMUTEQ, 2024.

A CHD dispõe, ainda, de ramificações que podem ser notadas pelos colchetes fixados acima das classes. As ramificações mostram o surgimento das classes e suas aproximações, nesta classificação ela identifica que a classe 4 é oriunda da classe 3, ambas, vinculadas ao tema central da pesquisa. A classe 3 se desmembrou de duas discussões formadas pelas classes 1 e 2, estas, por sua vez, demonstraram uma forte ligação entre seus discursos.

Apresentada no plano cartesiano, a análise fatorial de correspondência aponta as aproximações e distanciamentos das classes de palavras da CHD. Neste sentido, nota-se que as classes 1 (vermelha) e 2 (verde) se misturam, ou seja, há uma forte ligação entre elas. A classe 3 (azul) que está no mesmo quadrante que as classe 1 e 2 foi a classe que deu origem a essas duas. Já a classe 4 (roxa), presente em um quadrante separado deu origem às demais classes e demonstrou uma discussão geral sobre o assunto.

Figura 2 – Análise Fatorial de Correspondência referente às entrevistas



Fonte: Dados do software IRAMUTEQ, 2024.

Desse modo, pode-se dizer, que as questões norteadoras da entrevista contribuíram para o surgimento dessas quatro classes, provocando uma série de apontamentos que aparecem nas narrativas dessas mulheres, quais sejam: “Quais são os significados de criar, de ser mãe, da maternagem para você? Quais desafios você encontra para educar os filhos e executar suas outras tarefas? Quais serviços, direitos, benefícios você acessa na assistência social em Mariana? Há quanto tempo? Como avalia? Quais estratégias você adota para dar conta de todas as responsabilidades familiares? Possui rede de apoio?” A seguir, iniciaremos a análise de cada classe.

Classe 1 - Ausência paterna e a sobrecarga da mulher

O agrupamento de palavras que resultou na composição da classe 1 correspondeu a 33,99% do corpus textual, equivalente a 120 segmentos de texto de um total de 353. Este processo desvendou as seguintes palavras: “pai, situação, violência, idade, pensão, difícil e

preocupar”, a prevalência destes vocábulos evidenciaram a ausência da participação paterna na vida afetiva e financeira dos dependentes (filhos), expondo um contexto majoritário de sobrecarga e violência enfrentada pelas mulheres. Alguns trechos categorizados pelo software revelaram:

[...] me culpa pelo **pai não** estar aqui e eu **fico** sem saber **como lidar** com a **situação** [...] teve um momento da minha vida que a **situação de violência** estava me **preocupando** mais que **pensei** em mudar de cidade, mas **pensei como** vou **conseguir lidar** com **tudo** sem a minha **família** [...] (F5, 32 anos, parda, Ensino Médio completo, solteira, 3 filhos).

Neste segmento de texto, a mulher expõe as dificuldades enfrentadas no cotidiano da vida familiar, cuja ausência paterna promove reflexos no processo de desenvolvimento e no convívio social dos filhos, mesmo quando o afastamento deste se configura como uma alternativa de proteção. Aponta ainda, a relevância das redes de solidariedade e/ou rede familiar que auxiliam as mulheres nas jornadas de trabalho cotidianas, para que seja possível conciliar o trabalho remunerado com o trabalho de reprodução social no âmbito familiar e toda a mobilização que ele implica. A respeito dessa sobrecarga que incide sobre as mulheres, Gomes e Pereira (2005, p.362) complementam:

Diante da ausência de políticas de proteção social à população pauperizada, em consequência do retraimento do Estado é chamada a responder por essa deficiência sem receber condições para tanto. O Estado reduz suas intervenções na área social e deposita na família uma sobrecarga que ela não consegue suportar, tendo em vista sua realidade socioeconômica.

Nos lares monoparentais entrevistados, todas as mulheres apresentaram histórico de violência perpetrado pelo parceiro íntimo ou pelo ex-parceiro⁶³. A ausência paterna e/ou o afastamento paterno do convívio familiar como medida de proteção em favor da mulher e, em alguns casos, extensivo aos filhos, desdobra-se no reforço dos processos de responsabilização que ela já carrega, acumulado com o sustento familiar e com o trabalho de reprodução social que ela realiza sozinha, acrescido da culpa e das cobranças sociais e familiares.

Como já mencionava Barroso e Bruschini (1981), as diversas jornadas de trabalho desempenhadas pelas mulheres, tendem a sobrecarregá-las, pelo fato de geralmente estarem

⁶³A equipe técnica do CREAS desenvolve uma série de ações no atendimento à mulher que é vítima de violência doméstica e familiar. As intervenções previstas pelo serviço do PAEFI prevêm: o acolhimento da vítima, a escuta, a construção do caso (levantamento das formas que a *questão social* se manifesta, histórico familiar, trajetórias, acesso ou não há políticas sociais e os modos de vida), o acompanhamento familiar, a avaliação de medidas de proteção à serem acionadas, o encaminhamento para a rede socioassistencial e intersetorial, a articulação com o sistema de justiça (defensoria pública, poder judiciário, polícia civil, militar e ministério público), a guarda municipal (que em Mariana dispõe da horda Maria da Penha e do dispositivo do botão do pânico). Convém destacar que em algumas situações, quando há risco iminente de morte é necessário a retirada da mulher e seus dependentes do município. Em parceria com o sistema de justiça, a SMDSC avançou no ano de 2024 no processo de mobilização da rede de serviços, com o intuito de criar e implantar um Comitê em defesa da Mulher vítima de violência.

acompanhadas pela carga de culpa e pelas suas insuficiências. Por sua vez, no que se refere à Lei 11.340 (Maria da Penha), há, portanto, a necessidade de captar as contradições existentes nesta legislação, que visa coibir as situações de violência contra mulher, compreendendo seus limites, e os limites de uma sociedade ancorada na violência e dominação.

Para isso, é preciso reconhecer que as desigualdades de classe, raça e sexo são processos complexos que se interconectam, assim como, a violência contra mulher, que não se assenta somente nas relações conjugais e interpessoais, são resultado de uma estrutura marcada pela opressão e exploração. Albuquerque e Sobrinho (2023, p. 288) acrescentam que “a violência sofrida pelas mulheres também se cruza com as violências da espoliação que esse sistema neoliberal, enquanto regime de acumulação capitalista produz e determina”.

É nesse sentido que precisamos nos questionar sobre os limites da Lei 11.340, que na prática materializa medidas que tendem a ser meramente punitivas, mas que são incapazes de promover tratativas que visem enfrentar a essência do problema/fenômeno, mesmo que em muitas situações a punição dos homens autores de violência sejam extremamente necessárias. Não obstante, fica a cargo da mulher a responsabilidade de garantir um ambiente protetivo para os filhos, capaz de preservá-los de qualquer situação, oferecendo segurança e possibilidades de um recomeço.

[...] **como** valores eu **acho** que é fundamental transmitir para eles paciência, amor, educação e paz, coisa que eles **não** tinham **quando** o **pai** morava com a **gente** [...] (F7, 24 anos, parda, Fundamental incompleto, solteira, 2 filhos).

Ainda nesta classe, este outro fragmento de texto, explicita o trabalho de reprodução social desempenhado pelas mulheres, que não se esgota na manutenção das necessidades diárias, do sustento familiar e das tarefas do cuidado, mas que exige desta mulher a socialização, a inculcação dos valores, a educação, os afetos/vínculos e o desenvolvimento saudável. Dinâmica que também alimentou a cultura do abandono paterno no Brasil:

[...] o qual é naturalizado pela perspectiva misógina de que as mulheres são naturalmente inclinadas a assumirem integralmente a educação e o cuidado das crianças. Essa cultura, a qual autoriza os homens a abandonarem suas famílias sem serem submetidos a qualquer tipo de condenação social, deriva na extrema vulnerabilidade das mulheres brasileiras que precisam chefiar seus lares sozinhas, principalmente no que se refere às precárias condições de trabalho a que são submetidas (Bulhões, 2023, p.105).

Realidade que revela segundo pesquisas não só ausências e sobrecargas, mas também que “[...] lares chefiados por mulheres sem presença de cônjuge, apesar de apresentarem maior incidência de pobreza e renda menor do que demais conformações familiares, podem alcançar melhores condições de vida do que aqueles com a presença de um cônjuge masculino” (Maia et al., 2016).

Essa identidade construída historicamente naturalizou o trabalho das mulheres na esfera reprodutiva, hierarquizando os papéis sociais designados aos homens e as mulheres, atribuindo a elas o espaço doméstico e as tarefas familiares. Como expressão de um sistema *patriarcal-capitalista-racista*, o papel desempenhado pelas mulheres revela um complexo campo de desigualdades, forjado por uma tradição que ressoa desde o processo de colonização brasileiro.

Neste processo sócio-histórico, as atividades femininas foram inferiorizadas, vinculadas ao trabalho reprodutivo, reforçado pela capacidade geracional da mulher de ser mãe. Apesar disso, Arruza (2015) argumenta que a forma como a reprodução social vai operar numa determinada formação social está intimamente relacionada com a maneira que a produção e reprodução societal serão estruturadas na sua totalidade. Neste sentido ela acrescenta “devemos ter em mente que a esfera da reprodução social é também determinante na formação da subjetividade e, portanto, das relações de poder” (2015, p.56).

À vista disso, o que nossos dados revelam a partir das entrevistas é que a dinâmica de opressão às mulheres e a naturalização do cuidado sob suas responsabilidades alimentam a naturalidade do abandono paterno - que quando não ocasionado por uma decisão de proteção - ocasiona em mais sobrecarga e responsabilidades das mães.

Classe 2 - Desafios e estratégias do trabalho de reprodução social

A classe 2, denominada como “desafios e estratégias do trabalho de reprodução social” realizado pelas mulheres, obteve 30,88% de aproveitamento dos segmentos de texto, o que condiz a 109 segmentos do total de 353. Nesta classe, as seguintes palavras tiveram destaque: “contar, Deus, criar, desafios, força, apoiar, lutar e responsabilidade”. Elas demonstraram as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no seu cotidiano, na tentativa de cumprir todas as responsabilidades familiares, aponta ainda para as fragilidades e os percalços na tentativa de desempenhar esse papel. Alguns relatos reverberam minuciosamente os desafios enfrentados pelas mulheres:

O maior desafio para mim no momento é o tempo, eu tenho que sustentar a família e tenho que ser mãe para eles e às vezes eu não tenho esse tempo. Eu não consigo ser a mãe que gostaria de ser para eles. Eu queria me dividir em duas. Tem o trabalho e tem a vida em casa e tenho que dar conta dos dois. Às vezes eu foco mais nas necessidades de um determinado filho, e percebo que não consigo dar a mesma atenção para todos. Queria ter mais tempo para minha família, porque eu tenho que sair para trabalhar. Isso afetou eu ter tido problema com minhas filhas, ter que sair pra trabalhar e não conseguir acompanhar tudo de perto como eu gostaria. O pai dos meus filhos nunca foi pai, sempre foi tudo eu. Eu morava em outra cidade, recebia ajuda da Sociedade São Vicente de Paula pra não passar falta de nada e saía pra fazer faxinas também. Até conseguir me separar do pai deles eu sofri muito, porque ele me espancava grávida, me batia muito, casei muito nova, tinha só 15 anos e ele 44 anos. Isso pesou muito também porque ele já não me ajudava e quando começou a

envelhecer e aparecer os problemas de saúde me deu mais trabalho ainda (F1, 42 anos, preta, ensino médio completo, 5 filhos).

Este fragmento da entrevista esboça a contradição presente na rotina de vida das mulheres, que além de assumirem o trabalho de reprodução social, são pressionadas a garantir eficiência no processo de criação e cuidado dos filhos, ainda que falte tempo para cumprir todas as obrigações que lhes são designadas. O apelo espiritual e religioso presente em grande parte das narrativas, por sua vez, busca fortalecimento através de uma força superior, capaz de lhe conferirem paz, tranquilidade e apontar possibilidades para solução dos problemas que as assolam.

[...]minha **estratégia** para **dar conta** das **responsabilidades** primeiro é **Deus**, que me **dá força**, sabedoria, misericórdia [...] (F3, 42 anos, preta, Ensino médio incompleto, solteira, 4 filhos).

[...] **peço Deus força** sempre para **dar conta** e **peço** a ajuda da minha amiga [...] (F10, 29 anos, preta, Ensino médio incompleto, solteira, 4 filhos).

As estratégias citadas para realizar o trabalho de reprodução social, são, em grande medida, parcas alternativas para tentar driblar o cotidiano das privações de toda ordem, da ausência de rede familiar e/ou comunitária, da insuficiência do Estado e das políticas sociais, da ausência da participação paterna na vida dos filhos, e de tantas outras carências, que em algumas situações se desdobram em arranjos provisórios, capazes ou não de apoiarem as mulheres. Este trecho da entrevista é elucidativo dessa posição:

Eu nem sei qual estratégia que eu utilizo, eu sei que me desdubro e minha rede de apoio são eles, os meus filhos, porque eu tento não pedir ajuda a vizinho, peço ajuda a minha filha mais velha, que ficou com essa marca de ter assumido uma responsabilidade tão precoce, hoje ela é mãe, tem a família dela e eu tenho que poupar, porque já responsabilizei ela demais. Mas a escola aqui do distrito é um ponto de apoio pra mim. Mas só amolo alguém se for caso de doença. Hoje como parte deles estudam pela manhã e parte a tarde, eu acabo contando com aqueles que chegam em casa (F4, 35 anos, ensino fundamental incompleto, parda, 5 filhos).

Recuperando o contexto das entrevistas a partir das palavras “contar, criar, apoiar, lutar”, algumas mulheres indicaram serem os filhos mais velhos, adultos que já não compõem a unidade familiar, a pessoa com o qual buscam suporte, apoio e contribuições para o enfrentamento de quaisquer situações. Conforme relatos, alguns desses filhos são solteiros, outros já constituíram suas famílias, mas foram o único suporte citado na realidade de algumas famílias/mulheres a prestar-lhes apoio ainda que em processo de construção e organização da vida profissional. Em uma outra fala, a ampliação do tempo disponível para o trabalho (para aumentar a fonte de renda), a construção de uma rede de apoio e o espaço dos serviços públicos municipais voltados para o atendimento da criança e do adolescente, revelam-se como grandes estratégias.

Minha rede de apoio são os servidores da escola onde eu trabalho, o vigia, a cantineira, eles levam a minha filha no CRIA, eles são um casal, e me ajudam. A bibliotecária da escola trabalha no Cria e também me ajuda ficando com a Júlia até minha chegada para buscar. Eu conto com essas pessoas que me ajudam a lidar com a questão do tempo, para que eu consiga trabalhar. Minhas estratégias são na verdade ampliar minha carga horária de trabalho, contratar alguém e/ou contar com os arranjos de colegas de trabalho para me apoiar (F6, 44 anos, solteira, superior completo, 1 filha).

De acordo com Miotto (2015), a relação existente entre a mulher, a família, o trabalho e a economia, sempre foram complexas, pelo fato de fomentar diversos debates acerca do trabalho de produção e de reprodução social, que para ela materializa-se na divisão sexual do trabalho. Neste debate a autora tematiza o trabalho doméstico e de cuidado realizado pela mulher, de caráter não-remunerado, como uma estratégia que o Estado adota para alicerçar a família nos modelos do Estado de bem-estar social desenvolvido ao redor do mundo. Na relação com o trabalho, uma das entrevistadas sinalizou que a atividade do trabalho tem um significado ampliado, defendendo que vai além de suprir as necessidades de consumo, para outra mulher, trata-se de uma alternativa/recurso que ela encontra para dar conta de cumprir com o trabalho de reprodução social.

Então, a minha estratégia são os bicos que eu faço por aí e o socorro que o meu filho mais velho presta pra mim na urgência. É só isso que eu tenho, eu e meu trabalho principalmente, é com isso que eu conto (F2, branca, 47 anos, ensino fundamental incompleto, 3 filhos).

Minha estratégia para driblar todas as minhas responsabilidades é tentar ter controle de mim mesma, porque se não houver controle você surta. Meu trabalho também é essencial, além de possibilitar o consumo, sair de casa e ter uma atividade é uma terapia. É o trabalho que garante tudo. A experiência de conviver com outras mulheres no ambiente de trabalho também me fortalece muito, porque elas também lutam e às vezes tem problemas ainda maiores que os meus (F1, 42 anos, preta, ensino médio completo, divorciada, 5 filhos).

Vogel (2022), ao ampliar a concepção de trabalho de reprodução social, entende que ele não se refere apenas ao atendimento das necessidades básicas dos indivíduos, mas a manutenção diária e geracional da vida, envolvendo um conjunto de ações e práticas sociais que se efetivam de forma gratuita na unidade familiar. Sustenta, que, embora a família cumpra um papel fundamental no processo de produção e acumulação capitalista, existem instituições públicas/privadas, assim como, outros tipos de arranjos comunitários que são capazes de ofertar esse trabalho. Apesar disso, sabe-se que esse encargo permanece cristalizado na família, haja vista, que na realidade do município de Mariana, não dispomos de medidas e/ou políticas públicas capazes de aliviar as tensões e necessidades enfrentadas pelas mulheres.

[...] tenho **dificuldade** de **dar conta** das **coisas essenciais**, de produzir, de ter projetos, de planejar [...] (F6, 44 anos, branca, Ensino superior completo, solteira, 1 filho).

[...] o estado emocional no meu caso é um recurso fundamental para que eu **dê conta** das minhas **responsabilidades familiares** [...] (F5, 32 anos, parda, Ensino médio completo, solteira, 3 filhos).

Se eu tivesse acesso a determinados serviços como o CAPS IJ⁶⁴, porque meu filho é muito agitado, já me ajudava na minha sobrecarga. Ele deve ter alguma coisa, por isso me encaminharam pra lá, mas eles não me atendem, tem sempre uma desculpa. Eu queria assim, que ele fosse atendido toda semana, e falassem comigo as coisas que eu poderia fazer com ele em casa e que ia ajudar o cuidado com ele ser mais fácil. Porque as mães que tem um filho agitado assim como o meu, tem dificuldade pra fazer as coisas. Ia me ajudar dentro de casa, ele fica agitado e eu também fico. Tem hora que fico querendo bater, mas sei que não é o certo, mas perco a paciência, na hora do estresse você não consegue conversar (F7, 24 anos, solteira, ensino fundamental incompleto, 2 filhos).

Nestes fragmentos de texto outros atravessamentos são experienciados pelas mulheres entrevistadas, mediante os limites para o cumprimento do trabalho de reprodução social e o impacto da sobrecarga familiar na capacidade laboral, reverberando em prejuízos de saúde e de ordem emocional. Dentre as mulheres entrevistadas, uma delas sinalizou ter uma filha com o diagnóstico recente de autismo e outra mulher apontou modificações na sua rotina, diante de um quadro apresentado pelo filho que demanda maior investigação no campo da saúde. Em que pesem as diversas exigências em torno do trabalho de reprodução social, para as mulheres que possuem filhos com deficiência e/ou alguma especificidade de saúde, a dinâmica do cuidado e a rotina familiar exigem muito mais delas.

Conforme evidenciou a pesquisa de Pinho e Araújo (2012), há uma elevada associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais. No contexto atual, as mulheres têm sido acometidas com maior frequência por morbidade psíquica quando comparadas aos homens, havendo maior incidência entre elas os casos de anorexia nervosa, ansiedade, depressão, insônia e psicofisiológicos. O estudo revelou que para cada 10 mulheres entrevistadas 4 eram acometidas por um transtorno mental comum⁶⁵.

Os dados da pesquisa revelaram que as mulheres com renda de até um salário mínimo tinham maior prevalência de transtorno mental quando comparadas com mulheres com maior nível de renda. A baixa escolaridade foi outro fator que apontou maior predisposição das mulheres para desenvolver transtornos, tendo em vista que o acesso à política de educação produz um efeito direto na saúde psicológica dos indivíduos, por ampliar a capacidade e possibilidade de escolhas, impactando na autoestima e contribuindo para um melhor acesso à renda. O acesso ao trabalho e a renda na dinâmica de vida dessas mulheres assume um papel

⁶⁴Refere-se ao Centro Psicossocial de Saúde Mental Infante Juvenil do município.

⁶⁵“Os Transtornos Mentais Comuns são caracterizados por sintomas como fadiga, esquecimento, insônia, irritabilidade, dificuldade de concentração, dores de cabeça e queixas psicossomáticas. Esses transtornos alteram o funcionamento normal dos indivíduos, prejudicando seu desempenho na vida familiar, social, pessoal e no trabalho” (Pinho; Araújo, 2012, p.561).

fundamental, pois além de garantir a reprodução social de toda a unidade familiar, possibilita maior qualidade de vida, reduzindo os desafios e os dilemas cotidianos. Como pode ser verificado no depoimento a seguir.

O trabalho por meio período me auxilia muito com as responsabilidades familiares. Antes quando minha mãe trabalhava na prefeitura a gente recebia muita doação, sinto falta dessas doações. A escola me ajuda muito, é uma estratégia. E os serviços públicos que eu consigo ter acesso, são estratégias. Tenho vontade de trabalhar horário integral, pela renda que me proporcionaria, mas não tenho uma pessoa que possa ficar o tempo todo com meus filhos. Minha amiga faz o que pode, mas sem compromisso fixo.

Portanto, o que nossos dados revelaram quando se trata dos desafios e estratégias, além do que já apresentamos, é que essas mulheres, na grande maioria, não têm com quem contar, lutam buscando apoio, criam sozinhas os filhos, sem um sistema público atuante, o que simboliza a reprodução do familismo. Ao mesmo tempo, vão colocar como estratégias de sobrevivência um perfil de mulher resiliente que possui fé em Deus, para superar as condições precárias de vida. Além daquelas que sinalizam o apoio dos filhos que já trabalham, que são mais velhos ou já possuem família, como referência no apoio. Dinâmica que também resulta no enfrentamento residual das expressões da *questão social* no âmbito da família.

Classe 3 - Processos de responsabilização e o cotidiano das mulheres

Intitulado como “Processos de responsabilização e o cotidiano das mulheres”, a classe 3 foi formada por 18,7% dos segmentos de texto referentes a 66 segmentos do total de 353. Emergiram palavras como “levar, escola, estudar, manhã, tarefa, tempo integral, crer e criança”, que revelaram a multiplicidade de tarefas que as mulheres desempenham na esfera doméstica, no mercado de trabalho, ou nos mais distintos tipos de ocupações informais, situação em que elas experimentam formas precárias de criarem sozinhas seus filhos. Neste sentido, o lugar que foi determinado pela classe dominante como de ocupação da mulher na família acaba por forçá-las a aceitarem condições de trabalho inferiorizadas, para que as mulheres carreguem suas outras responsabilidades, ou seja, para que elas tenham compatibilidade de administrar seu duplo fardo.

[...], mas as **refeições, lavar** roupas e **passar tudo**, sou eu que faço, **levo** eles para a **escola**, consulta **médica** [...] (F8, 46 anos, preta, Ensino fundamental incompleto, solteira, 3 filhos).

[...] da **escola** ela vai para o **Cria** e permaneço na **escola trabalhando**, às **16h** e 40 eu a **busco correndo** no **Cria** [...] (F6, 44 anos, branca, Superior completo, solteira, 1 filho).

Os fragmentos de texto acima, demonstram a realidade de duas entrevistadas, com rotinas familiares e situações sociais distintas, no entanto, com um ciclo de trabalho contínuo,

ininterrupto, determinado pela condição feminina e que consiste na manutenção de um papel social que alimenta a reprodução da desigualdade de sexo.

As entrevistadas descreveram sua rotina desde o momento em que se levantavam. Todas elas, sem exceção, envoltas por atividades e práticas sociais que se perfazem de forma subsequente, uma após a outra, sem descanso. Quase não houveram relatos de oportunidades de lazer, quando foram citados, se dirigiam aos filhos e a necessidade de promover o espaço do brincar. O que demonstra o acerto do capital em centralizar a família - e as mulheres - no trabalho não pago da reprodução social.

Nesta perspectiva, o cuidado, e as outras formas de trabalho que associados compõem o trabalho reprodutivo são essenciais ao desenvolvimento do “ser social”. Esse trabalho não-pago, invisibilizado, realizado pelas mulheres, que demanda um gasto de energia e de esforços conjugados para que a manutenção diária e geracional dos sujeitos se constitua, resulta na opressão e exploração da força de trabalho das mulheres, embora, ele seja naturalizado e confinado ao sexo feminino.

Em realidades sociais como a brasileira, cuja formação social ignorou a perspectiva do direito e da cidadania, e que adotou um modelo de família estruturado em relações hierárquicas entre homens e mulheres, a incorporação da família como garantia “ética, moral e material” (Alencar, 2011), atribuiu às mulheres ainda mais responsabilidades. Além do âmbito da casa em si, conta-se com a rede de mulheres.

[...] de **manhã** dois ficam com a vizinha enquanto eu trabalho, **depois** eu largo serviço e vou para **casa colocar** os outros para a **escola** [...] (F10, 29 anos, preta, Ensino médio incompleto, solteira, 4 filhos).

Nos países de capitalismo dependente, como é o caso do Brasil, o fato do trabalho de reprodução social não ter um reconhecimento social e político, implica na ausência de medidas estatais que visem reduzir o trabalho não pago das mulheres. A ausência destas medidas efetiva-se no cenário que temos na atualidade, falta de investimento público e políticas sociais que fomentem a integração das mulheres na esfera pública, concomitante, a promoção de alternativas equânimes ao trabalho de reprodução social, para que sejam viabilizados processos sociais que caminhem ao encontro da redução da responsabilização das mulheres.

Em resumo, a classe 3 irá contemplar o acúmulo de obrigações e desafios que as mulheres enfrentam no seu cotidiano para cumprir com as responsabilidades impostas pelo trabalho de reprodução social em simbiose com o trabalho mal remunerado realizado pela maioria das mulheres, o que resulta em sobrecarga. Condição que não oportuniza tempo

suficiente para “*regeneração das suas capacidades física, mental e social*”, já que no dia seguinte elas precisam estar aptas, “*alimentadas, descansadas e vestidas*” para darem conta da jornada que se iniciará (Germine et al., 2023, p.215). Por essa razão, a classe 3 está intimamente relacionada com as classes 1 e 2, pois apontam os elementos geradores dos processos e dinâmicas sociais que marginalizam e responsabilizam as mulheres, exigindo que elas deem conta.

Classe 4 - As políticas de proteção social de Mariana

A última composição de palavras foi configurada por 16,43% de segmentos de texto do corpus textual, ou seja, 58 segmentos de 353. Os fragmentos a seguir apontam o tipo de acesso e a forma como as famílias monoparentais femininas reconhecem a política de Assistência Social, sinalizando para um alcance bastante limitado da prestação dos serviços socioassistenciais no município de Mariana. Diante disso, as palavras mais enfatizadas foram: “cesta básica, atender, assistência social, CRAS, política, CREAS, serviço e saúde”.

[...] em Monsenhor Horta não temos **serviço de Assistência Social**, somos **atendidos** em **Mariana**, a única coisa que o **CRAS oferece** pra gente é a entrega da **cesta básica** [...] (F4, 35 anos, parda, Ensino fundamental completo, solteira, 5 filhos).

[...] na **Assistência Social** eu sou **atendida** no **CREAS** e pela **cesta básica** no **CRAS** [...] (F5, 32 anos, parda, Ensino médio completo, solteira, 3 filhos).

O relato das entrevistadas demonstrou um frágil alcance da política de Assistência Social no território onde elas estão situadas, ambas residentes na zona rural, distritos que compõem o município de Mariana, sinalizando o distanciamento entre as famílias e os equipamentos públicos, explicitando que há uma desigualdade na distribuição dos serviços que operam na zona urbana e rural. Para além disso, ilustram a prevalência da concepção de Assistência Social que não reconhece a perspectiva do direito, mas que vincula a política ao traço assistencialista, clientelista e paternalista, ainda presente no modo como as ações socioassistenciais são gestadas e reproduzidas na cidade.

Conforme apontou Alencar (2011), temos colhido os efeitos da crise econômica do capital e dos diversos ajustes econômicos que impossibilitam uma ampliação das ações e políticas de proteção social. A conjuntura de desmonte e de ajustes fiscais reorienta os gastos com o social, privilegiando cumprir objetivos que respondam ao interesse de estabilização econômica, conformando para a reprodução de políticas sociais compensatórias, de corte assistencial, o que tem resultado no agravamento dos quadros de pobreza e miséria.

Mariana segue performando este cenário, as ações socioassistenciais têm-se caracterizado cada vez mais seletiva e burocrática, as famílias, leia-se às mulheres, quando

buscam pelos serviços, narram um itinerário de constrangimento e tensão diante dos equipamentos públicos que executam atendimento apenas com hora marcada e através de senha distribuída mensalmente. As falas a seguir sinalizam essa tendência:

A assistência social não tem sido uma política que eu acesso, meu filho adulto sempre me socorre nos momentos de aperto, porque até a cesta básica eu fiquei um tempo sem conseguir. Esse filho me ajuda com as despesas quando preciso, mas como ele tem a família dele, me preocupa ficar incomodando. E eu sinto falta do CRAS aqui mais perto das nossas necessidades, perto da gente. Mas a equipe do CRAS me explicou que a cesta básica é mês sim, mês não (F2, 47 anos, branca, ensino fundamental incompleto, 3 filhos).

Eu era atendida pela cesta básica, hoje não sou mais. Não estou recebendo benefício de transferência de renda. O serviço que eu tenho acessado da política de assistência social é o CREAS. Aqui no distrito o que a gente conhece do CRAS é só a cesta básica (F4, 35 anos, parda, ensino fundamental completo, 5 filhos).

Tem um problema sério no Cras que eu estava esquecendo, tem família que consegue pegar a cesta só de dois em dois meses, mas isso aí dependendo da família é muito difícil, porque o menino cresce e come mais e às vezes não tem um biscoito pra dar para eles. Pra mim deveria ser um direito da família pegar a cesta todo mês. Isso é errado, de dois em dois meses (F7, parda, 24 anos, ensino fundamental incompleto, 2 filhos).

Eu tenho sempre que atualizar um cadastro para conseguir uma cesta básica, todo mês que preciso eu tenho que provar a minha condição. Quando eu morava no bairro Rosário eu participava de reuniões com frequência, tinha um certo acompanhamento, a cesta também era garantida. Agora que estou no distrito nem sempre consigo a cesta, não tem nenhum encontro ou reunião e eu tenho que procurar o serviço do CRAS. No CREAS meu atendimento tem um motivo específico. No programa inclusão produtiva eventualmente eles convocam a gente para algum encontro (F10, 29 anos, ensino médio incompleto, preta, 4 filhos).

Registra-se ainda, a presença de atores da segurança pública acompanhando os momentos de distribuição de senha, prontos para penalizar os indivíduos/comunidade local acaso se revoltam contra a ordem da fila e critérios de elegibilidade para acesso aos direitos socioassistenciais. Descrevem a frequente mediação da Câmara de vereadores no processo de acesso aos direitos, atravessando a rotina dos serviços e viabilizando determinados benefícios para um público que a rede de proteção desconhece.

Estes fragmentos trazem uma fala ilustrativa do baixo impacto dos equipamentos da Assistência Social, centrados apenas em benefícios de renda e cesta básica, ainda assim sem regularidade. Enfim, haja vista a habilitação do município ao SUAS e todos os esforços para concretização da política de Assistência Social municipal, os avanços evidenciados descortinam os retrocessos e desafios que a política de Assistência Social ainda esbarra.

Os benefícios eventuais passaram a integrar a política de Assistência Social a partir da previsão na LOAS e, posteriormente, com a implementação do SUAS compondo o conjunto de serviços, programas, projetos e outros benefícios, parte da oferta de proteção socioassistencial. Em Mariana, os benefícios eventuais são operacionalizados pelas equipes

dos CRAS, mantendo-se disponíveis no Plantão Social, embora, não haja previsão legal para continuidade da prestação deste serviço após a implantação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Conforme dispõe às orientações técnicas para atuação com os benefícios eventuais, eles devem estar inseridos no âmbito do trabalho social desenvolvido pelos equipamentos de proteção social básica e/ou proteção social especial de média complexidade. Ou seja, devem ser disponibilizados pelos CRAS, CREAS ou CENTRO Pop e operacionalizados por profissionais de nível superior do SUAS. Em Mariana, as equipes de CREAS e CENTRO POP não operacionalizam estes benefícios diretamente, entretanto, no cotidiano do trabalho estão sempre mediando o acesso através da articulação com as equipes dos CRAS e Plantão Social.

Na rotina de atendimento dos CRAS de Mariana, a concessão da cesta básica não se insere como um benefício que compõem a rede de proteção social de caráter emergencial, atrelado à realização de um trabalho social que reconheça as condições e necessidades sociais das famílias numa perspectiva de classe. A distribuição/concessão deste benefício eventual, embora, seja realizada por profissional de nível superior, segue um rito, com critérios estabelecidos pela instituição, principalmente pelo quesito renda, sem considerar a dinâmica socioterritorial dos indivíduos e as desigualdades sociais, de raça e gênero predominantes em um território marcado pela atividade minerária.

Desse modo, ainda que haja um debate sobre as condições de insegurança alimentar, as discussões giram em torno do quantitativo de cesta básica concedido mensalmente pelo município, no entanto, essas análises/debates não consideram as práticas assistencialistas que são mantidas com a cesta básica, nem mesmo problematizam o nível elevado de indivíduos/famílias que vivem em situação precária e de pobreza em boa parte dos territórios e a necessidade de se ampliar os investimentos nas políticas sociais, com a finalidade de ofertar um trabalho social e benefícios de melhor qualidade.

Em um trecho da entrevista, uma das mulheres sinaliza a dificuldade de acessar o benefício eventual da cesta básica após mudar de território. Convém ressaltar que a mudança de domicílio dessa família ocorreu em virtude de aplicação de medida de proteção, após sofrer ameaça de morte pelo ex-parceiro íntimo. Assim, ela perdeu o vínculo que tinha com a equipe anterior e um novo serviço/equipamento passou a referenciar o seu núcleo familiar. Neste novo equipamento a usuária observou mudanças nos critérios para acessar determinados benefícios, evidenciando que as unidades de CRAS estabelecem critérios de funcionamento e de acesso distintos.

A ideia de que a mulher dispõe de uma “cidadania fragilizada” foi apontada por Soares (2003) e Lavinias (1997), quando discutiram que as necessidades das mulheres estão sempre subordinadas às da família, enquanto que, o lugar de cidadania fica obstaculizado. Nessa perspectiva, compreendendo que essa concepção de cidadania está vinculada a uma separação dos papéis sociais por sexo, determinada pela divisão sexual do trabalho e pelo fardo do trabalho de reprodução social imposto pelo capital, o discurso da “cidadania fragilizada” no campo das ações socioassistenciais denuncia a limitada autonomia que os programas sociais e os benefícios facultam às mulheres. Estes programas e/ou benefícios fornecem a titularidade de um cartão de banco, o que possibilita apenas o consumo mínimo e ainda exigem que elas estejam inseridas em modalidades de trabalho, seja em tempo parcial e/ou informal, para garantir-lhes melhores condições de vida.

Apesar disso, é importante salientar que na atual conjuntura social e econômica, agravada pelo ultraneoliberalismo, dadas as condições objetivas de vida dessas mulheres que vivenciam contextos de extrema desigualdade e precarização do trabalho, ainda que os serviços socioassistenciais tenham um caráter residual e focalista, cuja perspectiva política está fundamentada em manter o processo de acumulação e dominação capitalista, as famílias da classe trabalhadora dependem deste acesso para que tenham o alívio da pobreza extrema. Nesta medida, o relato de algumas mulheres converge para esse entendimento:

Eu vejo que na política de assistência social tenho um apoio seguro, já precisei que me chamassem a atenção, sempre que precisei estiveram do meu lado. Tem muitas famílias que tem situação que precisam da assistência social, não é só a minha família, tem pessoas que têm maiores problemas. No CREAS eu fui acolhida e consegui ter mais paz depois do acesso à medida de proteção. Eu sou o amparo para os meus filhos junto com esses serviços (F3, preta, 42 anos, ensino médio incompleto, 4 filhos).

Eu utilizo na assistência social os serviços do CRIA e minha filha tem adorado, eu sinto segurança dela ficar lá participando das atividades recreativas e oficinas. No CREAS eu tive apoio necessário desde o acolhimento, mas sinto pesar de ter necessitado de um serviço desta complexidade, embora, tenha tornado nosso fardo mais leve. Não utilizo o serviço do CRAS (F6, 44 anos, branca, superior completo, 1 filha).

Eu sou atendida pelo CREAS, fui atendida na adolescência também por esse serviço. Acho que se não fosse a qualidade da atenção que eu recebi, eu não teria conseguido me afastar da vida de violência. Teve dias que eu não sabia onde ia morar, onde ia ficar, e ter gente preocupando com você e com seus filhos foi muito bom (F7, 24 anos, 2 filhos, parda, ensino fundamental incompleto).

A assistência social tem sido uma política que me atende bastante, me orientam, me escutam, orientam as crianças. Eu estou muito feliz nesse ponto, porque se não fosse esses serviços que eu acesso, não sei como eu faria, porque eu já estava sem força, não tinha apoio e passei a ter apoio. O serviço da prefeitura é muito importante para minha família hoje (F8, 46 anos, preta, 3 filhos, fundamental incompleto).

politização, da luta pela ampliação dos direitos e do acesso, da democratização e da proteção social pública. Ainda que essas mulheres não sinalizem ou informem sobre as formas coletivas de resistências.

4.3 Familismo e a sobrecarga das mulheres na política de assistência social: o traço dos serviços socioassistenciais de Mariana (MG)

A configuração atual da política de Assistência Social no município de Mariana, converge com os limites encontrados pela totalidade das políticas sociais no cenário atual, que se integra há um conjunto de transformações derivadas do contexto de crise do sistema capitalista, de uma adaptação à conjuntura internacional, de espraiamento dos princípios neoliberais, da privatização e mercantilização da Seguridade Social brasileira e das constantes regressões trabalhistas, que neste bojo visam intensificar os processos de acumulação.

Sabemos que a família representa uma instituição fundamental na esfera da produção e da reprodução social, por oferecer um espaço privilegiado para a manutenção da vida social e da reprodução da força de trabalho, ainda que, a unidade familiar não se efetive como única forma de realização do trabalho de reprodução social (Vogel, 2022).

O fato é, que o familismo também como produto da formação sócio-histórica brasileira (Alencar, 2011), sempre imputou à família a responsabilidade pela provisão de bem-estar aos seus membros, ancorado na ideia de que o contexto familiar deve responder por suas necessidades, seja de forma moral ou material, ancorado no modelo patriarcal de família, na manutenção do papel social de homens/mulheres, na reprodução ideológica de valores e na perpetuação das desigualdades de classe, raça e gênero.

Pensar as famílias monoparentais femininas neste contexto, compreendendo sua dinâmica de funcionamento e sua capacidade de reprodução, incorre em conectar esta experiência familiar aos processos e relações sociais que se manifestam nas famílias, reflexo das mudanças de ordem social, cultural, política e econômica, que interferem na relação delas com o trabalho, o mercado e o Estado (Mioto, 2015). Neste sentido, as famílias, principalmente, quando remetemos aos núcleos familiares mais pobres, público alvo da política de Assistência Social, cujas ações têm se efetivado cada vez mais focalizadas e seletivas, reproduzem conflitos e contradições que não se originam dentro delas, mas são característicos da vida em sociedade.

A partir disso, e entendendo que “as formas de inserção no mercado de trabalho definem, em grande parte, as condições de vida das famílias e demarcam as fronteiras de inserção social” (Alencar, 2011, p. 134), convém apresentar de forma breve como o acesso ao

trabalho alienado tem se efetivado para as famílias/mulheres investigadas, a fim de compreender as particularidades que os serviços socioassistenciais assumem na realidade concreta do município de Mariana.

Conforme indicou Boschetti (2016), o contexto de crise estrutural do capital tem sido definido por uma crise de caráter financeiro, o objetivo dela concentra-se em buscar uma constante valorização do capital, de forma que a classe trabalhadora, ainda que participe ativamente do processo, não seja uma prerrogativa. Essa crise capitalista foi apontada pela autora como um momento histórico de agravamento das condições de vida dos trabalhadores, devido ao progressivo “aumento do desemprego de longa duração, precarização do trabalho, retração de direitos, redução de salários e do endividamento do Estado” (Boschetti, 2016, 18).

A despeito do desemprego estrutural tão presente na realidade dos países latino-americanos, Paiva e Ouriques (2006), argumentam que uma grande proporção da força de trabalho nestes países está inserida em atividades informais, que remuneram de forma precária, impondo aos trabalhadores condições insuficientes para responder às suas necessidades de manutenção e de reposição da força de trabalho. Além disso, uma parcela considerável da sociedade vivencia o desemprego, condição que impulsiona esses trabalhadores a demandarem pelas políticas sociais mediante o acesso cada vez mais antagônico ao trabalho.

Tal configuração se reproduz na realidade de Mariana, local onde a riqueza é expropriada da população para fomentar grandes investimentos, a exportação e a valorização do mercado internacional. Todavia, ao invés dessa riqueza retornar para o município e promover qualidade de vida, acesso a bens e serviços públicos de qualidade à população, gera um nível de desigualdade social que se avoluma, na medida em que se expande os processos de exploração, e, que por concentrar a riqueza produzida nas mãos de poucos, os grandes capitalistas, reproduz uma contradição com padrões alarmantes de pobreza.

Compondo essa totalidade, a formação social e histórica de Mariana converge com a brasileira, corroborando para a manutenção de práticas sociais que estão em desencontro com a perspectiva dos direitos e da cidadania, numa lógica em que a herança clientelista e colonialista, alimenta a manutenção de um imperialismo contemporâneo, que aliena e segrega a população. Conforme sinalizou uma das entrevistadas:

A secretaria de assistência social precisa melhorar o atendimento de habitação, eu consegui um lote, mas como vou conseguir recursos para a construção. Precisava melhorar o valor do benefício do aluguel social também, porque 300,00 reais é muito pouco. O programa inclusão produtiva precisava de rever o salário. Para quem paga aluguel o dinheiro é muito curto, o valor ajuda, mas é insuficiente. Os direitos trabalhistas não são garantidos. O valor que eu ganho no programa é 900 reais, mas

com o vale alimentação. Esse vale deveria ser separado da renda, para que as mulheres tivessem acesso a uma alimentação melhor e para os filhos (F7).

Perante isso, a atividade minerária, representada pelas grandes corporações capitalistas que administram o minério de ferro que é expropriado da região, articulada com os poderes políticos locais, determinam os modos de vida e de viver na cidade. Esses grandes empreendimentos exigem qualificação e mão de obra especializada, garantindo a empregabilidade de um pequeno grupo populacional, as empresas que atuam nesse ramo como prestadoras de serviços (terceirizadas) absorvem um volume maior de mão de obra, entretanto, remuneram de forma precária seus trabalhadores.

Por outro lado, grande parcela da população não consegue se inserir no ramo da mineração, seja pela baixa escolaridade e/ou pela ausência de profissionalização perante um contexto de reestruturação produtiva e tecnológica que tende a reduzir os postos de trabalho humano, gerando um grande contingente de pessoas em situação de desemprego, nos subempregos e na informalidade.

Neste curso, temos a condição social das mulheres, que guardadas suas particularidades sociais e históricas, deparam-se com um terreno que limita sua inserção e ascensão, principalmente, pelo fato de ainda estarem confinadas ao trabalho de reprodução social, à maternidade e à divisão sexual do trabalho, mesmo que avanços tenham sido alcançados com as lutas femininas.

Desse modo, num contexto social marcado pela superexploração da força de trabalho e pela herança clientelista e paternalista das ações assistenciais, a política de Assistência Social tem sido organizada de modo a manter os antigos costumes, priorizando a atuação nas manifestações mais agudas da pobreza. Segundo Cavalcanti et. al (2013, p.24):

[...] os direitos sociais, embora sejam resultados de intensas lutas dos movimentos sociais dos trabalhadores, tendem a seguir um padrão de precarização, privatização e seletividade, em que os direitos dos indivíduos são pontuais e focalizados, acentuando ainda mais o antagonismo entre capital e trabalho.

No bojo desse processo, considerando o Brasil enquanto país da periferia do capitalismo, cuja política econômica está voltada para a exportação e para corresponder aos ditames dos organismos internacionais, tais medidas não dialogam com as políticas sociais, por serem consideradas custos que oneram o setor público. Por outro lado, demonstra que mesmo numa sociedade onde vigora o assalariamento, a condição de vender a força de trabalho é restrita, não sendo disponível para todos, já que há uma parcela exorbitante vivendo na informalidade e/ou desempregada. Condição que afeta o acesso aos direitos sociais, já que

eles foram pensados para cobrir aqueles que dispõem de vínculo salarial. Conforme destacou uma das entrevistas:

Para mim que reside em área de ocupação, o que faz mais falta aqui é um transporte coletivo. É muito longe daqui o ponto de ônibus mais próximo e tenho que descer a pé na chuva ou no sol, com criança no colo e colocando os outros para andar. As vezes eu recebo a cesta básica, mas não tenho como buscar. Muitas vezes o carro do CREAS que traz pra mim, porque sabe da minha luta. Criança não escolhe horário pra passar mal e quando acontece de madrugada eu tenho que sair daqui a pé para levar ao médico, e não tenho nem pra onde ligar. Um dia fui no supermercado e tive que pagar um aplicativo, o valor que gastei com esse serviço daria pra ter comprado uma caixa de leite para os meus filhos (F9, 34 anos, preta, 5 filhos).

Nessa perspectiva, tende a ser cada vez mais crescente o público que necessita do acesso às políticas sociais, contexto em que as relações de trabalho têm sido cada vez mais precarizadas. Assim, temos a conjuntura perfeita para que a família seja novamente colocada no centro da execução das políticas sociais como parte do processo de desresponsabilização do Estado e transferência da garantia do bem-estar para a família, leia-se das mulheres.

Dessa forma, a dinâmica que está em curso nos serviços socioassistenciais do município se fundamenta na família, com foco prioritário das ações voltadas para as mulheres, pois são elas que de forma recorrente comparecem nos atendimentos, sejam eles relacionados aos programas sociais, aos benefícios e/ou aos serviços, para representarem seus núcleos familiares. A participação efetiva dos homens, sejam eles representantes da família extensa, parceiros e/ou genitores, revelam-se bastante tímidas. Ademais, são as mulheres que são convocadas e que comparecem diante dos serviços/programas e benefícios para dar explicações sobre o núcleo familiar, sobre o descumprimento das condicionalidades, para responder pelas acusações de negligência, enfim, são elas que enfrentam e encaram o fardo da responsabilização.

A responsabilização e culpabilização das famílias pelas condições sociais que se encontram e pela dificuldade de responder pela proteção social dos seus membros, são, no tempo presente, um desafio que compromete a atuação dos diversos equipamentos socioassistenciais. Primeiro, porque lidamos com um poder executivo municipal que não se interessa pela pauta da Assistência Social. Soma-se a esta questão a alternância/ mudança constante da gestão municipal, devido às cassações consecutivas envolvendo vários representantes do executivo que estiveram no poder. São mudanças de governo que ocorrem de forma repentina, sem que haja espaço de tempo e vontade política para que se efetive um planejamento e a continuidade das ações.

Essas mudanças afetam diretamente os trabalhadores do SUAS, trazendo implicações para o desempenho e qualidade do trabalho que é ofertado, prevalecendo na rotina do

atendimento dos serviços socioassistenciais ações que se resumem no ajustamento dos indivíduos, que buscam solucionar questões de ordem estrutural no campo das relações afetivas e familiares, sem que haja uma reflexão e uma avaliação que considere as contradições, a historicidade e a totalidade da vida social dos sujeitos sociais. Aliado a essa dinâmica, temos a rotatividade profissional, o adoecimento dos trabalhadores, a ausência de capacitação continuada, o crescimento do setor privado e das parcerias público/privado, um cenário de recuo progressivo do Estado e transferência para as famílias.

Trata-se de um contexto que tem corroborado para uma crescente judicialização das expressões da *questão social*, num quadro em que o Estado tem sido omissivo no cumprimento da garantia dos direitos e do acesso da população às condições mínimas para responderem pelo papel protetivo, sendo elas duplamente responsabilizadas.

Diante de um panorama que precariza as condições de vida das famílias, limitando ainda mais, as condições das mulheres - que nos arranjos monoparentais femininos - representam o único recurso para a sobrevivência dos seus membros. Concordamos com a indagação de Alencar (2011, p.142) quando ela questiona “[...] em que medida a família no Brasil tem, hoje, condições de cumprir as suas funções no que se refere à reprodução social?”. Para a autora, o contexto de desemprego estrutural, de expansão do trabalho informal e de perda de direitos associados ao trabalho formal, revela a incapacidade da família em assumir essa função protetiva.

De forma objetiva, sabemos que todas as famílias, independente do seu formato ou arranjo, na atual conjuntura travam lutas diárias para cumprir com o trabalho de reprodução social, essencial para o desenvolvimento de toda unidade familiar. Conforme o relato das entrevistadas, cumprir com o trabalho de reprodução social só é possível com apoio/suporte, seja através da ajuda de terceiros, da rede de vizinhança formada por outras mulheres, com o auxílio dos filhos que na vida adulta prestam um apoio financeiro para as mães, mesmo após saírem de casa e com a contribuição da família extensa.

Minha estratégia é meu pai, meu suporte, a pessoa que me apoia, porque o pai das crianças eu já não conto a muito tempo. Não está fácil pra mim ter que lidar com tudo sozinha. A escola integral tem uma função muito importante também, porque além da educação, garante as refeições, o alimento para eles (F9, 34 anos, 5 filhos).

Algumas entrevistadas apontaram os serviços públicos da política de educação, creche/escola em tempo integral como essenciais no processo de redução da sobrecarga gerada pelo trabalho de reprodução social realizado pelas mulheres, no entanto, o município

não dispõe deste serviço em todas as localidades e com a oferta de vagas de modo a viabilizar o acesso de todas as mulheres⁶⁶.

Como alternativa para reduzir o trabalho de reprodução social, tão caro para todas as mulheres, especificamente às que compõem os núcleos monoparentais femininos, elas indicaram, com unanimidade, a ampliação das ações estatais, com incremento nas políticas sociais, não apenas a política de Assistência Social, mas que todas as políticas setoriais atuassem de maneira articulada para viabilizar, serviços/programas/projetos e benefícios com o intuito de garantir condições objetivas às mulheres de realizarem o trabalho de reprodução social.

Neste sentido, elas apontaram deficiências que estão presentes no município, com as quais se deparam no cotidiano e que interferem no exercício da cidadania, impondo limites à realização do conjunto de atividades que compõem o trabalho de reprodução social, foram eles: acesso ao trabalho e condições dignas de exercício, ausência de creche/escola em tempo integral, projetos sociais para crianças e adolescentes com cobertura em todas as localidades, ausência da oferta de trabalho protegido para os adolescentes, baixa cobertura dos serviços de saúde mental, ausência de acompanhamento psicológico clínico, ausência de uma política habitacional que garanta moradia digna aos trabalhadores, bairros sem infraestrutura, sem acesso à transporte público.

Mediante as proposições apresentadas, fica evidente que as famílias, embora estejam esgotadas, pressionadas pelas responsabilidades que carregam sozinhas, constituem um nível de consciência sobre o papel que deve ser desempenhado pelo Estado, e, que têm sido transferidos para elas. Tem-se, portanto, um caminho que pode ser trilhado junto a estas mulheres através do trabalho social desenvolvido nos espaços dos CREAS e CRAS, o de socialização de informação crítica e de estímulo para a participação coletiva em defesa dos direitos sociais. Nesta medida, conforme defendeu Alencar (2011, p.143), “[...] o cuidado com a família por meio das políticas sociais, sob a responsabilidade do Estado, continua sendo a única saída”.

⁶⁶Embora seja a realidade de alguns municípios, as famílias e/ou mulheres que vivenciam contextos de violência, não possuem prioridade e/ou garantia de vaga em creche no município de Mariana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão materialista da história não nos deu, é verdade, respostas prontas à questão das mulheres, mas nos deu algo melhor. O método correto e preciso de estudo e compreensão da questão (Clara Zetkin).

O transcurso de uma dissertação é árduo, interposto por percalços e pela necessidade constante de rever nosso mirante de análise. Enquanto mãe, trabalhadora e mulher que desempenha parte do trabalho de reprodução social no âmbito doméstico/familiar, cumprir, não foi tarefa fácil chegar até aqui.

O presente trabalho teve como proposta analisar as famílias monoparentais femininas atendidas pelo CREAS, de modo a capturar as consequências da tendência familista na política de Assistência Social e o impacto na vida das mulheres, considerando a conjuntura atual e a dinâmica capitalista. Por esse ângulo, entendemos que o trabalho de reprodução social, realizado majoritariamente pelas mulheres, desempenha um papel fundamental para o processo de acumulação capitalista, e, neste sentido, sua naturalização se efetiva como estratégia do capital.

Entendemos, portanto, que todo processo de produção é também acompanhado pelo processo de reprodução, condição determinada pelo processo de trabalho no capitalismo, estabelecendo produção e reprodução como unidades indissociáveis. Estamos considerando que, na particularidade da sociedade capitalista, como a produção e reprodução da força de trabalho está centralizada na unidade familiar, ainda que possa ser realizada em outros espaços, o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres, de forma gratuita, tem culminado nos processos de responsabilização, sobrecarga e centralização da família no âmbito das políticas sociais, especificamente, na política de Assistência Social.

Nesta dinâmica, a família é concebida como central, tomando como referência o arranjo de proteção social brasileiro, que embora sempre tenha contado com a família para responder pelo cuidado e proteção dos seus membros, na contemporaneidade, essa transferência passa a assumir um caráter mais perverso, mediante os antagonismos econômicos que caracterizam a sociedades de classes.

Diante deste impasse, as famílias na atual conjuntura encontram-se aprisionadas pela tarefa árdua de arcar sozinhas com as funções de cuidado, proteção, subsistência, afeto, dentre outras tantas obrigações que abarcam o trabalho de reprodução social. Conforme destacou Alencar (2011, p. 141), “as limitações para o pleno desenvolvimento da vida social de seus membros, sobretudo das mulheres, tornam-se permanentes. As aspirações individuais são constringidas pelo cotidiano da vida doméstica, aprisionando as potencialidades individuais”.

De par com essa realidade, as políticas socioassistenciais assumem um desenho político e econômico *bem ao gosto* dos organismos internacionais, viabilizando os interesses capitalistas e a concretude da agenda neoliberal, característico dos países dependentes, que vivem à sombra dos ditames orquestrados pelos países de capitalismo central.

Nessa esteira, tomando como referência a realidade do município de Mariana (MG) e a rotina de atendimento do CREAS, equipamento socioassistencial, a pesquisa buscou analisar as famílias monoparentais femininas. Trata-se de uma experiência em que as mulheres assumem sozinhas a função de responder pelas necessidades familiares, e por isso lançamos o seguinte questionamento: Como as famílias monoparentais femininas atendidas pelo CREAS de Mariana (MG), em face do desenho atual da política de assistência social se organizam para responder pelo trabalho de reprodução social?

Na perspectiva de responder à pergunta de pesquisa, recuperamos no primeiro capítulo deste estudo os fundamentos da política de Assistência Social, considerando a condição de dependência da sociedade brasileira determinada pela dinâmica capitalista e que traz implicações específicas para a efetivação das políticas sociais. Como essa dinâmica está baseada na superexploração da força de trabalho, forma adotada pelo capitalismo para compensar o valor que é transferido para os países de capitalismo central e garantir a acumulação interna, essa lógica de concentração e acumulação gera o aumento das necessidades para a reprodução social da classe trabalhadora e a precarização das suas condições de vida.

A partir disso, o capítulo dois teve a prerrogativa de apontar o lugar social das mulheres frente essa dinâmica estruturada pelo modo capitalista de produção, compreendendo a essencialidade do trabalho de reprodução social - que tem sido realizado majoritariamente pelas mulheres e no âmbito da família - condição que sustenta a manutenção dos processos de dominação e exploração, fundamentais para regeneração da força de trabalho.

Seguindo essa trilha, a família, diante da fragilidade das políticas sociais consubstanciadas no recuo do Estado nas provisões públicas, assume um papel de centralidade na oferta de proteção social aos seus membros, contradição presente na política de Assistência Social.

A análise das entrevistas foi realizada no último capítulo, possibilitando, no contexto social do município de Mariana, reconhecer a trajetória e caracterizar as mulheres que compõem os núcleos monoparentais femininos. Neste sentido, é relevante trazer algumas conclusões importantes:

1) Os arranjos monoparentais femininos estudados têm como característica mulheres com faixa etária que varia entre 20 a 47 anos - prevalecendo a presença de mulheres com idade entre 20 a 39 anos - com cerca de quatro filhos, todos em idade escolar e/ou na primeira infância, algumas delas já possuem netos agregados na família. Nestes contextos familiares a primeira gestação, na maioria dos casos, transcorreu na adolescência, das dez mulheres entrevistadas todas apresentavam histórico de ter sido vítima de alguma forma de violência praticada pelo parceiro íntimo ou ex-parceiro, motivação para o surgimento do arranjo monoparental. Tratam-se de mulheres negras, com baixa escolaridade, cuja maioria encontram-se fora do mercado de trabalho formal, atravessadas por trabalhos precarizados, baixos salários, com más condições de moradia e acesso à infraestrutura, o que revela contextos sociais de pobreza e/ou extrema pobreza.

2) A análise qualitativa a partir das entrevistas/discursos das mulheres apontou a sobrecarga vivenciada pelo acúmulo de tarefas, decorrente também do abandono e ausência paterna no desenvolvimento e cumprimento de obrigações relacionadas aos filhos. Identificaram os desafios e as estratégias que essas mulheres adotam para desempenhar o trabalho de reprodução social, configurado por arranjos precários, construção de redes de apoio, auxílio da família extensa e pelos serviços públicos. Expuseram os processos de responsabilização e tensão gerados pela dinâmica capitalista, manifestados por obrigações e tarefas que as mulheres não conseguiam cumprir e pela cobrança social/institucional dos equipamentos para que elas dessem conta. Contradição vivenciada que revelou a importância e o papel fundamental que as políticas socioassistenciais expressam na vida dessas mulheres e suas famílias, ainda que ínfimas e precárias.

Diante de todo o exposto e considerando o desenho instituído pela Assistência Social no município de Mariana, a pesquisa demonstrou a necessidade de se avançar nas ações socioassistenciais que favoreçam a redução do trabalho de reprodução social das mulheres, apontando a importância de investir e qualificar o programa inclusão produtiva, além de desenvolver ações articuladas com outras políticas setoriais para que novas propostas de projetos e programas sejam pensadas para beneficiar as mulheres.

Salienta-se que o objetivo do PIP está em promover o empoderamento da mulher, alinhado com os serviços que visam o fortalecimento dos vínculos sociais familiares, o ajustamento de condutas e o desenvolvimento da autonomia, contudo, através da oferta de um trabalho superexplorado. Estes programas não são pensados de forma articulada com outros serviços públicos, como: creche, escola em tempo integral, segurança alimentar, habitação,

transporte, cultura, esporte e lazer, de modo a contemplar uma efetiva redução do trabalho de reprodução social, implicando no reforço dos processos de responsabilização.

Não obstante, a maior parte das mulheres entrevistadas registraram a relevância das ações socioassistenciais, que segundo elas, cumpre um papel fundamental para que seja possível e/ou tentem responder pelo cuidado, proteção e sustento dos filhos. Dinâmica contraditória que corresponde ao modo de operar do capitalismo, que diante de um cenário de superexploração da força de trabalho, o acesso aos serviços sociais públicos e de direito se fazem essenciais, não somente para as famílias monoparentais femininas, mas para as famílias.

No tempo presente, marcado pela expansão da agenda neoliberal, não identificamos medidas recentes do governo federal que visam a libertação e/ou redução do trabalho de reprodução social das mulheres, no entanto, registra-se as mais recentes medidas pensadas para as famílias monoparentais femininas, são: o Projeto de Lei 2099/2020 e o Projeto de Lei 3717/2021. O projeto de lei 2099/20 foi uma iniciativa do Deputado Federal Assis Carvalho, que propôs a instituição de um auxílio permanente no valor de R\$1.200,00 (um mil e duzentos) reais mensais, para a mulher provedora de família monoparental - ou seja, o grupo familiar chefiado por mulher, sem cônjuge e/ou companheiro, com pelo menos uma pessoa menor de 18 anos. A proposta segue em tramitação.

Já o projeto de lei 3717/2021, cujo autor é o Senador Eduardo Braga, estabelece a Lei de direitos da mãe solo. Este projeto de lei assegura às mães e aos seus dependentes o acesso nas áreas do mercado de trabalho, mobilidade, habitação e assistência social. Ele prevê uma série de benefícios a essas mulheres por vinte anos. O projeto ainda será analisado por uma comissão especial criada para este fim, para posteriormente seguir para a Câmara dos Deputados.

Compreendemos que, a luta por melhores condições de vida, de acesso a proteção social, de visibilidade do trabalho de reprodução social, envolve lutas e resistências, que são desafiadoras na conjuntura atual, mas existem e se fazem mais necessárias do que nunca. Acreditamos que ao analisarmos a dinâmica dessas famílias em um local específico, como a cidade de Mariana, colaboramos para a crítica e o desvendamento de uma realidade que em sua totalidade contempla os achados particulares identificados por nós. Em uma palavra, a dinâmica familista atravessa a vida dessas mulheres ancorando-se em dois pilares centrais: na responsabilização e na sobrecarga.

6. REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica. Maria. Torres. **Família, Trabalho e Reprodução Social**: limites na realidade brasileira. DUARTE, M. J. O; ALENCAR, M. M. T. (orgs.). **Família e Famílias**: práticas sociais e conversações contemporâneas. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

ALVARENGA, Mirella Souza. **Risco e vulnerabilidade**: razões e implicações para o uso na Política Nacional de Assistência Social. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Política Social), Programa de Pós-Graduação em Política Social - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

ALVES DE LIMA GERMINE, J.; DE MENEZES, M. A.; GUIMARÃES PERES, R. **Relações de gênero e raça na organização familiar da classe trabalhadora no Brasil contemporâneo**. *Germinal: marxismo e educação em debate, [S. l.]*, v. 15, n. 3, p. 209–224, 2023. DOI: 10.9771/gmed.v15i3.56787. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/56787>. Acesso em: 29 fev. 2024.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2.ed. São Paulo: editora Cortez, 1995. 155 p.

_____, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARRUZZA, Cíntia. As relações perigosas entre gênero e classe. In: **Feminismo e marxismo**: entre casamentos e divórcios. Lisboa: Edições Combate, 2010, p. 85 – 121.

ARRUZZA, Cíntia. **Considerações sobre gênero**: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista outubro*, v. 23, p. 33-58, 2015.

_____, C. **Ligações Perigosas**: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo. 1. ed. São Paulo: Usina Editorial, 2019.

ARRUZZA, C. BHATTACHARYA, T. FRASER, N. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2019.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas**: tensões entre dominação/exploração e resistência. Pernambuco. Editora da UFPE, 2009.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. Cortez, 2018.

_____. Bases filosóficas para uma reflexão sobre Ética e Serviço Social. In: **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova práxis. BONETTI, D. A. (et. al.) 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BARROCO, M. L. da S. (2022). **Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo.** *Serviço Social & Sociedade*, (143), 12–21. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.268>

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Que horas ela volta?** Economia política e política econômica de Lula a Dilma (2003-2016). São Paulo: Boitempo, 2017 (Texto para Discussão).

BHATTACHARYA, Tithi. **O que é a teoria da reprodução social?** Revista outubro, n. 32, 1º semestre de 2019.

_____, T. **Teoria da reprodução social:** remapear a classe, centralizar a opressão. Tradução Juliana Penna. São Paulo: Elefante, 2023.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Balanço Crítico do SUAS e o Trabalho do/a Assistente Social.** In: Conselho Federal de Serviço Social. Seminário Nacional O trabalho do/a Assistente Social no SUAS. Brasília: CFESS, 2011. p. 84-95.

_____. **Brasil em Contrarreforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rosseti. BOSCHETTI, Ivonete. **Política Social:** fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BONFIM, Paula. **Conservadorismo Moral e Serviço Social:** a particularidade da formação moral brasileira e sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2015. (Capítulo 2 – A constituição da Moral Brasileira).

BOSCHETTI, Ivanete. **Política de desenvolvimento econômico e implicações para as políticas públicas.** SER social, Brasília, v.15, n.33, p261-384, jul./ dez. 2013.

_____. **Assistência Social e trabalho no capitalismo.** São Paulo: Cortez, 2017.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004;** Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. (2014). **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Secretaria Nacional de Assistência Social.

Braz, M. **O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário.** SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE, v. 1, p. 85-103, 2017.

BRAIDO, Ingrid Maria Bertolino. **Família Monoparental e seus filhos -** como o direito pode agir para dar condição de vida digna a essas crianças. Dissertação de mestrado. 2006.

BRUSCHINI, M.C.; RICOLDI, A.M. **Família e trabalho:** difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. Cadernos de pesquisa, São Paulo, v.39, n.136, p.93-123, jan./abr. 2009.

Bulhões, L. (2023). **As pautas feministas ameaçam a unidade classista?** Uma análise marxista das desigualdades de gênero no capitalismo com foco na conjuntura brasileira.

Geminal: Marxismo e educação Em Debate, 15(3), 93–114.
<https://doi.org/10.9771/gmed.v15i3.56879>

CAMARGO, B. V. ALCESTE: um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes et al. (Orgs). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais*. João Pessoa-PB: Editora Universitária, 2005. 603 p.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ**. Florianópolis-SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. 18 p.

CAMPOS, Naara de Lima. **Do “choque de gestão” ao “choque normativo reacionário” na política de assistência social (2003-2020):** quando o novo não nasce e o velho não morre / Naara de Lima Campos. - 2021.173 f.: il.

Carloto, C. M., & Nogueira, B. W. F. (2018). **Família, gênero e proteção social**. Family, gender and social protection. *Revista Em Pauta*, 16(42), 49-64
<https://doi.org/10.12957/rep.2018.39407>

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.

CARRARA, Virgínia Alves et al. **Uma reflexão sobre a realidade do trabalho das/os assistentes sociais da microrregião dos inconfidentes**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16.2019, Brasília, DF. Anais [...]. Brasília, DF: CFESS, 2019.

CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, out./dez., p. 613- 636, 2012a.

CASTILHO, D. R., & Lemos, E. L. de S. (2021). **Necropolítica e governo Jair Bolsonaro:** repercussões na seguridade social brasileira. *Revista Katálysis*, 24(2), 269–279.
<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75361>

CAVALCANTI, K. M. G., Silva, L. B., Fonseca dos Santos, L. L. L., Lins, M. A. T., & dos Santos, V. S. B. (2013). **A centralidade da família nas políticas sociais brasileiras**. *Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - ALAGOAS*, 1(2), 23–35. Recuperado de <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/698>

CISNE, M.; SANTOS, S. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 8).

COELHO, Tádzio. **Minério-dependência e alternativas em economias locais**. Versos – Textos para Discussão PoEMAS, vol. 1, n. 3, 2017.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro; TAPAJÓS, Luziele Maria de Souza; RODRIGUES, Monica (Orgs.). **Políticas sociais para o desenvolvimento:** superar a pobreza e promover a inclusão. Brasília: MDS/UNESCO, 2010.

COELHO, Tádzio Peters. Mineração e dependência: o discurso do desenvolvimento minerador e o projeto da mina Apolo da Vale. **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina**, Londrina, 2013. Disponível em:
http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v1_tadzio_GII.pdf. Acesso em 18/03/2023

Corrêa, Mariza. **Repensando a família patriarcal brasileira**. Cadernos de Pesquisa (37), São Paulo, maio, 1981a.

COUTO, Berenice Rojas. Protagonismo popular, subalternidade e direito ao trabalho: consensos e dissensos no debate da assistência social. In: PAIVA, Beatriz Augusto. **Sistema Único de Assistência Social em perspectiva: direitos, política pública e superexploração**. São Paulo: Veras Editora, 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe: A dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro. MAUAD Editora Ltda, 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Capítulo IX: Barbárie e Civilização.

Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Tipo de material: Livro Ano: 2021.

FALQUET, Jules. **Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal**. Revista Mediações, v.13, n.1-1, p. 121-142, Jan-Jun e Jul-Dez, 2008.

FERNANDES, Florestan. Padrões de dominação externa na América Latina. In: PERICÁS, Luís Bernardo; BARSOTTI, Paulo. **América Latina: história, ideias e revolução**. São Paulo: Xamã, 1998. p. 95-112.

FERGUSON, S. “Feminismos interseccionais e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa”. In: MOVIMENTO ESQUERDA SOCIALISTA. **Movimento: crítica, teoria e ação**. Ano 4, v. 1, n. 11-12, Porto Alegre: Movimento, 2019.

FILHO, R. de S. (2016). **Fundo público e políticas sociais nos Estados dependentes: considerações teóricas**. Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade contemporânea, 14(37). <https://doi.org/10.12957/rep.2016.25401>

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

GAMA, A. S. **Trabalho, Família e Gênero - impactos dos Direitos do Trabalho e da Educação Infantil**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014. v. 1. 256p.

GARCIA, Ana E. Saggiaro. **A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e estado no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, 2012. 413 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDANI, A. M. **Retratos de família em tempos de crise**. Estudos Feministas, (n. especial), p. 303-335, 1994.

GONÇALVES, Reinaldo. **Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, v. 31, p. 5-30, 2012^a.

GONÇALVES, Renata. **O feminismo marxista de Heleieth Saffioti**. In: Revista Lutas Sociais, n. 27, p. 119-131, 2011.

GONZALEZ, L. A mulher negra no Brasil. In: GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, intervenções e diálogos**. RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a. pp. 159-170.

GONZALEZ, L. Mulher negra. In: GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, intervenções e diálogos**. RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. pp. 94-111.

HORST, Claudio. Henrique. Miranda. **Família, Marxismo e Serviço Social: desvendando o invólucro místico**. Tese (doutorado) – PPGSS/UFSC. 2018.

_____. Transformações Societárias e Impactos nas Famílias: Diversidade Familiar ou Desestruturação Familiar? In: Maria Lúcia Teixeira Garcia; Mirian C. V. Basílio Denadai. (Org.). **Família, Saúde Mental e Política de Drogas - Temas Contemporâneos**. 1 ed. São Paulo: Annablume Editora, 2018, v. 1, p. 13-41.

HORST, C. H. M. MIOTO, R. C. T. **Crise, Neoconservadorismo e Ideologia da Família**. In: Beatriz Augusto de Paiva; Simone Sobral Sampaio. (Org.). Serviço Social, Questão Social e Direitos Humanos. 1 ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2021, v. IV, p. 1- 479.

HORST, C. H. M.; MIOTO, R. C. T.; NUNES, R.; MORAES, P. M. **O Familismo na Política Social: Aproximações com as Bases da Formação Sócio-Histórica Brasileira**. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018, Vitória. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Vitória: ABEPSS, 2018.

_____; ALVES, L. D. T. **Familismo e Extrema Direita: Desvendando o Programa Famílias Fortes**. ARGUMENTUM (VITÓRIA), v. 16, p. 71-84, 2024.

_____; CASTILHO, G. S; ALVES, L. D. T. **O familismo no governo Bolsonaro e os impactos na política social**. In: 9º Encontro Internacional de Política Social e o 16º Encontro Nacional de Política Social, 2023, Vitória. Anais do 9º Encontro Internacional de Política Social e o 16º Encontro Nacional de Política Social. Vitória: UFES, 2023. v. 1. p. 1-15.

HORST, C. H. M.; CARRARA, V. A. (Org.). Questão Social? **Mineração e Serviço Social: Reflexões a partir da Região dos Inconfidentes**. 1. ed. Ouro Preto: Editora UFOP, 2023. v. 1. 286p.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2006.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais – SIS, 2020

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais – SIS, 2021.

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencianoticias/2012agenciadenoticias/noticias/32420-m-esmo-com-beneficios-emergenciais-1-em-cada-4-brasileiros-vivia-em-situacao-de-pobreza-em-2020>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Estatísticas de gênero. Estudos e pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica. 2ª edição. n.38, 2021.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-degenero-indicadores-sociais-dasmulheres-no-brasil.html>

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD, 2024.

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/40106-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-oito-das-27-ufs-no-primeiro-trimestre-de-2024>

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/ lógica dialética**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Famílias monoparentais femininas**: a situação de pais e mães separados e dos filhos na ruptura da vida conjugal. 2. ed. São Paulo: Ed. Revista dos tribunais, 2003.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução a filosofia de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LESSA, S. **Mundo dos Homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

LÚKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MACEDO, M. S. Mulheres chefes de família e feminização da pobreza: Uma contribuição crítica dos estudos feministas e de gênero. 2012.

MACEDO, M. S. **Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero**: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. Cadernos CRH, v. 21, p. 385-399, 2008.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural. 1982.

MANSUR, M. S.; WANDERLEY, LUIZ JARDIM; MILANEZ, B.; SANTOS, R.; PINTO, RAQUEL GIFFONI; GONCALVES, R.; COELHO, T. Antes Fosse Mais Leve a Carga: introdução aos argumentos e recomendações referentes ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. In: Márcio Zonta; Charles Trocate. (Org.). **Antes fosse mais leve a carga**: reflexões sobre o desastre da Samarco / Vale / BHP Billiton. 1ed.Marabá: Editorial Iguana, 2016, v. 2, p. 16-49.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In. SADER, Emir (org.). **Dialética da Dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 105-165.

MARQUES, R. M., & Nakatani, P. (2019). **Brasil: as alterações institucionais no período recente e o novo governo**. Textos & Contextos (Porto Alegre), 18(2), e36288. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2019.2.36288>

MARTINS, A. C. **Risco social: terminologia adequada para a proteção social e garantia de direitos?** Em Pauta (Rio De Janeiro), v. 10, p. 85-99, 2012.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico** (Livro IV de O capital). Vol. I. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Capital, Livro I – Tomo 2**. São Paulo: Abril Cultural, 1984a (Coleção "Os Economistas").

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneide e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASCARENHAS, R. M. Duas faces do mesmo monstro. In: HORST, C. H. M; CARRARA, V. A. (Org.). **"Questão social", mineração e serviço social: reflexões a partir da região inconfindentes**. 1ed.Ouro Preto: Editora UFOP, 2023, v., p. 57-94.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira**. In: MOTA, Ana Elizabete. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, p. 179-195, 2012.

MELO, Hildete Pereira; SABBATO, Alberto Di. **A estrutura econômica num prisma de gênero - PNAD/IBGE 2008**. Rev. Gênero, Niterói, v. 12, n. 1, 2011.

MÉSZÁROS, István (2004). **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo. 2011.

MIOTO, Regina. Célia. Tamaso; [et al] (orgs.). **Familismo, Direitos e Cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

MIOTO, Regina. Célia. Tamaso. **Família Contemporânea e Proteção Social: notas sobre o contexto brasileiro**. In: Fávero, Eunice T. (Org.). **Famílias na Cena Contemporânea- (des)proteção social, (des)igualdades e judicialização**. 1ed.Uberlândia: Navegando, 2020, v. 1, p. 25-38. <https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/feito>.

_____. **Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar**. In: SALES, M.A, MATOS, M.C. de; LEAL, M.C. (Orgs). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Política Social e Trabalho Familiar: questões emergentes no debate contemporâneo**. Serviço Social & Sociedade, v. 124, p. 609, 2015.

MIOTO, R. C. T. **Novas propostas e velhos princípios**: subsídios para a discussão da assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio-familiar. *Fronteras*, Montevideo, p. 94-102, sep. 2001.

MORAES, P. N; NUNES, R; HORST, C. H. M; MIOTO, R. C. T. Familismo e Política Social: aproximações com as bases sócio-históricas brasileiras. **Revista de Políticas Públicas da UFMA**, v. 24, p. 802-818, 2020. <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13675>.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo. Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e serviço social**. Serviço Social e Sociedade, S. Paulo/SP, v. 50, n.abril/96, p. 87-132, 1996.

_____. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. Revista Temporalis. n 3, ano 2, 2001.

_____. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

OLIVEIRA, A.R.B.; CARVALHO, L. F. M. DE. **Família Monoparental Feminina e Pobreza**: uma abordagem histórica e social. Revista Praia Vermelha, v. 28, p. 337, 2018.

OLIVEIRA, R. N; BENITEZ MARTINS, C. **Diálogos feministas a partir da Teoria da Reprodução Social**: por uma concepção unitária de classe, gênero, raça e sexualidade. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 50–74, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/57580>. Acesso em: 29 fev. 2024.

OLIVEIRA, Rayane Noronha. **Serviço Social, Classe, Gênero e Raça**: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária. 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021.

PACHECO, E. M., & Dias, M. T. G. (2023). **A luta das mulheres por políticas sociais**: avanços e retrocessos. *Serviço Social & Sociedade*, 146(1), 263–283. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.313>

PAIVA, Beatriz Augusto de; ROCHA, Mirella ; CARRARO, Dilceane. **Antinomias do Direito Socioassistencial**: O diapasão latino americano. *Educere et Educare (Impresso)*, v. 5, p. 130-148, 2010.

PAIVA, Beatriz Augusto de; OURIQUES, Nildo Domingos. **Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais**: quão distante está o horizonte? *REVISTA KATÁLYSIS (IMPRESSO)*, v. 09, p. 166-175, 2006.

PAIVA, Beatriz Augusto de. A enigmática contradição entre trabalho e Política de assistência social. In: PAIVA, Beatriz Augusto de. (Org.). **Sistema único de assistência social em perspectiva**: direitos, política pública e superexploração. 1ed.São Paulo: VERAS, 2014, v. 1, p. 240-277.

PAIVA, B. A. de, & Mattei, L. (2009). **Notas sobre as políticas sociais no Brasil**: a primeira década do século XXI. Textos & Contextos (Porto Alegre), 8(2), 175–194. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/6339>

População estimada: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2021.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo**: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. Brasília, 2013. 307 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PINHO, P. de S., & Araújo, T. M. de. (2012). **Associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres**. Revista Brasileira de Epidemiologia, 15(3), 560–572. <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2012000300010>

QUIVY, R. CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

QUINTELA, Débora. Françolin. **Um ministério da família: da transversalidade de gênero à familiarização das políticas públicas federais**. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, 2023. <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/47259?locale=fr>

RANIERI, J. Apresentação – sobre os chamados Manuscritos econômico-filosóficos de Karl Marx. In: MARX, K. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado**: desafios frente às violações de seus direitos. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

ROCHA, Mirella. **Crise capitalista, serviço social e consciência de classe**: Crítica da reposição do novo(velho) conservadorismo no trabalho profissional na política de assistência social. In: Beatriz Augusto de Paiva. (Org.). Sistema único de assistência social em perspectiva: Direitos, política pública e superexploração. 1ed.São Paulo: Veras Editora, 2014, v., p. 143-180.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

RUAS, R. **Teoria da Reprodução Social**: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. Rev. Direito e Práxis., Rio de Janeiro, Vol. 12, N. 01, p.379-415, 2020.

SAFFIOTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classes**: Mito e Realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 2013.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo**: tragédia e farsa. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 112, dez., p. 672-688, 2012.

SANTANA, Pedro Marques de. **Dependência e superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo** / Pedro Marques. Brasília: Ipea: ABET, 2013.

SANTOS, Jonabio Barbosa dos; SANTOS, Morgana Sales da Costa. **Família monoparental brasileira**. Revista Jurídica (Brasília), v. 10, p. 01-30, 2009.

SANTOS, R. S. P.; WANDERLEY, L. J. M. Dependência de Barragem, Alternativas Tecnológicas e a Inação do Estado: repercussões sobre o monitoramento de barragens e o licenciamento de Fundão. **Antes Fosse Mais Leve a Carga**: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. 1ed.Marabá: Editorial iGuana, 2016, v. 1, p. 87-137.

SARTI, Cynthia A. Famílias Enredadas. In: ACOSTA. A.R; VITALE. M.A.F. (Org). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. 5 ed. PUC. São Paulo: Cortez, 2010. p. 39 a 60.

SILVA, D. J. da. **Gênero, feminismo, família e reprodução social**: Marx, Engels e a Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1884). 2023. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói 2023.

SILVEIRA JR., A. **A assistência social e as ideologias do social-liberalismo**: tendências político-pedagógicas para a formação dos trabalhadores do Suas. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SIMIONATTO, Ivete. Prefácio. In: **Sistema Único de Assistência Social em Perspectiva**: direitos, política pública e superexploração. Beatriz Augusto Paiva (organizadora). - São Paulo: Veras Editora, 2014.

SOUZA, Gisele; SOARES, Morena. **Contrarreformas e Recuo Civilizatório**: Um Breve Balanço do Governo Temer. Ser Social, v. 21, n. 44, p. 11-28, 13 mar. 2019.

SOUZA-LOBO, E. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

TITONELI, Anna Karolyna Lopes; LEÃO, Pedro Paulo Telles. **Interfaces entre CRAS e CREAS**: os dilemas do Serviço Social. In: 9º Encontro Internacional e 16º Encontro Nacional de Política Social, 2023, Vitória. Anais do 9º Encontro Internacional e 16º Encontro Nacional de Política Social. Vitória: UFES, 2023. v.1 n.1.

VAISMAN, E. e FORTES, R.V. Apresentação. In: LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social** – questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010, p.9-31.

VITALE, M. A. F. **Famílias Monoparentais**: indagações. Revista Serviço Social e Sociedade: Família, v. 23, n. 71. São Paulo, Cortez, 2002.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a Opressão às mulheres**: rumo a uma teoria unitária. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

<https://ctbbahia.org.br/noticias/4243#:~:text=Estudo%20do%20Dieese%3A%20%22Chefas%22%20de%20fam%C3%ADlia%20e%20a,5%20RENDIMENTO%20E%20DIREITOS%20...%206%20RETROCESSOS%20>

<https://piaui.folha.uol.com.br/nova-familia-brasileira/#:~:text=Das%2012%2C7%20milh%C3%B5es%20de,chefiadas%20por%20mulheres%2C%20no%20Brasil.>

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza>

<https://www.generonumero.media/reportagens/mulheres-renda-emergencial/#>

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32418-sintese-de-indicadores-sociais-em-2020-sem-programas-sociais-32-1-da-populacao-do-pais-estariam-em-situacao-de-pobreza>

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32420-mesmo-com-beneficios-emergenciais-1-em-cada-4-brasileiros-vivia-em-situacao-de-pobreza-em-2020>

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38543-em-2022-rendimento-hora-dos-trabalhadores-brancos-r-20-0-era-61-4-maior-que-o-dos-pretos-ou-pardos-r-12-4>

7 ANEXO

Roteiro da entrevista

Identificação da Participante:
Data: ____/____/____ Horário de Início: _____ Final da entrevista: _____
Nome: _____
Endereço: _____
Idade: _____ Raça/Cor: _____
Escolaridade: _____
Estado Civil: _____
Nº de dependentes: _____
Renda: _____ Benefícios: _____
Questões Norteadoras da Entrevista
1) Me fale sobre a tua família (características, funcionamento, relações de parentesco, valores).
2) Sobre sua situação de moradia, é própria, cedida ou alugada? E o bairro/comunidade onde reside, o que ele oferece (saúde, educação, lazer, assistência social). Considera um lugar seguro para a criação dos filhos?
3) Quais são os significados de criar, de ser mãe, da maternagem para você?
4) Quais desafios você encontra para educar os filhos e executar suas outras tarefas?
5) Quais tarefas realiza no dia- a -dia? Descreva o dia a dia da sua rotina.
6) Quais serviços, direitos, benefícios você acessa na assistência social em Mariana? Há quanto tempo? Como avalia?
7) Qual a sua situação ocupacional atual? Como é para você arcar com o sustento familiar?
8) Quais estratégias você adota para dar conta de todas as responsabilidades familiares? Possui rede de apoio?